

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**

**BRUNA DA SILVA MANDU**

**AS RELAÇÕES POLÔNIA-RÚSSIA A PARTIR DO INGRESSO POLONÊS NA  
UNIÃO EUROPEIA (2004-2020)**

**Sant'Ana do Livramento,**

**2022**

**BRUNA DA SILVA MANDU**

**AS RELAÇÕES POLÔNIA-RÚSSIA A PARTIR DO INGRESSO POLONÊS NA  
UNIÃO EUROPEIA (2004-2020)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Flávio Augusto Lira Nascimento

**Sant'Ana do Livramento**

**2022**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos  
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do  
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

M273r Mandu, Bruna da Silva

AS RELAÇÕES POLÔNIA-RÚSSIA A PARTIR DO INGRESSO POLONÊS NA  
UNIÃO EUROPEIA (2004-2020) / Bruna da Silva Mandu.

103 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade  
Federal do Pampa, RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2022.

"Orientação: Flavio Augusto Lira Nascimento".

1. Polônia. 2. Rússia. 3. União Europeia. 4. Política  
Externa. I. Título.

**BRUNA DA SILVA MANDU**

**AS RELAÇÕES POLÔNIA-RÚSSIA A PARTIR DO INGRESSO POLONÊS NA  
UNIÃO EUROPEIA (2004-2020)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Relações Internacionais.

Banca examinadora:

---

Prof. Dr. Flavio Augusto Lira Nascimento

Orientador

UNIPAMPA

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Anna Carletti

UNIPAMPA

---

Prof. Dr. Renatho José da Costa

UNIPAMPA

Trabalho dedicado a Thays, Solange e Gerson  
Mandu. Meus maiores exemplos, fortaleza e  
incentivadores.

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho de conclusão de curso não teria sido realizado se muitas pessoas, eventos e instituições não estivessem envolvidas. Gosto de acreditar que ninguém cresce sozinho, e ninguém alcança seus objetivos apenas pela força de vontade - requer esforço, mas também requer apoio. Apoio este que felizmente sempre recebi e que devo reconhecer como parte imprescindível da minha jornada.

Com isso, eu gostaria de primeiramente reconhecer, agradecer e novamente dedicar esta pesquisa e a conclusão desta etapa a duas pessoas importantíssimas: Solange e Gerson Mandu. Obrigada por me permitirem sonhar, por me incentivarem a sempre ir mais longe e por nunca me privarem de pelo menos tentar alcançar meus objetivos. Eu sou o que sou graças a vocês e a confiança que vocês têm em mim, e por tudo o que abdicaram para que eu pudesse chegar até aqui.

Obrigada também à pessoa que mais acredita no meu potencial, e que mesmo sem entender uma palavra do que eu falo, me incentiva, apoia e chora comigo: Thays Mandu. Não tem palavra no português nem nos outros seis idiomas que já estudei que exprimam suficientemente bem toda a minha gratidão por você ser minha irmã e melhor amiga.

Obrigada também aos meus amigos, os de Rondônia, os da Unipampa, os do Brasil e os do Mundo. Tive a sorte de encontrar pessoas maravilhosas em todos os lugares que passei, virtualmente ou presencialmente, e agradeço por cada mensagem de apoio, risadas e perrengues compartilhados. Faço importante menção a alguns: Obrigada, Pedro Gabriel, Mayanne e Laís, por segurarem minha mãozinha virtualmente durante a pandemia, e por serem o suporte mais caótico e engraçado de todos. Vocês não têm ideia do quanto nossas calls diárias foram importantes para mim. A música *Thank U* do ATEEZ é para vocês. Obrigada Rafinha, por ser minha duplinha de moradia, por me ensinar muita coisa e por ser minha família em Livramento por dois anos. Obrigada, Eduarda, Vitória, Juliana e Ellen, pelo suporte, pelas idas ao Sunshine em dias ensolarados ou chuvosos, pelas risadas, pela grande quantidade de notas máximas que tiramos em artigos e seminários, e pelas revisões para prova que sempre acabavam em pizza.

Depois da pandemia, novas oportunidades e pessoas entraram na minha vida, me mostrando o quão forte eu posso ser e o quão sortuda sou de encontrar pessoas boas pelo caminho. Não poderia deixar de reconhecê-las pelo apoio nessa reta final de curso: Obrigada, chefinha Rafa Santana, por toda a confiança que você tem em mim – muitas vezes maior do que a minha própria. Duda e Jorge, agradeço muito pelo timaço que somos. Cresci muito em um ano com vocês, e isso se reflete aqui também.

Também gostaria de agradecer a Unipampa - por todas as oportunidades que tive nesta instituição, por todo o amparo e por todo o aprendizado. Obrigada às meninas da DAIINTER, especialmente à Meiry, por todo apoio durante o processo do intercâmbio. Agradeço especialmente ao meu orientador, Flávio Lira. Não deve ser fácil dar conta de tantos projetos, mas fazer parte do GEsEU e GALE me permitiram aprender mais do que caberia nesta extensa monografia. Agradeço também a professora Carletti, pela sua paciência, suas aulas e todo o seu conhecimento.

Por fim, e talvez seja um pouco egoísta da minha parte, mas gostaria de agradecer à Bruna de 2017 por ter escolhido a Unipampa e o curso de Relações Internacionais, mesmo sabendo do tamanho do desafio que viria pela frente. Obrigada por ter sido corajosa o suficiente para ir contra o que todo mundo falava. Chegamos até aqui, e tenho certeza de que iremos mais além, porque no final o começo nos espera.

## RESUMO

Com o objetivo de identificar sob quais contextos se dão as relações entre Polônia e Rússia desde a entrada do país centro-europeu na União Europeia, no período entre 2004 e 2020, o presente trabalho busca elucidar o questionamento acerca de quais teriam sido os fatores internos e externos que moldaram o diálogo entre Polônia e Rússia nos primeiros vinte anos do século XXI. Deste modo, sob a hipótese de que o ingresso no bloco europeu tenha guiado a Polônia a assumir uma postura de cooperação com as antigas repúblicas socialistas à Leste e que, a partir das eleições de 2015, o sentimento anti-russo por parte dos poloneses aflorou-se, utiliza-se da abordagem qualitativa de método hipotético-dedutivo, bem como do método histórico e comparativo, a fim de elucidar os impactos históricos nas relações entre ambos os Estados, por meio da análise bibliográfica e documental de fontes diretas e indiretas. O arcabouço teórico da Teoria do Jogo de Dois Níveis de Putnam (2010) é aplicado a fim de se compreender como o âmbito doméstico e internacional influenciam-se mutuamente nesta relação. Dito isto, a pesquisa é guiada por três principais objetivos: (1) Compreender a história das relações entre Polônia e Rússia ao longo do século XX, (2) identificar quais foram os *turning points* da política externa polonesa para a Rússia com a entrada do país na União Europeia e (3) observar se houve e, caso tenham ocorrido, quais foram os impactos decorrentes da eleição de Andrzej Duda em 2015 nas relações entre Polônia e Rússia. O trabalho se organiza, portanto, em três capítulos, abordando a história da Polônia, bem como sua relação com a União Europeia e com a Rússia, sob a égide do ingresso ao bloco europeu, culminando na verificação da hipótese de que a orientação a Leste pela política externa polonesa dentro da União Europeia, bem como a ascensão de Andrzej Duda influenciaram nas relações entre Polônia e Rússia desde o ingresso polonês à Organização.

**Palavras-Chave:** Polônia; União Europeia; Rússia; Política Externa

## ABSTRACT

With the aim of identifying under which contexts the relations between Poland and Russia take place since the entry of the Central European country in the European Union, in the period between 2004 and 2020, the present work seeks to elucidate the question about what would have been the internal factors and external factors that shaped the dialogue between Poland and Russia in the first twenty years of the 21st century. Thus, under the assumption that joining the European bloc has led Poland to assume a posture of cooperation with the former socialist republics to the East and that, since the 2015 elections, anti-Russian sentiment on the part of Poles has surfaced It uses the qualitative approach of the hypothetical-deductive method, as well as the historical and comparative method, in order to elucidate the historical impacts on the relations between both States, through bibliographical and documentary analysis of direct and indirect sources. The theoretical framework of Putnam's Two Level Game Theory (2010) is applied in order to understand how the domestic and international spheres influence each other in this relationship. That said, the research is guided by three main objectives: (1) Understanding the history of relations between Poland and Russia throughout the 20th century, (2) identifying what were the turning points of Polish foreign policy towards Russia with the entry of the country in the European Union and (3) observe if there were and, if so, what were the impacts arising from the election of Andrzej Duda in 2015 on relations between Poland and Russia. The work is organized, therefore, in three chapters, approaching the history of Poland, as well as its relationship with the European Union and Russia, under the aegis of joining the European bloc, culminating in the verification of the hypothesis that the orientation to the East by Polish foreign policy within the European Union, as well as the rise of Andrzej Duda influenced relations between Poland and Russia since Polish entry into the Organization.

**Keywords:** Poland; European Union; Russia; Foreign policy

## **LISTA DE SIGLAS**

**UE** – União Europeia

**OTAN** – Organização do Tratado do Atlântico Norte

**URSS** – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

**EaP** – Parceria Oriental

**NSGP** – Nord Stream Gas Pipeline

**PO** – partido Plataforma Cívica

**PiS** – partido Lei e Justiça

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>4</b>
<b>2. O LONGO SÉCULO XX: A HISTÓRIA DA POLÔNIA .....</b>	<b>8</b>
2.1. A Polônia no início do Século XX.....	8
2.2. A Segunda Guerra Mundial e o futuro da Polônia independente .....	20
<b>3. O JOGO DE DOIS NÍVEIS: A POLÔNIA E A UNIÃO EUROPEIA.....</b>	<b>40</b>
3.1. O Realismo e a lógica do equilíbrio de poderes .....	40
3.2. O Estado e as duas esferas de poder .....	41
3.2.1. O Jogo de Dois Níveis.....	41
3.3. A Polônia de 1990 a 2004: Da Transição à União Europeia .....	44
3.3.1. A política externa polonesa em transição .....	47
3.4. Política Externa Polonesa na União Europeia .....	51
3.4.1. Primeiros anos da Polônia como Estado-Membro da União Europeia (2005-2009) .....	52
3.4.2. Polônia na presidência do Conselho Europeu (2011).....	56
3.5. O governo de Andrzej Duda ao olhos da União Europeia (2015-2020).....	59
<b>4. AS RELAÇÕES RUSSO-POLONESAS À LUZ DA UNIÃO EUROPEIA (2004 - 2020) 65</b>	
4.1. Polônia e Rússia: Da transição à integração na União Europeia (1989-2007)65	
4.1.1. Governo Kaczynski e a União Europeia (2005-2007).....	68
4.2. Governo Tusk: A reinserção estratégica Polonesa (2007-2014).....	71
4.2.1. As controvérsias do 70º Aniversário do Massacre de Katyn .....	74
4.2.2. A Parceria Oriental e seus desdobramentos para as relações Polónia-Rússia. ....	78
4.3. Lei e Justiça: As consequências do governo de Andrzej Duda para as relações Polónia-Rússia (2015-2020) .....	81
4.3.1. A percepção popular em relação ao governo de Andrzej Duda.....	85
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>88</b>
<b>6. REFERENCIAS: .....</b>	<b>92</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A história polonesa é marcada por divisões territoriais, longos períodos de ausência de um poder estatal e, sobretudo, por ocupações territoriais por parte de seus dois grandes vizinhos, dada a sua posição geopolítica na Europa Central (DAVIES, 2005).

No século XX, ao final da I Guerra Mundial, é concedida à Polônia sua independência por parte de atores internacionais, sob o intuito de atuar com um Estado-tampão entre Alemanha e Rússia. Ainda nesta questão, é válido ressaltar que a independência polonesa não foi garantida por meio da participação popular ou fora fruto de um anseio nacional, e sim imposta aos Poloneses, que passaram a se estruturar como um Estado.

Vinte anos depois, com a eclosão da II Guerra Mundial, a Polônia volta a ser ocupada por Alemanha e Rússia, a partir do tratado Molotov-Ribbentrop, firmado duas semanas antes das invasões (GARLINSKI, 1985). A partir desta ocupação, a Polônia deixa de ser um Estado independente e ao final da II Guerra Mundial, torna-se um Estado satélite da União Soviética, o qual permanece até o fim da Guerra Fria.

Dito isto, observa-se que as questões internacionais sempre estiveram presentes ao longo da história da Polônia, e este fato não é dissonante ao se observar a história recente do país, especialmente ao que diz respeito às relações entre Polônia e Rússia, dada a carga histórica das relações entre ambos. Deste modo, a partir de 1989 a Polônia passa a orientar sua política externa à Europa Ocidental, em uma transição político-econômica que busca associar-se aos conceitos e valores europeus. Portanto, aproximar-se da Europa Ocidental mediante a inserção no bloco europeu demonstrava o rompimento com o passado soviético e o alicerce de uma lógica de sobrevivência para a Polônia (KAROLEWSKI; WILGA, 2018).

Neste sentido, esta pesquisa levanta o questionamento sobre quais foram os fatores internos e externos que guiaram as relações entre Polônia e Rússia a partir da entrada polonesa da União Europeia, entre 2004 e 2020, sob a hipótese de que o ingresso no bloco europeu tenha guiado a Polônia a assumir uma postura de cooperação com as antigas repúblicas socialistas à Leste e que, a partir das eleições de 2015, a qual elevou Andrzej Duda à presidência, o sentimento anti-russo por parte dos poloneses aflorou-se.

A fim de guiar esta investigação, tem-se o objetivo geral de identificar sob quais contextos se dão as relações entre Polônia e Rússia desde a entrada do país centro-europeu na União Europeia, seguido pelos objetivos específicos de (1) compreender o contexto histórico das relações Polônia-Rússia e Polônia-Leste Europeu pré entrada na União Europeia, (2) identificar quais foram os *turning points* da política externa polonesa para a Rússia com a

entrada do país na União Europeia e (3) observar se houve e, caso tenham ocorrido, quais foram os impactos decorrentes da eleição de Andrzej Duda em 2015 nas relações entre Polônia e Rússia.

A história polonesa se embasa fortemente nas relações entre os âmbitos internos e internacionais, e teorizar as relações internacionais, de acordo com Nogueira e Messari (2005), é garantir o aporte necessário de materiais a fim de se compreender um universo específico dentre as atividades humanas, cuja principal característica é seu desdobramento além das fronteiras, implicando na compreensão de como se dão os fenômenos que dão vida à política em âmbito internacional.

Dito isto, encontra-se na teoria realista neoclássica e na teoria do Jogo de Dois níveis de Putnam o aporte necessário para compreender as bases desta investigação, a partir do pressuposto de que o Estado é o agente entre os níveis doméstico e internacional, que utiliza de bases internacionais para atingir objetivos específicos em uma luta de poderes, caracterizada pela formulação de políticas externas pautadas pela posição do Estado no sistema internacional (ROSE, 1988).

Em consonância a este pensamento, Putnam complementa com a teoria de que o Estado concentra-se no equilíbrio entre suas duas esferas de atuação - o âmbito internacional e o âmbito doméstico, reconhecendo que em determinados momentos, uma das esferas impactará a outra, sob uma lógica de tabuleiro, em que qualquer jogador importante que estiver insatisfeito com o resultado das negociações ou da formulação da política interna ou externa pode desorganizar o jogo e, inversamente, qualquer líder que não consiga satisfazer seus companheiros do tabuleiro doméstico tenha a possibilidade de ser retirado de seu assento (PUTNAM, 2010).

O respaldo metodológico desta pesquisa sustenta-se pelo fato de que, de acordo com Cervo (2007), o conhecimento científico possui características próprias capazes de diferenciar e ir além do conhecimento empírico, destacando-se especialmente o método e a sistematização do conhecimento. Dito isto, Laville e Dionne (1999) endossam que, para que se assegure a confiabilidade dos resultados, é imprescindível a utilização de métodos e rigor científico.

Neste sentido, o presente trabalho busca assegurar tais padrões por meio da pesquisa de natureza básica, utilizando-se da abordagem qualitativa de método hipotético-dedutivo, bem como do método histórico e comparativo, a fim de se compreender sob quais circunstâncias se deram as relações entre Polônia e Rússia a partir do ingresso polonês na União Europeia. Traçar a metodologia dentro destes parâmetros justifica-se pelo caráter complementar de ambos os métodos, dado o objeto desta pesquisa. Torna-se necessário “investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje”

(LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 107), a fim de identificar os impactos do século XX nas relações diplomáticas entre Polônia e Rússia, bem como observar elementos constantes e momentos de ruptura entre ambos os Estados a partir de 2004. Em relação aos instrumentos e técnicas de pesquisa, este trabalho busca embasar-se na análise bibliográfica e documental de fontes diretas, como documentos oficiais e discursos, e indiretas, tais como jornais, artigos, livros, entre outros.

Por fim, de modo a sistematizar as informações, a presente pesquisa é organizada em três capítulos, sendo o primeiro voltado à compreensão da história polonesa ao longo do século XX, sua relação com os países vizinhos e a organização interna de seus cidadãos, quer estivessem em momentos de ocupação, quer estivessem sob um regime estatal soberano.

Em seguida, o segundo capítulo busca elucidar a teoria do Jogo de Dois níveis e como a teoria se traduz no processo de transição econômica polonesa a partir de 1989 e na postura adotada pelo Estado dentro da União Europeia, compreendendo que em diferentes períodos da história recente, a condução e os alinhamentos da Polônia em relação aos seus parceiros internacionais esteve fortemente ligada aos interesses específicos dos dois principais partidos do país: o Lei e Justiça (PiS) e o Plataforma Cívica (PO).

Por fim, o terceiro capítulo elucidada as questões entre Polônia e Rússia desde o fim da União Soviética, com maior foco nas relações entre ambos os Estados a partir de 2004. Neste capítulo, observa-se os momentos de maior distanciamento e aproximação entre os países vizinhos, assim como o impacto de questões internas nas relações bilaterais e o impacto polonês na relação entre Rússia e a União Europeia. Por fim, o terceiro capítulo evidencia as consequências da eleição de Andrzej Duda em 2015 às relações entre Polônia e Rússia.

Em suma, compreender as relações entre Polônia e Rússia implica em uma análise histórica que remonta a séculos de conflitos e ocupações, mas também à atualidade e aos desdobramentos a serem observados nas relações entre a União Europeia e a Rússia. Neste aspecto, a entrada do país centro-europeu no principal bloco econômico do continente, ocorrida em 2004, marca não apenas o fim de um passado de ocupações, como também o início de um período cuja autonomia e soberania retornaram ao Estado polonês.

Ao longo de quase vinte anos deste marco na política externa do país, observa-se não apenas uma busca pelo alinhamento em relação a pautas estratégicas dentro da UE, como também um maior interesse em se cooperar com as antigas repúblicas socialistas do Leste Europeu, e a crescente aversão à Rússia, promovida em partes pelo sentimento nacionalista polonês aflorado pelos discursos proferidos por determinados partidos, especialmente após a eleição de Andrzej Duda à presidência em 2015.

Neste aspecto, justifica-se a relevância deste trabalho a partir da necessidade de se compreender as relações entre Polônia e Rússia no século XXI como uma ferramenta de interpretação acerca do protagonismo polonês em relação ao seu papel na União Europeia e na sua atuação em questões atuais pertinentes ao Leste Europeu.

## 2. O LONGO SÉCULO XX: A HISTÓRIA DA POLÔNIA

Embora a história da Polônia remonte a séculos de ocupações, protetorados e longos períodos de ausência de um poder central, para fins de delimitação temporal, este capítulo perpassa o curso da história polonesa ao longo do século XX, acompanhando o cenário internacional ao qual estava inserido o país e os desdobramentos internos que refletiam ou eram refletidos dentro desta lógica, desde a Guerra Russo-Japonesa (1904-05) ao fim da União Soviética (1991), enfatizando o período da Segunda República Polonesa (1918-1939), a resistência polonesa durante a II Guerra Mundial (1939-1945) e o período subsequente. Em decorrência da escassez de bibliografias específicas sobre a história polonesa em inglês, assim como da barreira linguística, este capítulo tem como principal referência a obra de Norman Davies (2005), *God's Playground: A History of Poland*, vol. I e II.

### 2.1. A Polônia no início do Século XX

O passado do território que corresponde atualmente à Polônia pode ser considerado conturbado, em termos políticos, pois a região em que se encontra, foi palco de anexações, protetorados, ocupações estrangeiras, longos períodos de ausência do poder estatal e fronteiras indefinidas, contribuindo para a história turbulenta do país (KANIA-LUNDHOLM, 2012).

No século XVI, a monarquia polonesa possuía próxima relação com o Grão Ducado da Lituânia, o que levou a criação da Primeira República, em 1569, ou também conhecida como a República das Duas Nações, que nada mais era que uma *commonwealth* entre Polônia e Lituânia. Neste período, a história polonesa foi marcada não apenas pelo apogeu das expansões territoriais, como também pela tolerância religiosa e o desenvolvimento cultural (DAVIES, 2005; KANIA-LUNDHOLM, 2012).

Entretanto, com as invasões ocorridas a partir do século XVII, o declínio da Primeira República levou a repartição de seu território entre três reinos: o Império Russo, o Reino da Prússia e a monarquia Habsburgo, da Áustria (KANIA-LUNDHOLM, 2012), culminando em um longo período de ausência estatal que só viria a se modificar em 1918, com a independência polonesa no período entreguerras.

Dando um grande salto histórico, num cenário de tensões emergentes pela Europa, a primeira década do século XX demonstrava que as lealdades políticas estavam sendo postas à prova e, não tão diferente deste cenário regional, a Guerra Nipo-Russa gerou expectativas no território polonês ocupado pelo império. Aproveitando-se do momento de instabilidade e, muito

embora não houvesse estabelecida uma constituição, partidos poloneses passaram a manifestar-se por meio de congressos e conferências, reivindicando autonomia às províncias e a participação polonesa nos aparatos educacionais e administrativos (DAVIES, 2005).

O cenário econômico também não era favorável no período: Devido à guerra, os mercados no extremo oriente se fecharam aos produtos poloneses, acarretando o desemprego a milhares de trabalhadores, assim como o decréscimo salarial. Dada a situação, protestos e reivindicações irromperam pelas províncias, os quais foram fortemente repreendidos pelas forças militares (DAVIES, 2005).

O ano de 1905 foi marcado externamente pelo fim da guerra entre Rússia e Japão. Internamente, a Rússia enfrentava não apenas a efervescência do que nos anos seguintes seria a Revolução Russa, como também o constante embate contra a resistência polonesa. Sob este aspecto, a derrota na guerra, assim como as rebeliões constantes, levaram o czar a realizar concessões graduais: Ainda em abril de 1905, leis de tolerância religiosa passaram a vigorar, assim como a permissão para que escolas privadas utilizassem o idioma polonês em salas de aula e poloneses passaram a ter permissão para comprar terras em províncias a oeste. Em 30 de outubro de 1905, um manifesto imperial prometeu a introdução de uma constituição escrita e o estabelecimento de uma assembleia parlamentar. De acordo com este manifesto, as eleições para os assentos na primeira Duma seriam em abril de 1906 (DAVIES, 2005).

Com a promessa da criação de um parlamento, os movimentos de resistência perderam sua força, e partidários da constituição passaram a ter maior proeminência, a partir do anseio por medidas conciliatórias: A constituição de 1906 introduziu o sufrágio universal, de modo a tentar manter a autocracia intacta. Nestes termos, a Rússia czarista permanecia única e indivisível. Ao czar era resguardado o direito de aprovar as legislações, e à Duma era permitido o debate, entretanto não era permitido levantar demandas.

Aos poucos, aqueles que acreditavam que a constituição abriria portas para a liberação e independência tiveram seus anseios mitigados. Ademais, a organização partidária polonesa enfrentava fortes embates entre o Partido Nacional Democrata e a ala socialista: No curso deste período, em locais em que o partido Nacional-Democrata ganhava o apoio das massas, por ser o principal a ocupar cadeiras na Duma, crescia a antagonização dos elementos não poloneses da sociedade. Por meio do jornal Nacional Democrata, *Gazeta Polska*, eram vinculados discursos de ódio contra partidários socialistas, assim como o uso da força contra a anarquia socialista (DAVIES, 2005).

Dentro do âmbito socialista, entretanto, o cenário não era coeso: Davies (2005) afirma que, além dos jovens do socialistas intensificarem as ações terroristas, existia ainda uma divisão

entre aqueles que apoiavam a revolução socialista, embora esta custasse a independência nacional. Deste modo, em novembro de 1906, houve a oficial divisão dos socialistas poloneses - a facção “Lewica” (esquerda - tradução livre) tinha por objetivo o socialismo e, futuramente o comunismo, enquanto a facção “Rewolucja” (revolução - tradução livre), passou a ser a ala em que os objetivos de independência eram mais almejados que o socialismo.

As campanhas de resistência ocorridas nas províncias polonesas influenciaram acontecimentos semelhantes em outras partes do Império Russo, especialmente ao que diz respeito aos anseios por maior autonomia de grupos étnicos e a busca pela sobrevivência de seus idiomas e tradições. Entretanto, embora os movimentos populares poloneses instaurados antes e após a implantação da Duma tenham sido o mais próximo de uma revolução orgânica, ainda assim não agregaram à construção do corpo político da nação como um todo

A eclosão da I Guerra Mundial, anos mais tarde, de fato não havia nenhuma relação com a Polônia, entretanto, como Hobsbawn (1995) afirma, a I Guerra Mundial envolveu todas as grandes potências da época e, por conseguinte, grande parte dos Estados europeus. Por este contexto e, sobretudo pela localização geográfica das terras polonesas, o acirramento das hostilidades em 1914 levaram ao ressurgimento da questão polonesa.

Em perspectiva histórica, a I Guerra Mundial representou a ruptura dos acordos entre Berlin e São Petersburgo, mantidos desde 1762. Dito isto, a eclosão de um confronto entre ambos os países representava, por conseguinte, a transformação das terras polonesas em um campo de batalha internacional. Além disto, Davies (2005) reafirma que as províncias polonesas não eram apenas o teatro das operações, mas também onde a Rússia competia por todas as “mentes e corpos” poloneses, exigindo um esforço de lealdade extremo.

À medida em que o apoio polonês a alguma das partes da guerra se reduzia, os beligerantes em questão propuseram graus de autonomia para os territórios poloneses. Em 1917, tanto os Estados Unidos como as lideranças bolcheviques declararam-se favoráveis à independência polonesa, que em 1918 foi endossada por Itália, França, Japão e, por fim, Grã-Bretanha. Davies (2005) afirma que estas declarações não garantiriam a implementação da independência polonesa.

Entretanto, ao passo em que no âmbito internacional se discutia a possibilidade da independência, internamente o povo polonês deixava de lado os anos de desilusão pela esperança de finalmente garantirem sua independência. Ainda assim, a Polônia enfrentava um dilema em relação ao seu povo, pois milhares de jovens poloneses tomavam posições nos fronts de todos os beligerantes, chegando à marca de 1,9 milhões em combate, dispostos entre os exércitos da Alemanha, Rússia, França e Estados Unidos (DAVIES, 2005).

Nesta situação, não apenas intensificou-se o interesse russo pelo retorno do povo polonês ao encontro de seu multiétnico território, como também os interesses do império Austro-Húngaro e Alemão. A questão em si passou a ser uma pauta, e em 1916, e a independência polonesa se tornou uma possibilidade, embora existissem indeterminados acordos em relação aos limites territoriais e constitucionais (DAVIES, 2005).

O processo de independência polonesa, nesta época, foi completamente distinto do anseio emancipatório ocorrido ao longo dos anos da guerra Nipo-Russa, entre 1904 e 1905.

Com os acordos acerca da independência sendo tratados pelas nações em guerra, as estruturas de amparo para este novo Estado também não eram frutos da própria nação polonesa: os aparatos e instituições que amparavam as bases para o estabelecimento da Polônia como um Estado eram subordinados às autoridades militares alemãs, e apenas em fevereiro de 1918 foi estabelecido o conselho de Estado executivo, responsável pelos ministérios, cuja intenção seria entregar a administração estatal aos poloneses. Entretanto, com a assinatura do tratado de Brest-Litovsk no mesmo ano, pouca credibilidade foi dada ao novo projeto administrativo (DAVIES, 2005).

Esta incerteza era sustentada principalmente pelo fato de que o tratado, assinado entre a Rússia já governada por bolcheviques e as potências beligerantes centro-europeias, não contava com a participação polonesa, o que foi considerado um insolente atentado aos interesses poloneses. Dito isto, ao final da I Guerra Mundial em 1918, a ocupação alemã, mascarada de governo regente, debandou-se das províncias polonesas, iniciando o processo de declaração das independências destas, assim como o interesse em fazerem parte de uma mesma república que, conforme, sequer existia ainda. Em 14 de novembro de 1918, todas as atribuições governamentais foram entregues a Józef Piłsudski, cujo passado socialista e a participação nas batalhas da Grande Guerra assegurava reputação suficiente para assumir o cargo de Chefe de Estado polonês, o qual só seria reconhecido internacionalmente como Estado em janeiro do ano seguinte (Davies, 2005).

É pertinente evidenciar que, embora a Polônia tenha garantido sua independência em 1918, este evento não foi fruto de fato de uma coesão nacional para tal, e sim o resultado de ações tomadas a nível internacional, uma vez todas as tentativas polonesas de emancipação terem falhado antes mesmo de se tornar uma possibilidade real. Para aqueles mais religiosos, a Polônia independente no início do século XX poderia ser considerada um milagre. Segundo o historiador, os anseios e ações da nação polonesa para a sua emancipação, neste momento histórico, foram irrelevantes, pois não lhes foi permitido lutar pela sua independência, e sim aceitá-la como uma realidade a partir do fim da Guerra.

Imaginar um Estado polonês no pós-Guerra era dado como impensável pelas grandes potências da época. Davies (2005) aponta a razão de sua criação como o resultado do vácuo de poder regional, decorrente do colapso dos três beligerantes regionais - Alemanha, Rússia e o império Austro-Húngaro. Como supracitado, a independência polonesa neste período sequer remete a própria coesão nacional polonesa, haja vista a participação destes em diferentes exércitos no curso da Guerra.

Em âmbito internacional, o fim do *establishment* na Europa Central e Oriental implicou em uma série de guerras recorrentes entre 1918 e 1921, entretanto a Guerra Russo-Polonesa foi a mais grave de todas, ameaçando a existência da República Polonesa. Hobsbawn (1995, p. 76), complementa:

Contudo, embora a situação europeia estivesse longe de estabilizada, era claro em 1920 que a Revolução Bolchevique não estava nos planos do ocidente, embora também fosse claro que na Rússia os bolcheviques se achavam estabelecidos permanentemente. Sem dúvida, quando a internacional se reuniu, parecia haver uma possibilidade de que o Exército Vermelho, vitorioso na Guerra Civil, agora marchando para Varsóvia, espalhasse a revolução para oeste pela força armada, como subproduto de uma breve guerra russo-polonesa, provocada pelas ambições territoriais da Polônia. Restaurada à condição de Estado após um século e meio de não existência, a Polônia exigia agora suas fronteiras do século XVII. (HOBSBAWN, 1995, p. 76)

Sendo assim, o conflito contra os soviéticos representava, para o governo de Józef Piłsudski, a manutenção da independência das áreas não russas que antes formavam o império czarista, enquanto para o governo de Lênin, o confronto tinha o objetivo de recriar o Império Russo aos moldes socialistas, assim como levar a revolução aos outros países capitalistas da Europa Ocidental.

Os confrontos se estenderam de fevereiro de 1919 a outubro de 1920, e ao passo em que os exércitos soviéticos se aproximavam de Varsóvia, as intervenções diplomáticas falharam em promover um armistício entre as partes. Neste cenário, Grã-Bretanha e França se recusaram a prover assistência militar ao exército polonês. Simultaneamente, “enquanto os diplomatas de Lênin pregavam paz, seus generais praticavam guerra” (DAVIES, 2005, p. 294 - tradução livre “Lenin's diplomats preached peace, while his generals practised war.”).

Entretanto, após o “Milagre de Vistula”, o exército soviético foi derrotado pelas forças polonesas, levando milhares como prisioneiros de guerra. Com a desintegração do Exército Vermelho a partir de setembro de 1920, a declaração de paz por parte de Lênin seguiu-se à concessão dos territórios fronteiriços da antiga Primeira República (ZAMOYSKI, 2008).

Para além das guerras travadas nos primeiros anos de existência da República da Polônia, o maior problema interno do novo Estado se dava pela problemática da integração dos

territórios. A República era composta por três regiões correspondentes aos antigos territórios ocupados pela Alemanha, Áustria e Rússia. A partir da independência polonesa, tais regiões passaram a fazer parte de um único Estado. Neste aspecto, idiomas, códigos civis e instituições não compartilhavam da unidade esperada para a manutenção da coesão nacional (DAVIES, 2005).

A isto, Davies (2005) acrescenta que, embora os termos da constituição de 17 de março de 1921 tenham sido criados aos moldes conservadores, a participação de partidos socialistas possibilitou maiores assistências ao bem-estar social da população e, por conseguinte, em cláusulas aditivas foram garantidas:

A igualdade e proteção do Estado para todos os cidadãos, independentemente da origem, nacionalidade, idioma, raça ou religião; a abolição da hereditariedade e dos privilégios de classe e títulos; o direito à propriedade quer fosse privada ou coletiva; a regulamentação das terras com o objetivo de criar “fazendas privadas capazes de produzir adequadamente; o direito da liberdade de expressão, direito à imprensa; liberdade de assembleia; liberdade de consciência e de prática religiosa; o direito ao seguro desemprego e afastamento por questões de saúde; a proteção contra abuso infantil, contra a mulher ou más condições de trabalho; à educação pública e a retenção pelas minorias de sua nacionalidade, idioma e características (DAVIES, 2005, p. 298)<sup>1</sup>

Entretanto, apesar da contribuição socialista ao que tange o bem-estar social, a postura política assumida pelos dirigentes era, acima de tudo, nacionalista, ou seja, partia da ideia de que “pertencimento nacional e inclusão na comunidade nacional dependem da cultura/etnia, sangue e nascimento”<sup>2</sup>(KANIA-LUNDHOLM, 2012, p. 23). Deste modo, quanto mais polonês fossem os cidadãos ou instituições, maior era o grau de respeito garantido aos seus direitos.

Neste sentido, de acordo com Davies (2005), embora os três partidos dominantes no período constitucional fossem o PPS (Partido Socialista Polonês), PSL (Partido do Movimento Camponês) e o Partido Nacional Democrata, todos compartilhavam a preocupação acerca da unidade nacional polonesa. Em termos práticos, isto representava também pouco escopo aos interesses das minorias e seus grupos políticos, quer estes fossem conservadores ou revolucionários.

---

<sup>1</sup> The legal equality and protection by the State of all citizens irrespective of 'origin, nationality, language, race, or religion'; the abolition of hereditary and class privileges and titles; the rights of property, whether private or collective; the regulation of land-owning with a view to creating 'private farming units capable of adequate productivity'; the rights of free expression, freedom of the press, freedom of assembly, freedom of conscience, and religious practice; the right to unemployment and sickness benefit, to protection against the abuses of child, female, and injurious employment, to education at the expense of the state; and the retention by Minorities of their specific nationality, language, and character. (DAVIES, 2005, p. 298).

<sup>2</sup> “national belonging and inclusion in the national community depend on culture/ethnicity, blood and birth” (KANIA-LUNDHOLM, 2012, p. 23).

Esta ideia de governo nacionalista se sustentava pelo argumento de que uma nação compartilha das mesmas tradições, história, lendas e raízes, que por vezes se traduz em um governo para poucos e autoritário com aqueles distintos a si e, geralmente lembrado como agressivo e/ou violento (KANIA-LUNDHOLM, 2012, p. 24).

Este governo nacionalista, neste aspecto, se respaldava pelo fato de que, em termos demográficos, as minorias étnicas dentro do jovem Estado correspondiam a dois terços da população. Dito isto, Davies (2005) evidencia que, no censo de 1931, os poloneses formavam 68,9% da população total, enquanto ucranianos somavam 13,9%, judeus 8,7%, bielorrussos 3,1% e alemães 2,3%. Além disso, em áreas específicas do país, minorias étnicas constituíam a maioria absoluta da população.

Além da questão étnica, a disposição geográfica das minorias se tornava uma problemática para o governo polonês por, acima de tudo, por representarem também discrepâncias econômicas:

A comunidade ucraniana do sudeste consistia predominantemente por camponeses pobres e analfabetos. Os judeus, amontoados em seus guetos de pequenas cidades, forneciam uma parcela desproporcional tanto do proletariado empobrecido quanto das ricas classes profissionais e empresariais. Os alemães nas cidades ocidentais constituíam uma burguesia pequena, mas relativamente rica. (DAVIES, 2005, p. 300)<sup>3</sup>

É importante evidenciar também que, embora a autonomia cultural das minorias étnicas fosse garantida pelos artigos da constituição polonesa, as aspirações separatistas eram completamente incompatíveis com a unidade nacional almejada pelos dirigentes do Estado, unidade nacional está voltada especificamente para a integridade territorial que remetia à Primeira República. Com isto, os anseios nacionalistas poloneses representaram também uma disputa interna para com os nacionalismos de suas minorias étnicas, o que levou ao governo a perder seu inicial interesse em ouvir as demandas das minorias. Esta decisão levou a intensificação dos acirramentos internos dentro da Segunda República Polonesa (Davies, 2005).

Como efeito do acirramento destas tensões, é possível citar o crescimento do sentimento nacionalista Ucraniano e a busca pela sua emancipação. Este grupo étnico minoritário correspondia à maior parcela de não-poloneses dentro da República da Polônia e, após a implementação do Estado polonês, foram forçados a suprimir suas aspirações por autonomia. Entretanto, seus partidos continuaram a operar, ao passo em que também cresciam as

---

<sup>3</sup> The Ukrainian community of the south-east consisted overwhelmingly of poor, illiterate peasants. The Jews, crowded into their small town ghettos, provided a disproportionate section both of the pauperized proletariat and of the rich professional and entrepreneurial classes. The Germans in the western towns constituted a small but relatively wealthy bourgeoisie. (DAVIES, 2005, p. 300)

hostilidades da comunidade polonesa contra o movimento separatista ucraniano. Gradativamente, as medidas conciliatórias deram lugar ao terrorismo, levando os grupos paramilitares ucranianos a realizar sabotagens e assassinatos e, conseqüentemente, minou todas as possibilidades de reconciliação para com o governo. Com o assassinato do ministro do interior da Polônia, campanhas camponesas realizadas por ucranianos eram fortemente repreendidas por militares poloneses. Escolas ucranianas foram fechadas, camponeses ucranianos iletrados em polonês foram retirados dos registros eleitorais.

Os judeus foram afetados por outros fatores, especialmente a regressão econômica e a explosão demográfica, mas também pela crescente discriminação racial. Esta população, diferentemente do ocorrido com os ucranianos, pôde desfrutar de certo bem-estar social ao longo dos vinte anos de existência da república polonesa, especialmente pela manutenção das escolas, assim como a circulação da imprensa e a promoção da cultura, especialmente pelo teatro e filmes. A língua nativa, o iídiche, foi preservado e houve o estabelecimento de centros de pesquisa judeus, como o *Yidischer Visnshaflekher Institut* (Instituto Científico Judeu) (DAVIES, 2005).

Além disso, a participação política da comunidade judaica era, em contraste com a da população ucraniana, preservada dentro do governo polonês, dentro das esferas municipais e parlamentares e, anos depois, mesmo com a redução de partidos democráticos entre 1935 e 1939, ainda assim deputados e senadores judeus garantiam seus assentos no parlamento. Com a participação na vida política e grande influência no âmbito social do novo Estado, o corpo social judeu, em particular, era dotado de uma aura de influência e confiança, conforme afirma Davies (2005), por ser bem estruturado, desde hospitais e orfanatos, a centros culturais e recreativos.

Os outros dois grupos étnicos mais populosos na Polônia eram os bielorrussos e alemães: Os primeiros, de certo modo eram tratados como uma “segunda classe” dos poloneses, aos quais não foram garantidos muitos direitos de preservação da cultura ou idioma, especialmente ao que diz respeito às escolas e igrejas ortodoxas. Em relação a religião, ainda havia a discriminação entre bielorrussos católicos e ortodoxos, sendo os primeiros favorecidos pela administração polonesa em detrimento aos segundos. (Davies, 2005).

Em relação aos alemães, antes da ascensão de Hitler, estes eram organizados em centros culturais, conhecidos como *Rat der Deutschen in Polen* (Conselho de Alemães na Polônia), além disso, faziam parte da vida política por meio de partidos associados ao governo polonês: Grupos socialistas alemães trabalham em associação ao PPS (partido socialista polonês), entretanto com o surgimento do partido Nazista alemão, houve a associação dos alemães na

Polônia com o partido, por meio do *Landesgruppe-Polen* (grupo regional polonês), a partir de 1935.

Um Estado jovem, majoritariamente agrário, cujos grupos étnicos não apresentam senso de coesão suficiente, a missão de se integrar todo o país surgiu juntamente à sua Segunda República, entretanto o tempo necessário para se garantir esta coesão, bem como os recursos disponíveis para tal eram escassos. Além disso, no início da década de 1930, as tensões internas cresciam de modo exponencial, de modo a ser observada uma polarização entre o Estado e a população, como também entre a maioria étnica polonesa e as minorias presentes no Estado (DAVIES, 2005).

Neste cenário de emergentes tensões e polarização interna se agravou especialmente no âmbito econômico, em decorrência da Grande Depressão de 1930, definida por Hobsbawn (1995, p. 91), como o “epicentro deste que foi o maior terremoto global medido na escala Richter dos historiadores econômicos”.

Com a crise agrária decorrente da recessão mundial, ainda se enfrentava internamente os problemas referentes às reformas agrárias malsucedidas e a superpopulação no campo. Ademais, ao longo da década de 1930, os preços dos produtos agrícolas vieram a cair pela metade, assim como os subsídios do governo e o investimento em maquinário agrícola. Conseqüentemente, problemas sociais passaram a se multiplicar, tais como a militância política e a repressão policial das massas. As tensões arrefeceram com a ascensão do Movimento Camponês (PSL) ao ministério da agricultura, entretanto, medidas de curto prazo não viriam a solucionar a questão agrária polonesa, e a resposta para o escoamento da superpopulação no campo seria o suporte à industrialização e o investimento no desenvolvimento da “Polônia-B”, região que atualmente compõe o território de Belarus. (DAVIES, 2005).

Ao passo em que as medidas a serem adotadas pelo ministério da agricultura não viriam a resolver os latentes problemas imediatos, as manifestações políticas realizadas pelo Movimento Camponês passaram a ser mais radicalizadas, assim como buscavam garantir maior participação camponesa, por meio da União dos Jovens Camponeses. É importante ressaltar que esta foi uma das mais importantes manifestações do poder camponês na Polônia moderna, e, de acordo com Davies (2005), foi um prelúdio do que viriam a ser os batalhões camponeses na resistência da II Guerra Mundial.

Para além das questões camponesas, o cenário não era tão benéfico aos proletários das indústrias. Dito isto, a limitada industrialização e o trabalho em fábricas eram vistos como uma possibilidade irrisória. Além disso, o salário do trabalhador na indústria representava quatro

vezes mais o salário de uma família no campo, o que conseqüentemente implicou em uma maior tolerância do trabalhador ao trabalho pesado ou às más condições trabalhistas.

Ainda assim, como a crise agrária não foi um evento isolado, os efeitos também agravaram a situação nas fábricas, levando a demonstrações públicas de descontentamento por parte da classe trabalhadora. A “Ascensão de Cracóvia”, ocorrida em 1923, foi uma das maiores manifestações de descontentamento dos trabalhadores, que reivindicavam contra a redução salarial e as más condições das fábricas e minas. Segundo Davies (2005), as manifestações nas ruas logo se transformaram em confrontos contra a polícia e, por algumas horas, os trabalhadores haviam tomado conta da cidade.

Em resposta à greve polonesa, o governo implementou sanções contra trabalhadores de indústrias estatais, assim como provocou a revisão do código criminal e o direito à greve. Neste aspecto, Davies (2005) complementa que a classe trabalhadora polonesa tinha pouco pelo qual se contentar, com exceção ao fato de que não eram camponeses. A política econômica polonesa, entretanto, contava com determinados objetivos em relação ao seu desenvolvimento, especialmente por se tratar de um sistema econômico que deveria ser implementado desde as bases. Isto significa, portanto, que as poucas infraestruturas existentes não eram integradas, implicando em barreiras logísticas para o escoamento da produção.

Além disso, a inflação implicou na instabilidade do câmbio polonês. Deste modo, o principal objetivo do governo era garantir a estabilidade interna, especialmente no que diz respeito à política monetária e a inflação, para em seguida atrair investimentos internacionais. Com o estabelecimento do Zloty como moeda corrente e a criação do banco polonês em 1924, assim como o aumento de empréstimos estrangeiros dos Estados Unidos, França e Itália, houve o aumento nos investimentos em obras públicas e no campo, contribuindo para o estabelecimento de um sistema econômico viável (DAVIES, 2005).

Apesar do viável sistema econômico, a indústria polonesa encontrou desafios para seu estabelecimento, como a tentativa de desenvolver-se economicamente de acordo com os moldes capitalistas, mas sem o devido suporte do capital ocidental. A concessão de terras rurais do acordo de paz tratado com a Rússia não compensou a ausência do vasto mercado russo que, sob o governo socialista, encontrava-se fechado aos produtos poloneses. Ademais, o investimento em infraestruturas básicas, embora necessário para o estabelecimento da produção econômica, foi fortemente mitigado pelo baixo crédito internacional polonês, o que implicou no afastamento da aplicação de capital estrangeiro e, por conseguinte, na dificuldade em se garantir os insumos necessários para tais investimentos, provocando o subdesenvolvimento econômico em comparação aos países vizinhos. Para exemplificar a situação, Davies (2005) evidencia:

A principal linha férrea entre a Silésia e o porto recém-construído de Gdynia, projetada para facilitar as exportações de carvão, não foi concluída até 1929; a linha principal de Varsóvia a Cracóvia através do Túnel Kielce foi construída em 1933; a campanha de eletrificação de 1936-9 aumentou o fornecimento de energia em 600% em relação aos níveis anteriores, mesmo assim não alcançou os mesmos resultados que na Alemanha ou na Rússia (DAVIES, 2005, p. 308)<sup>44</sup>

O cenário industrial polonês tomou outros rumos a partir de 1936, com a implementação do Plano de Estado (1936-1939), cujo principal objetivo era associar as necessidades polonesas por meio do investimento de recursos internos. Este plano, portanto, priorizava a indústria de guerra e, por conseguinte, as indústrias de base, especialmente em transporte, energia e combustível (DAVIES, 2005).

A principal conquista deste projeto foi a criação da Região Industrial Central (COP), nas cidades da Cracóvia, Kielce e Lwów. Ademais, a instalação da hidrelétrica em Roznow e a indústria metalúrgica em Stalowa Wola já se encontravam em considerável avanço quando a II Guerra Mundial eclodiu. A partir do Plano de Estado, portanto, foi-se observada importante recuperação da economia polonesa, a qual refletiu-se também na performance econômica em 1938-9, na qual o Industrial Index apontava a economia polonesa com um melhor desempenho em relação a França e Bélgica, países com uma indústria de infraestrutura mais desenvolvida que a polonesa.

Na área educacional, o principal problema encontrava-se no fato de que, embora os poloneses fossem a maioria étnica, ainda assim correspondiam a apenas 44% da população alfabetizada. Dito isto, com programas de educação pública, gratuita e compulsória, entre 1928 e 1929, 96% das crianças entre 7 e 14 anos estavam regularmente matriculadas em escolas (DAVIES, 2005, p. 310). Entretanto, a educação secundária universal ainda não era uma realidade, por se tratar sociedade em desenvolvimento e com recursos escassos, o acesso à educação encontrava-se aquém às demandas populares.

Embora o ensino básico fosse compulsório, este não o era para as minorias étnicas dentro da Polônia, uma vez estas sendo deixadas à mercê de seus próprios recursos. Apesar de pouco se tentar suprimir o funcionamento das escolas de etnias minoritárias, o governo deixava muito claro as intenções de investir apenas em favor das escolas polonesas. Ao longo da década

---

<sup>4</sup> The main railway line between Silesia and the newly constructed port of Gdynia, designed to facilitate coal exports, was not completed until 1929; the main line from Warsaw to Cracow via the Kielce Tunnel was built in 1933; the electrification campaign of 1936-9 increased power supplies by 600 per cent over former levels, but even so did not achieve the same results as in Germany or Russia (DAVIES, 2005, p. 308)

de 1930, por decreto oficial, o número de judeus frequentando seletas escolas e faculdades deveria ser correspondente à porcentagem correspondente à população geral. Ademais, o número de escolas ucranianas decresceu drasticamente, passando de mais de 2 mil escolas na Galícia Austríaca em 1911 para menos de 500 escolas em 1938. Estes dados representam não apenas a intolerância do governo polonês para com seus cidadãos de outras etnias, como também o supracitado interesse em se governar para apenas um povo - os poloneses.

Outra esfera de importante destaque dentro da Segunda República Polonesa era o exército que, mais do que garantir a segurança, representava o principal instrumento de unidade social e nacional: Ascendendo acima de interesses de classe ou minorias, o exército polonês possuía grande prestígio social e força política, especialmente quando utilizado para manipulações constitucionais (DAVIES, 2005). Os recrutamentos compulsórios chegaram a mobilizar mais de um milhão de soldados em períodos de guerra (1919-20 e em 1939), entretanto as forças aérea e naval eram consideravelmente pequenas em relação ao padrão estabelecido pelos demais exércitos europeus.

Além disso, em contraste com a supressão dos interesses minoritários supracitados, o exército garantiu sua estabilização como um dos principais instrumentos políticos, dado o seu papel durante a formação da República e sua vitória contra o Exército Vermelho em 1920. Com a morte de Pitsudski, o exército passou a assumir dominante posição no âmbito político polonês (DAVIES, 2005).

Em relação à política internacional, o governo polonês confiava na total independência e no não-alinhamento. A decisão de não se alinhar ao Ocidente partiu, em grande parte, do fato de que, quando em guerra contra o Exército Vermelho em 1919-20, o país não recebeu auxílio francês ou britânico. Para com seus dois grandes vizinhos - Alemanha e Rússia, a política externa polonesa era orientada ao estrito mutualismo, ou seja, inicialmente não havia o interesse em se alinhar diretamente com nenhum dos dois Estados (DAVIES, 2005).

A década de 1930 representou tanto um momento aparentemente glorioso para a Polônia, como também o seu declínio. Ao passo em que o Plano de Estado buscava industrializar rapidamente o país, outras esferas da sociedade estavam em constante conflito, especialmente ao que diz respeito entre as minorias étnicas e o governo polonês, devido às repressões sofridas por Ucranianos e Judeus. Neste aspecto, tampouco ações militares surtiam efeito ou reduziam as manifestações. Além disso, a situação no campo não havia melhorado após as reformas propostas, bem como as indústrias que, de acordo com Davies (2005), produziam não apenas pouco, como lentamente. Sob este aspecto, a estabilidade financeira

havia se sustentado em duas bases pouco seguras: Baixos investimentos e elevado grau de desemprego.

Internacionalmente, a confiança dos demais Estados na Polônia se degradava constantemente, implicando especialmente em uma fuga do capital estrangeiro e, internamente, o ponto de maior destaque da jovem república, a educação, provou-se contraditória ao próprio governo, pois as pessoas que aprenderam a ler também haviam aprendido a se descontentar com o que ocorria. (DAVIES, 2005).

Em suma, se a II Guerra Mundial não tivesse eclodido em 1939 e os agentes externos não tivessem sido responsáveis pelo fim da Segunda República polonesa, assuntos internos muito possivelmente mitigariam as chances de o jovem Estado continuar existindo.

## **2.2. A Segunda Guerra Mundial e o futuro da Polônia independente**

Com este background, é possível afirmar que a condição polonesa havia se deteriorado até o seu limite em 1939. Com a propaganda Nazista fortemente veiculada para o que chamavam corredor polonês, apenas o apoio internacional de grandes potências poderia ser uma salvação para a Segunda República, porém também era evidente às demais nações europeias que negociações não seriam proveitosas com o governo de Hitler (DAVIES, 2005). Em 28 de abril, Hitler revogou o pacto de não-agressão firmado entre Alemanha e Polônia e, com a substituição do comissário internacional soviético Maxim Litvinov por Vyacheslav Molotov, a busca por uma aliança entre o Ocidente - França e Grã-Bretanha, e a URSS tornaram-se ainda mais improváveis (GARLNSKI, 1985).

Em contrapartida, tanto a Alemanha Nazista quanto a União Soviética se ressentiam da independência polonesa. Sob a premissa de um diálogo entre Alemanha e URSS, o comissário Nazista Joachim Ribbentrop evidenciou que não havia problema que não fosse capaz de ser resolvido amigavelmente entre Alemanha e URSS. Nestes termos, foi-se assinado o Pacto de Não-Agressão entre a Alemanha Nazista e a União Soviética, que não apenas trouxe um fim a um período de incertezas à Europa Oriental, como também repartia a Polônia e os Estados bálticos entre as duas partes.

Assim como a independência foi fruto de eventos externos, um dos poucos fatores a fim de garantir a coesão nacional também foi fruto de eventos internacionais: Com a ascensão de Hitler e a assinatura do pacto entre Alemanha e URSS, os cidadãos poloneses, apesar de suas diferenças, encontraram um importante na manutenção da independência polonesa um importante interesse em comum (Davies, 2005). Deste modo, este grupo pode ser definido como

“em sua grande maioria, anti-alemães, anti-russos e também antisemitas” (HOBSBAWN, 1995, p. 170).

Com a assinatura do tratado entre Alemanha e URSS, com o qual Stalin almejava manter-se fora da guerra enquanto as principais potências europeias digladiavam-se (HOBSBAWN, 1995, p. 152), a Polônia anunciou uma mobilização geral no dia 29 de agosto de 1939, a qual foi postergada pela tentativa de embaixadores do ocidente em dialogar pela paz. Entretanto, sob a falsa premissa de que soldados poloneses haviam atacado uma estação de rádio alemã, no dia 01 de setembro as tropas alemãs cruzaram a fronteira com a Polônia (GARLNSKI, 1985, p. 31).

Estrategicamente, as defesas polonesas estavam dispostas ao leste, especialmente pela ideia de que a URSS atacaria o país antes que qualquer Estado do ocidente. Entretanto, a Polônia era um país pobre em recursos e militares, o que a impossibilitava de atuar em dois fronts, contra dois poderosos vizinhos. (GARLNSKI, 1985). A expectativa polonesa se depositava na possibilidade de, ao longo dos ataques alemães, a União Soviética permanecer neutra. A realidade, por outro lado, era dura para os poloneses pois, apesar do exército ter sido no passado, capaz de grandes feitos de resistência contra grandes exércitos, especialmente contra a Rússia em 1919-20, os ataques alemães do dia 01 de setembro de 1939 não deixaram dúvidas de que a Alemanha tinha um poderio militar superior, fortemente dotado de modernos maquinários de guerra (GARLNSKI, 1985). Com o início das hostilidades entre Alemanha e Polônia, em poucas horas se alastraram as notícias de que uma guerra ocorria entre os países vizinhos. Isto levou a uma mobilização das potências ocidentais, <sup>5</sup>Grã-Bretanha e França, que buscavam meios de dialogar com o ditador alemão, muito embora os países assumissem posturas distintas:

Imediatamente apareceu uma diferença entre o comportamento francês e o britânico. O governo francês anunciou a mobilização geral e apresentou seu caso ao parlamento, mas continuou a esperar que a iniciativa de Mussolini pudesse salvar a paz; em Londres não foi rejeitado, mas a situação foi vista de forma mais realista. A conferência proposta pelo ditador italiano exigia a participação da Alemanha e sua aceitação da necessidade de se retirar da Polônia. Os franceses nutriam a ilusão de que Hitler concordaria com isso, enquanto os britânicos, embora entregassem uma nota apropriada junto com os franceses, não compartilhavam de suas ilusões. (GARLNSKI, 1985, p. 37)

---

<sup>5</sup> A difference at once appeared between French and British behavior. The French government announced general mobilization and presented its case to parliament, but it continued to hope that Mussolini's initiative might save the peace; in London it was not rejected, but the situation was viewed more realistically. The conference proposed by the Italian dictator required Germany's participation and her acceptance of the need to withdraw from Poland. The French harbored the illusion that Hitler would agree to this, while the British, although handing in an appropriate note together with the French, did not share their illusions. (GARLNSKI, 1985, p. 37)

Ao passo em que o ocidente se mobilizava em relação ao conflito, Hitler prosseguia com seus planos políticos. Após a anexação do território de Gdansk ao Reich, Hitler ansiava pela participação soviética a seu lado na disputa, entretanto os russos não partiam da mesma ideia, alegando principalmente que um ataque prematuro à Polônia significaria a união entre os inimigos da Alemanha e URSS. (GARLNSKI, 1985).

Em duas semanas de conflito entre Alemanha e Polônia, Varsóvia já estava cercada por tropas alemãs e, no dia 17 de setembro, o exército soviético atravessava a fronteira leste. Sob a premissa de que a Polônia não mais existia, o embaixador polonês em Moscou foi convocado ao encontro de Molotov, que anunciou: “uma vez que a República Polonesa não existia mais, medidas estavam sendo tomadas para proteger os habitantes da Bielorrússia ocidental e da Ucrânia ocidental”. (DAVIES, 2005, p. 324).<sup>6</sup> Algumas regiões receberam as tropas soviéticas acreditando que estas estavam lutando contra a Alemanha, enquanto em outros lugares, elas eram combatidas da mesma forma que o exército Nazista.

O governo polonês havia abandonado o país em direção à Romênia (GARLNSKI, 1985), Varsóvia encontrava-se fora de controle e o exército polonês ainda resistia contra as ofensivas, entretanto a coalizão Nazi-Soviética demonstrou fortes efeitos: Sob ordens de dispersão e o comando para que todas as armas fossem destruídas, o exército polonês estava rendido, e milhares de soldados e civis poloneses fugiram para a Romênia e Bulgária. No dia 05 de outubro, o último batalhão polonês foi rendido. (DAVIES, 2005).

As baixas polonesas chegavam a 60 mil soldados mortos e outros 140 mil feridos, e o número de civis atingidos pelos conflitos era ainda maior. Ao passo em que Grã-Bretanha e França haviam declarado guerra contra a Alemanha no início de setembro daquele ano, nenhuma força militar desses países foi mobilizada para defender os poloneses (GARLNSKI, 1985; DAVIES, 2005).

A repartição do território polonês entre a Alemanha Nazista e a União Soviética estava estabelecida pelo tratado Molotov-Ribbentrop, no qual determinava que as fronteiras seriam dispostas ao longo dos rios Bug e San (GARLNSKI, 1985). A partir da entrada do exército Nazista em Varsóvia, passou a vigorar o tratado de paz e amizade entre ambos os ocupantes, assim como o a demarcação permanente das duas zonas por meio das fronteiras supracitadas,

---

<sup>6</sup> “since the Polish Republic was no longer in existence, measures were being taken to protect the inhabitants of western Byelorussia and western Ukraine.” (DAVIES, 2005,p. 324).

assim como prevaleceu em cada uma das ocupações a mesma política adotada pelos seus respectivos conquistadores (DAVIES, 2005).

Sob perspectiva comparativa, a invasão alemã de 1939 pouco poderia ser equiparada com a ocorrida entre 1914-15, não apenas no que diz respeito aos exércitos alemães como também à recepção polonesa em relação aos invasores: Davies (2005) apresenta que a defesa de Varsóvia em setembro de 1939 demonstrou o quão desafiador seriam os próximos anos para este grupo.

O ato de capitulação de 27 de setembro foi [...] imposto a uma cidade mutilada cujas vítimas já somavam dezenas de milhares e cujos monumentos mais [...] antigos já haviam sido reduzidos a escombros. A separação imediata da população judia da população ariana [...] permitiu que os administradores Nazistas obstruíssem desde o início todos os pensamentos de assistência mútua. (DAVIES, 2005, p. 326)<sup>7</sup>

Ademais, à anexação ao terceiro reich sucedeu-se a instauração do terror por parte das tropas alemãs, o que representava o assassinato em massa de ativistas políticos e o quais a máquina de propaganda Nazista apontava como traidores (GARLNSKI, 1985)

Esses assassinatos preliminares foram uma expressão da fúria alemã, engendrada pela propaganda alemã e slogans infundados de que os poloneses ativos nas províncias ocidentais e, em particular, aqueles que lutaram por eles após a Primeira Guerra Mundial, eram traidores, pois essas províncias pertenciam à Alemanha há vinte anos. anos antes. (GARLNSKI, 1985, p. 48-49)<sup>8</sup>

Além disso, houve também a “alemanização” dos territórios anexados, sob a premissa de erradicar toda e qualquer manifestação da nacionalidade polonesa a qualquer custo, de modo que todos aqueles que pertencessem à nação polonesa deveriam deixar os territórios anexados (GARLNSKI, 1985). Seguindo esta ordem, ocorreram evacuações em massa entre 1939 e 1940, “especialmente de fazendeiros, intelectuais e comerciantes, assim como famílias inteiras, que

---

<sup>7</sup> The act of capitulation of 27 September was imposed [...] on a mutilated city whose victims already numbered scores of thousands and whose most ancient monuments [...] had already been reduced to rubble. The immediate separation of the Jewish population [...] from the Aryan population [...], enabled the Nazi administrators to obstruct all thoughts of mutual assistance from the start. (DAVIES, 2005, p. 326)

<sup>8</sup> These preliminary murders were an expression of German fury, engendered by German propaganda and unfounded slogans that Poles active in the western provinces and in particular those who had fought for them after the First World War, were traitors, for these provinces had belonged to Germany twenty years previously. (GARLNSKI, 1985, p. 48-49)

só eram permitidas levarem alguns pertences e deixar para trás todos os seus recursos, sem qualquer compensação”<sup>9</sup>.

Aqueles que permaneceram, foram submetidos a regras que implicavam em supressões morais e econômicas, e todas as instituições que antes representavam a Polônia como um Estado independente deixaram de existir, desde escolas e teatros até o próprio governo de províncias, sendo essas incorporadas ao governo alemão e transferidas para a administração Nazista (GARLNSKI, 1985). Diferentemente do ocorrido na ocupação Nazista, o lado soviético estava sujeito a um regime distinto, baseado no que Garlnski (1985) apresenta como a tentativa de se criar um fato consumado para a anexação do território polonês, ocupado pelo exército vermelho sob o pretexto de proteção à Ucrânia e Bielorrússia ocidentais.

Deste modo, ao passo em que Hitler operava por meio de decretos, Stalin sustentava suas ações pelos anseios da população local, se resguardando contra as acusações internacionais (GARLNSKI, 1985, p. 53).

O que Davies (2005, p. 327) aponta como um “show de processos democráticos”, representado pelas ações que Garlnski (1985) evidencia como movidas pelos desejos da população, mascaravam os reais objetivos soviéticos, como a anexação dos países bálticos, cuja ação já estava prevista nas cláusulas do pacto Molotov-Ribbentrop.

Na Polônia ocupada pelos soviéticos, portanto, Vilnius voltou a ser território da Lituânia, assim como o sul de Lwów foi anexado à Ucrânia Ocidental (DAVIES, 2005). Sucedeu-se então uma série de plebiscitos a fim de se garantir o consentimento popular à presença soviética, o que Garlnski (1985) e Davies (2005) apresentam como um elemento do teatro soviético para a ocupação. Neste sentido, <sup>10</sup>“todos os cidadãos eram obrigados a votar. Todas as abstenções, documentos estragados e protestos foram contados como votos a favor. Para surpresa de ninguém, a lista oficial foi declarada ter recebido o apoio de 92 por cento do eleitorado” (DAVIES, 2005, p. 327).

Assim que encerraram-se as formalidades políticas, o território anexado passou para a imediata sovietação, o que Garlnski (1985) demonstra como processos não tão diferentes em processos do ocorrido com a ocupação Nazista, mas completamente distintos em motivação:

---

<sup>9</sup> “entire families were transported in goods wagons, allowed to take with them only 20- 50kg of personal belongings and a few hundred zloty in cash. and having to leave behind businesses, estates and homes. without any compensation.” (GARLNSKI, 1985, p. 49)

<sup>10</sup> “todos os cidadãos eram obrigados a votar. Todas as abstenções, documentos estragados e protestos foram contados como votos a favor. Para surpresa de ninguém, a lista oficial foi declarada ter recebido o apoio de 92 por cento do eleitorado”

[enquanto] no oeste. imediatamente após a invasão, os alemães começaram a assassinar os poloneses, procurando os líderes e usando como pretexto suas atividades antigermânicas: no leste, as divisões vermelhas invasoras espalharam panfletos destinados a despertar o ódio de classe contra os proprietários das grandes propriedades e fábricas, oficiais, juizes, magistrados, sacerdotes, e políticos (GARLNSKI, 1985, p. 55)<sup>11</sup>

Em um contexto em que minorias étnicas não possuíam harmoniosa coexistência com a etnia majoritária, a propaganda soviética encontrou solo fértil para sua vasta propagação. Além da questão de classes, que implicou na prisão de indivíduos abastados, a propaganda soviética também segregou a população de acordo com suas nacionalidades.

A manifestação religiosa também foi suprimida, especialmente por resistir à imposição da ideologia soviética. Neste sentido, perseguições contra o clero tornaram-se sistemáticas, assim como o fechamento de igrejas e conventos, não apenas católicos, como também gregos-ortodoxos e protestantes (GARLNSKI, 1985). Entretanto, ao passo em que as manifestações religiosas passaram a ser reprimidas,urgia-se a necessidade de se expressar a liberdade por meio das atividades culturais que, em contraste com o regime Nazista, eram permitidas por meio de escolas, universidades, teatros, academias de arte e demais instituições correlatas, pois era parte do plano de sovietação do território anexado a erradicação do estudo do idioma próprio, neste caso o polonês, e suas manifestações culturais, a fim de que a ideologia soviética prevalecesse (GARLNSKI, 1985, p. 56).

O papel polonês ao longo da vigência do pacto nazi-soviético entre 1939 e 1941 foi de viabilizar um espaço comum para que as relações entre ambos os ocupantes ocorressem de modo mais estreito, pois oleodutos abasteciam o exército Nazista, ao passo em que os armamentos alemães equipavam soldados soviéticos (DAVIES, 2005, p. 329).

Além da cooperação em relação à economia, a Alemanha Nazista e a União Soviética ao que diz respeito ao terror, perseguição e mortes em massa: Enquanto os Nazistas seguiam com o plano de limpeza étnica, as deportações soviéticas destinadas aos *gulags* iam contra todos aqueles que porventura fossem contrários ao partido comunista ou ao regime (DAVIES, 2005). Neste aspecto, os poloneses em sua maioria eram as vítimas em ambos os casos, enquanto os países ocidentais seguiam impossibilitados de recebê-los.

---

<sup>11</sup> In the west. immediately after invading, the Germans set about murdering the Poles, seeking out the leaders and using as pretext their anti-German activities: in the east the invading Red divisions scattered leaflets designed to arouse class hatred towards the owners of the larger estates and factories, officers, judges, magistrates, priests, and politicians (GARLNSKI, 1985, p. 55)

Muito embora houvesse forte repressão em ambos os lados ocupados, e os representantes do governo polonês estivessem exilados, isto não significou o desaparecimento por completo da luta polonesa por sua independência, que passou a representar resistências alternativas, por meio de organizações paramilitares e partidos políticos clandestinos que, embora fortemente repreendidos pelas forças militares e as deportações em massa, ainda tentavam resistir (GARLNSKI, 1985).

No âmbito político, a situação polonesa também não aparentava possuir grandes saídas, pois o governo exilado que buscava na cooperação com a Romênia uma saída para a França, não conseguiu completar seu objetivo, dada a pressão soviética e alemã em relação ao país (DAVIES, 2005). Dado o agravamento da situação, bem como o fato de estar incomunicável com seu país ou possíveis aliados, o presidente Ignacy Moscicki renunciou à presidência, assumida por Władysław Raczkiewicz (GARLNSKI, 1985), que em pouco tempo organizou, na França, o Conselho Nacional Polonês, que em características gerais servia para substituir o parlamento, aconselhando e assistindo às decisões do novo governo.

Além das relações com a França, a o governo polonês fora dos territórios ocupados também firmou pacto com a Inglaterra, em agosto de 1939, levando à conferência entre Polônia, França e Inglaterra em outubro do mesmo ano (DAVIES, 2005), firmando a cooperação militar de ambas as potências para com o país ocupado, permitindo às potências maior número de aliados para as campanhas, pois o número de poloneses no exterior era considerável, como exemplo a comunidade polonesa na França, que chegava a quase 500 mil pessoas, o que garantia um grande contingente de potenciais soldados. (GARLNSKI, 1985). A partir do rendimento da França à ocupação Nazista, o governo polonês passou a buscar apoio na Grã-Bretanha, o que levou tanto a uma crise política interna, envolvendo o gasto de recursos e homens no combate pela proteção à França, mas também ao desenvolvimento da força aérea polonesa.

Com o rompimento das relações entre a Alemanha Nazista e a União Soviética em 1941, após a investida alemã a leste, negociações entre o governo polonês e o governo soviético iniciaram, sob intermédio britânico. O primeiro embate entre as duas partes encontrava-se nas fronteiras etnográficas, conforme apresenta Garlnski (1985), o que representava a manutenção da Polônia como um Estado independente, desde que este não tivesse os territórios reduzidos pela ocupação soviética.

Apesar da tentativa de relações amistosas e da proposição de acordos, especialmente relacionados à restauração da emancipação polonesa e a reestruturação do seu exército, ainda não havia perspectivas de se formar um tratado entre as partes, pois “tal acordo dependia apenas

das decisões do governo soviético. que deveria reconhecer as fronteiras anteriores a setembro de 1939 do estado polonês e libertar súditos poloneses mantidos em prisões e campos”<sup>12</sup>(GARLNSKI, 1985, p. 128). Devido às delongas ao que competem os acordos entre Polônia e URSS, a resposta Soviética chegou antes de um tratado entre ambos:

A posição russa continuou a diferir das exigências polonesas e em 17 de julho o embaixador Maisky apresentou a reação de Moscou. Ignorou a ideia de retornar ao status quo existente antes de setembro de 1939, levantou a questão das fronteiras para discussão, insistiu na aprovação soviética do comandante das forças polonesas na União Soviética e fez a libertação dos prisioneiros de guerra poloneses sujeito ao reatamento prévio das relações diplomáticas. (GARLNSKI, 1985, p. 128)<sup>13</sup>

Ao passo em que o diálogo com a URSS ocorria, seguiam em curso as investidas alemãs contra o território soviético e, por conseguinte, este era o momento propício para a Polônia conseguir um acordo satisfatório com o governo de Stalin, entretanto em 30 de julho de 1941, o governo polonês assinou um acordo reconhecendo o restabelecimento de relações diplomáticas entre ambos os Estados, assim como a assistência mútua em caso de ataques da Alemanha Nazista e a presença de exércitos poloneses em territórios soviéticos, sob a cláusula secreta de que reivindicações de natureza pública ou privada seriam tratadas em negociações futuras (GARLNSKI, 1985).

A opinião dos Poloneses dentro do território ocupado, embora as decisões de caráter político fossem tomadas em âmbito externo, tinham mais valor em termos práticos do que a assinatura de um acordo, neste momento. Com isso, a manifestação positiva em relação às ações do governo polonês em relação ao novo cenário político e a eclosão da guerra russo-germânica foram apreciadas, entretanto evidenciou-se também a importância da URSS reconhecer a independência e soberania polonesa, assim como reintroduzir atividades diplomáticas, libertar os prisioneiros e exilados poloneses e prover assistência à população polonesa deportada, assim como pagar compensações pelas perdas materiais (GARLNSKI, 1985).

---

<sup>12</sup> “such an agreement depended solely on the decisions of the Soviet government. which ought to recognise the pre-September 1939 frontiers of the Polish state and release Polish subjects held in prisons and camps”

<sup>13</sup> The Russian position continued to differ from Polish demands and on 17 July Ambassador Maisky presented Moscow's reaction. It ignored the idea of returning to the status quo existing before September 1939, it raised the issue of the frontiers for discussion, it insisted on Soviet approval of the commander of the Polish forces in the Soviet Union and made the release of Polish prisoners of war subject to the resumption first of diplomatic relations. (GARLNSKI, 1985, p. 128)

Entretanto, devido ao curso da guerra e, conseqüentemente ao avanço Nazista a oeste, a Polônia passou a ser ocupada por tropas alemãs, enquanto Hitler avançava de encontro ao território soviético.

Neste contexto, o Estado polonês passou a agir de modo clandestino, em um cenário ligeiramente favorável representado pelo fato de que todo o povo polonês estava sob o domínio de um único sistema, como afirma Garlnski (1985). Ademais, ao passo em que as ocupações Nazistas ocorridas em territórios a leste mantinha viva a cultura das nações que viviam ali, tal como ocorrido com a França, o contrário ocorria com a ocupação na Polônia e em demais regiões a leste: Nesta região, a Alemanha Hitlerista buscava por força de trabalho e, acima de tudo, pela supressão de todos os aspectos culturais e de identidade nacional de seu povo (GARLNSKI, 1985. p.142).

Ao passo em que as ocupações na França e Holanda mantinham a vida cultural e o acesso a informações do exterior ativas, mesmo sob circunstâncias adversas, a regra geral para a Polônia se resumia em suprimir qualquer tentativa de promoção da cultura polonesa, assim como o confisco de rádios e o fechamento de centros culturais, teatros e imprensa, o que implicou ainda na destruição de símbolos nacionais, como o castelo real em Varsóvia e a remoção das obras de arte e relíquias em Cracóvia (GARLNSKI, 1985).

Em pouco tempo, a supressão dos elementos culturais chegou à repressão e o registro de artistas, escritores, bibliotecários, professores e jornalistas, implicando na obstrução de qualquer manifestação cultural polonesa e, acima de tudo, na privação de seu futuro desenvolvimento. Neste aspecto, com um governo regente exilado e em um território ocupado, o Estado polonês passou a existir por meio de uma vertente “clandestina”, pois o poder e a capacidade de coerção por meio do uso da força estavam nas mãos da Alemanha Nazista, entretanto suas ordens eram sabotadas a mando de representantes clandestinos do governo exilado (GARLNSKI, 1985). Com isso, o Estado polonês sustentava-se por meio de sua própria jurisdição e aporte legal, a fim de executar as ordens provenientes do governo exilado no ocidente.

Além de se manter pelo escopo de um código penal baseado na prisão de traidores e espões, o Estado polonês também se estruturava neste período pela organização de grupos de estudo e escolas clandestinas, destinadas não apenas ao estudo do idioma polonês, como também de ciência e artes (DAVIES, 2005). Muito embora a Alemanha estivesse ciente da estrutura de escolas clandestinas, estas eram vistas como menos perigosas para a manutenção do governo Nazista do que massivas propagandas clandestinas, o que implicava na manutenção

dessas escolas, mas ao custo de professores presos ou enviados a campos de concentração de tempos em tempos (GARLNSKI, 1985).

Com o tempo, universidades também passaram a agir de forma clandestina, como a Universidade de Varsóvia, que em 1944 contava com 2176 estudantes, assim como o Instituto de Tecnologia e a Universidade Agrícola Central. De modo geral, Garlnski (1985, p. 147) afirma que cerca de nove mil estudantes poloneses passaram por instituições de ensino superior clandestinas em Varsóvia.

Além da preservação da educação, houve também a preocupação com a preservação de artefatos e relíquias históricas, pois embora a história da Polônia seja permeada de ocupações, é reconhecido que não houve destruição mais sistematizada de tesouros históricos que durante a ocupação alemã (GARLNSKI, 1985). Com monumentos destruídos e prédios históricos demolidos e milhares de livros queimados, surgiu-se a necessidade de preservar o que fosse possível, quer fosse por meio do registro das condições, ou escondendo artefatos, livros e obras de arte, como também por meio do levantamento de informações sobre obras levadas por Alemães, que futuramente poderiam vir a ser reclamadas como compensação pelas perdas polonesas na guerra (GARLNSKI, 1985; DAVIES, 2005).

Com um governo atuando de forma clandestina dentro do território ocupado e, enquanto exilado, buscando meios de sustentar-se após a liberação polonesa, o grupo de resistência, Home Army, partiu a agir em operações pela liberação do seu país, ao passo em que cooperava com o Exército Vermelho. Garlnski (1985) evidencia que, embora os alemães tenham levado relíquias, obras de arte e destruído monumentos, ainda assim Varsóvia resistia, junto com seus mais de um milhão de habitantes.

Garlnski (1985) afirma que, em 1939, era impensável que os poloneses chegassem a se voltar contra a Alemanha, especialmente aliada à Rússia. Entretanto, ao longo dos anos seguintes, o exército do país ocupado havia lutado sozinho, embora tivesse fortes aliados no ocidente, bem como foi capaz de não somente gerir um sistema de governo no exílio e garantir o funcionamento deste de modo clandestino dentro do território ocupado. Nas palavras de Garlnski (1985), os poloneses ansiavam pelo dia em que evacuariam os inimigos do seu território.

Este anseio por se desvencilhar-se da ocupação levou à organização do Levante de Varsóvia, ação esta intencionada a não apenas a se livrar dos Nazistas, mas também reivindicar o território como dos poloneses, de modo que o exército vermelho que, embora fossem aliados, não pudesse reclamar para si o território.

O Levante de Varsóvia, ocorrido entre agosto e outubro de 1944, foi uma ação do exército clandestino polonês, destinado a auxiliar no esforço de guerra enquanto os exércitos soviéticos se aproximavam da cidade para lutar contra os alemães. A insurreição, entretanto, contava com pouco aparato militar e cerca de 300 mil soldados (GARLNSKI, 1985). O cenário internacional também não era favorável: Ao passo em que o Exército Vermelho não se aproximava de Varsóvia, conforme esperado, o governo também não conseguia apoio britânico para seguir lutando, o que levou os poloneses a resistirem sozinhos.

O diálogo com Moscou resultou no informe de não participação nos conflitos em Varsóvia por parte do exército soviético, afirmando que estes não poderiam assumir responsabilidade pelo caso da capital polonesa, uma vez o levante ter sido organizado e iniciado sem o conhecimento dos comandantes soviéticos (GARLNSKI, 1985, p. 313). Enquanto com a Inglaterra, o diálogo garantiu não apenas atenção como também esforços britânicos, pois Churchill e o governo inglês consideraram o caso não apenas importante como urgente para o curso da guerra (GARLNSKI, 1985).

Embora os esforços poloneses tenham surtido o apoio do ocidente, especialmente britânico e posteriormente estadunidense, com o envio de suprimentos e assistência médica, a resistência em Varsóvia rendeu-se ao exército alemão após 63 dias. De fato, os principais problemas em relação ao início do levante e que, conseqüentemente levou à rendição polonesa foram a falha na comunicação entre o governo polonês exilado e seus representantes na zona ocupada, o que ocasionou o despreparo e desamparo militar necessário para o sustento da ofensiva. Além disso, a recusa soviética em cooperar com a causa polonesa, contrariando os termos do acordo de mútua assistência contra os Nazistas, também influenciou o resultado (GARLNSKI, 1985). Ademais, o Levante de Varsóvia foi considerado o esforço derradeiro da Polônia em mostrar ao mundo que o país ainda lutava por liberdade.

Em 1945, com a Alemanha lutando simultaneamente em três fronts distintos, bem como com a ofensiva soviética ao longo do inverno, a Polônia se viu liberada da ocupação Nazista. Entretanto, devido ao curso do conflito, a Polônia estava sob ocupação soviética. Neste sentido, Stalin seguiu para a Conferência de Yalta com o território polonês sob seu poder (GARLNSKI, 1985; DAVIES, 2005). Com a reunião da Conferência de Yalta em fevereiro de 1945, foram estabelecidas não apenas as bases para o que futuramente seria a Organização das Nações Unidas, como também foi definida a divisão alemã em zonas de influência. Além disso, a União Soviética recebeu os territórios bálticos, assim como a Bulgária, Tchecoslováquia, Hungria, Romênia e Polônia como zonas de influência, assim como regiões da Áustria e da Iugoslávia (GARLNSKI, 1985).

Em relação à Polônia, as diretrizes foram do estabelecimento de um governo provisório, sob o desejo de se ter uma Polônia livre, independente e democrática, o qual viria a realizar as eleições a fim de garantir que todos os partidos democráticos e anti-Nazistas pudessem participar, além da troca de representações diplomáticas entre o Estado polonês e as três principais potências da Guerra, entretanto estas propostas não foram levadas adiante, o que permaneceu como um impasse para a independência polonesa (GARLNSKI, 1985).

Em abril de 1945, a Conferência de São Francisco marcava a criação da Organização das Nações Unidas e o fim da II Guerra Mundial, assim como a criação do Conselho de Segurança sob a representação das cinco grandes potências mundiais. Nesta conferência, o impasse em relação à questão polonesa pairava sobre o fato de que, embora todas as demais nações reconhecessem o governo polonês exilado em Londres, Stalin reconhecia como legítimo o Comitê para a Liberação Nacional, que tomou parte dentro do território ocupado e foi apoiado pelo regime soviético (DAVIES, 2005). A demanda para que fossem estabelecidas eleições e um governo polonês unificado tornaram-se mais fortes, especialmente para que fosse estabelecida uma representação internacional a ser reconhecida por todos (GARLNSKI, 1985).

Pelo fato de não haver uma representação declarada e unificada, as negociações na Conferência de São Francisco ocorreram sem a delegação polonesa, o que implicou na futura manutenção polonesa sob influência soviética (GARLNSKI, 1985; DAVIES, 2005). Neste sentido, membros do governo clandestino foram presos pelo governo soviético, assim como seu exército e atividades passaram a ser considerados ilegais, sob o pretexto de que o governo polonês estaria planejando uma ofensiva militar contra a União Soviética, em conjunto com a Alemanha.

Chamar de 'ilegais' as organizações clandestinas polonesas que operam em seu próprio território [...] soava grotesco, mas as chances de defender a lógica e a justiça eram nulas. Os prisioneiros foram levados ao limite da resistência física e nervosa, alguns sucumbiram à pressão constante e confessaram crimes que nunca cometeram ou então aceitaram a linha de argumentação insidiosa: e isso era tudo o que os soviéticos queriam. (GARLNSKI, 1985, p. 365) <sup>14</sup>

Sob este aspecto, a União Soviética tinha por objetivo manter quaisquer eventuais forças políticas polonesas sob controle, garantindo o prevalecimento dos interesses soviéticos na

---

<sup>14</sup> To call Polish underground organisations operating on her own territory 'illegal' sounded grotesque [...] but the chances of defending logic and justice were nil. The prisoners had been driven to the very limits of physical and nervous resistance, some had succumbed to the constant pressure and confessed to crimes they had never committed or else had accepted the insidious line of argument: and that was all the Soviets wanted. (GARLNSKI, 1985, p. 365)

região por meio de um governo formado por aliados e, conseqüentemente, suprimindo as tentativas de independência polonesas.

De modo amplo, o curso da história política dentro da Polônia após a Segunda Guerra Mundial pode ser definido pelo poder entregue aos protegidos do regime soviético e a prevalência do interesse stalinista na região. Este período pode ser dividido em três principais fases, de acordo com Davies (2005, p. 414): A construção da “Democracia do Povo”, entre 1944 e 1948; a imposição do Stalinismo, entre 1948 e 1956 e, por fim, o estabelecimento de um regime de comunismo nacional, de 1956 até o fim do regime.

Dito isto, é importante ressaltar que a primeira fase (1944-48) foi representada pela organização das bases do que viria a ser o regime comunista polonês, por meio do estabelecimento de protegidos de Moscou nas instituições políticas, no controle militar soviético por toda a Polônia e, conseqüentemente, a disseminação de propagandas a fim de dissuadir quaisquer diálogos com o ocidente, uma vez que:

membros de todas as organizações de resistência não comunistas eram ipso facto 'fascistas'. Pessoas com dólares ou outras moedas estrangeiras no bolso eram manifestamente "especuladores"; as pessoas flagradas se correspondendo com suas famílias no exterior eram obviamente "espiões"; e as pessoas que cooperaram com as novas autoridades com nada menos do que entusiasmo total foram tratadas como 'sabotadores'. (DAVIES, 2005, p. 415)<sup>15</sup>

Ademais, neste primeiro momento, todos os representantes do governo clandestino polonês, que almejavam eleições democráticas, foram presos e levados a julgamento em Moscou (DAVIES, 2005), o que representou a eliminação dos principais opositores cujo poder político representava uma ameaça ao estabelecimento das bases para o regime comunista polonês.

Ademais, este período foi marcado também por levantes populares, especialmente após os programas de reassentamento e reforma agrária. Como exemplo deste período, é possível citar a guerra civil polonesa, em que civis realizaram levantes armados contra a imposição da total subordinação ao regime de Moscou, que respondeu pelo massivo discurso de que aqueles que se levantavam contra o regime eram bandidos e fascistas, levando a população a se voltar contra si mesma, sob o risco de deportação, prisão ou morte caso negassem cooperar (DAVIES, 2005).

---

<sup>15</sup> members of all non-Communist resistance organizations were ipso facto 'Fascists'. People with dollars or other foreign currency in their pockets were manifestly 'speculators'; people caught corresponding with their families abroad were obviously 'spies'; and people who co-operated with the new authorities with anything less than total enthusiasm were treated as 'saboteurs' (DAVIES, 2005, p. 415).

Com as eleições de 1947, o partido apoiado pela União Soviética estabeleceu-se com uma posição dominante no poder polonês, assegurada pelas eleições que não foram nem livres e nem irrestritas, tendo-se em consideração o fato de que milhões de cidadãos foram às urnas, mas que todo o processo eleitoral foi organizado e gerido por agentes do governo. Com a garantia de maior número de assentos que os opositores, as medidas passariam a ter respaldo legal e constitucional.

A partir de 1948, embora houvessem divergências entre os dirigentes poloneses aliados à Moscou e as políticas da União Soviética acerca dos rumos a serem tomados em sua zona de influência, esta já não era uma possibilidade permitida, pois embora fosse possível garantir uma margem de manobra ou ideais divergentes entre URSS e Polônia, devido ao fato de Moscou buscar na época aliados para suas ofensivas, o papel soviético no cenário internacional passou a ser proeminente com a vitória na Segunda Guerra Mundial e o decorrer dos acontecimentos históricos (DAVIES, 2005).

Com este cenário, compreende-se que entre 1948 e 1956, a Polônia, suas instituições e diretrizes comunistas passaram a ser completamente adequadas e coerentes ao que se era esperado de Moscou, dado o fato de que divergências já não eram uma possibilidade. Com a imposição do Stalinismo aos aliados do Leste Europeu, a partir de 1948, a principal sensação polonesa, de acordo com Davies (2005), foi a de um retorno das práticas da Rússia Czarista.

Além do culto à personalidade de Stalin, na esfera política regia-se o comando do Estado de um Partido, sujeito ao controle direto por parte dos soviéticos. Ademais, o militarismo passou a vigorar mais fortemente que nos anos anteriores, por meio do fechamento de fronteiras, do incentivo à indústria bélica e da ameaça constante de confrontos com os Estados Unidos. Além disso, neste período também foi levado a cabo a criação do Pacto de Varsóvia em 1956, ou seja, o bloco de cooperação militar soviético em resposta à criação da OTAN (DAVIES, 2005).

Neste período, o stalinismo estava presente na vida cotidiana, desde a presença de estátuas em praças, até a mudança de nomes de cidades, centros industriais e a dedicatória de monumentos históricos à figura do representante soviético. Além disso, houve também o intento de se introduzir o russo como língua oficial na Polônia. Entretanto, os comunistas poloneses resistiram às imposições soviéticas tanto quanto foi possível, especialmente após a morte de Stalin: Davies (2005) evidencia que em 1953, a campanha de coletivização, que supostamente representava o principal avanço da sociedade ao socialismo, foi atrasada a mando do partido comunista polonês. Além disso, figuras políticas foram libertadas a partir de 1954.

O *turning point* que levou a ascensão de um governo comunista de bases polonesas em 1956, foram as tensões decorrentes do discurso de Krushev no Vigésimo Congresso, acerca dos crimes de Stalin contra o Partido Comunista e o povo. Ademais, o aparente suicídio do então presidente polonês e aliado do Partido Comunista Soviético, Bolesław Bierut, levaram suspeitas da correlação entre ambos os fatos.

Em decorrência destes fatos, internamente, o indicado como sucessor de Bierut, Edward Ochab encontrava-se em um impasse entre o acordo com os comunistas poloneses a fim de reduzir a influência stalinista no território, e a busca pela ajuda do exército soviético a fim de garantir sua posição e a prevalência do regime pelo uso da força (DAVIES, 2005). Neste cenário, no âmbito doméstico a escolha de prevenir o uso da força levou ao levante de trabalhadores e o descontentamento da população com as propagandas, e em âmbito internacional, ocasionou dos debates entre os comunistas poloneses e Krushev, em que os poloneses argumentavam que o comunismo polonês deveria ser baseado nos problemas internos do país, e não na imposição do regime que era mais coerente dentro da URSS que nos países satélites.

Embora ambas as partes estivessem prontas para um conflito armado, caso necessário, a apreensão de Krushev estendia-se ao fato de demais países satélite da URSS se levantarem contra, o que implicou na resolução amigável entre União Soviética e Polônia, e da eleição dos comunistas poloneses ao governo do país, o que promoveu aproximadamente 20 anos de relativa estabilidade ao país, que viriam a ser desequilibradas nos anos 1980.

Do ponto de vista internacional, o governo de Brejnev representou não apenas o amadurecimento da União Soviética como uma potência, mas também a busca pela superação das assimetrias em relação aos Estados Unidos, no que diz respeito ao cenário militar e político (ROCHA, 2018). Entre 1968 e 1982, a política coercitiva adotada por Brejnev representava, aos países satélites da União Soviética, uma limitação de suas atividades independentes, em resposta à Primavera de Praga, que tinha por objetivo democratizar e descentralizar os processos de tomada de decisão políticas no país.

Em suma, a doutrina de Brejnev previa que todos os partidos comunistas estivessem sempre subordinados ao Partido Comunista Soviético, sob risco do uso da força contra estes países e sob o argumento de que esta subordinação garantiria maior força internacional ao bloco. Para a Polônia, o período correspondente a década de 1980, sob regência do regime de Brejnev e em transição para o de Gorbachev, representou não apenas o surgimento do movimento Solidariedade, como também o ressurgimento do interesse em se tornar livre (DAVIES, 2005).

O movimento Solidariedade surgiu entre julho e agosto de 1980, de forças somadas não apenas por trabalhadores, mas também intelectuais e de toda a sociedade, cujo senso de propósito comum garantia determinação para resistir às adversidades (DAVIES, 2005). Liderado por Lech Wałęsa, um eletricitista de Gdańsk, o movimento Solidariedade foi a única organização independente deste modelo em todo o bloco soviético, e partia especialmente dos princípios de reforma do sistema e de não-violência, sob a premissa do reconhecimento do Partido Comunista como vigente, mas com a aprovação da existência de sindicatos independentes e da livre associação dos trabalhadores (SKÓRZYNSKI, 2012).

Do ponto de vista estrutural, Davies (2005) evidencia que o movimento iniciado por Wałęsa desafiava todo o mito ao redor da ditadura do proletariado, por levantar o questionamento de que trabalhadores poderiam - ou não - lidar com suas próprias questões. Sustentando este argumento, evidencia-se o fato de que o Bloco Soviético operava com base nos direcionamentos determinados pela elite partidária, e então dados como ordem aos trabalhadores, e não o contrário.

No primeiro diálogo oficial entre os trabalhadores e o partido comunista, dos vinte e um termos acordados, alguns representavam questões de significância local, e outros refletiam questões que viriam a mudar completamente os rumos da história polonesa, tais como o direito à greves, à liberdade de expressão e ao acesso às mídias (DAVIES, 2005). Devido a este acordo, o Solidariedade garantiu livre atividade entre agosto de 1980 e dezembro de 1981, com atividades crescentes em todo o país, sobrepondo a premissa de um sindicato de trabalhadores e assumindo a postura de um movimento social.

Inevitavelmente, a ascensão do movimento Solidariedade ia de encontro ao establishment comunista, especialmente ao que se refere à supracitada Doutrina Brejnev. Neste sentido, por apresentar uma ameaça factível ao sistema comunista, este movimento deveria ser suprimido pelas forças soviéticas, o que levou à imposição de forças militares na Polônia em 1981, assim como a instauração da Lei Marcial e a supressão das agremiações e reuniões de grupos associados ao Solidariedade. Os fatos que culminaram na intervenção militar soviética foram, em primeira instância, o proeminente destaque de Wałęsa e o movimento Solidariedade, atingindo o número de aproximadamente 10 milhões de poloneses associados, assim como reuniões e conferências com os associados, o que implicava não apenas no compartilhamento das dificuldades encontradas por famílias, como também passava a gerar o sentimento de comunidade entre os participantes (DAVIES, 2005).

O início da intervenção militar gerou a prisão dos líderes do Solidariedade, bem como a prisão de aproximadamente dez mil civis e todas as instituições e órgãos públicos foram

sujeitos às ordens do comissariado militar, e houve ainda a militarização das principais fábricas e indústrias do país, a fim de evitar quaisquer tipos de levante ou greves por parte dos trabalhadores. Em consequência, a performance econômica polonesa se deteriorava gradativamente, ao contrário da dívida externa, que seguia aumentando. As tentativas de manutenção do regime comunista, bem como as medidas de controle econômico adotadas pelo governo de militares não surtia efeito e, sobretudo, a imagem internacional da Polônia seguia em declínio (DAVIES, 2005; BLOOM, 2013).

Neste aspecto, o futuro da Polônia estava, tal como no fim da Segunda Guerra Mundial, sob o domínio do exército soviético, entretanto o futuro do Solidariedade, assim como da Polônia como um todo era incerto (DAVIES, 2005).

Em meados da década de 1980, com ascensão de Mikhail Gorbachev como primeiro secretário comunista, o cenário internacional e, sobretudo, o controle soviético em relação aos seus países satélites esteve sob um momento de grandes mudanças e rupturas com práticas dos regimes anteriores, que culminaram no fim do regime soviético como um todo.

Neste sentido, a política internacional de Gorbachev, voltada à redução das tensões entre os hemisférios e principalmente pautada no refreamento da corrida nuclear (HOBSBAWN, 1995), assim como o fato de que, muito embora o regime militar de Wojciech Jaruzelski não demonstrava grandes avanços econômicos, ao passo que mantinha a existência e resistência de grupos opositores, por não utilizar de práticas coercitivas tão agressivas quanto as ocorridas durante as ocupações soviéticas (DAVIES, 2005), levaram também ao declínio do governo satélite soviético na Polônia.

A este fato, é importante também ressaltar a importância da Igreja Católica e da figura do Papa João Paulo II como herói nacional do povo polonês. Neste aspecto, Kania-Lundholm (2012) argumenta que a religião católica e a identidade nacional polonesa são, acima de tudo, intrinsecamente conectadas, de modo que em certas situações, a Polônia é descrita como uma nação católica. Neste sentido, evidencia-se que, durante todo o curso do regime comunista, houve o embate entre os defensores do regime comunista e a Igreja Católica, a instituição que provia a infraestrutura tanto moral quanto política para a resistência polonesa (KANIA-LUNDHOLM, 2012).

Uma vez que o catolicismo era visto como o único símbolo a garantir o senso de homogeneidade no território polonês, desafiando o regime comunista imposto, o papel da Igreja Católica foi extremamente relevante para a manutenção do discurso subversivo ao governo aliado a Moscou. Com isso, a luta da Igreja católica pela emancipação em relação ao controle do governo impactou também a vida pública e, com a ascensão do cardeal Karol Wojtyła ao

papado, houve o encorajamento às atividades independentes e o apoio ao movimento Solidariedade, pois este era visto como um símbolo de força e da independência nacional polonesa. (BLOOM, 2013; KANIA-LUNDHOLM, 2012). Ademais, a figura do Papa João Paulo II não representava apenas uma fonte de forças para os poloneses, como também um líder político, não apenas fora da esfera dominada pelo regime soviético, mas no topo da hierarquia de uma instituição ocidental - a Igreja Católica (KANIA-LUNDHOLM, 2012).

Neste sentido, com a ascensão de duas figuras nacionais de considerável força política - internamente, Wałęsa como o líder do movimento Solidariedade e, internacionalmente, Wojtyła como líder da Igreja Católica, o mundo já não desconhecia por completo a situação interna polonesa, assim como o discurso de que o Solidariedade era um grupo de sabotadores perdeu força internacional (DAVIES, 2005; BLOOM, 2013).

Ao longo do curso de novas mídias acerca da história polonesa sendo veiculadas internacionalmente, internamente a população polonesa também possuía mais acesso à informação e, conseqüentemente, tinham ciência acerca da preocupação internacional acerca do destino do país (DAVIES, 2005): Rádios passaram a transmitir informações em polonês, tais como BBC, Radio Vaticana e Radio France Internationale e, ao longo do curso dos anos 80, era praticamente impossível ao governo controlar o acesso de famílias ao instrumento de informação (DAVIES, 2005).

Ademais, a imprensa independente passou a ter maior circulação, especialmente materiais ligados ao Solidariedade que, proibido de fazer parte da esfera política desde a imposição da lei marcial, passou a publicar jornais, boletins e livros de modo clandestino. Inicialmente, os jornais tinham por objetivo levar informações gerais à população, entretanto passaram, com o tempo, a atacar a ideologia comunista em todos os aspectos - desde o político até à literatura. Para além do recente e amplo acesso à informação, o descrédito por parte dos adeptos ao comunismo, bem como da esperança pela liberdade polonesa atingiram um pico após o líder do regime militar, Jaruzelski, exigir explicações públicas das autoridades dos militares acerca do assassinato de um padre ativo no movimento Solidariedade (DAVIES, 2005). Este fato representava não apenas um marco por ser a primeira vez que crimes cometidos pelo governo vinham a ser julgados, mas também demonstrava a fragilidade do mesmo em assegurar a imunidade aos membros do governo (DAVIES, 2005).

Enquanto internacionalmente as políticas de maior transparência e de redução da censura de Gorbachev tomavam força, internamente estas políticas iam de encontro às práticas do governo vigente:

À medida que a Guerra Fria foi gradualmente aliviada no exterior, a justificativa para a ditadura comunista se dissolveu em casa. À medida que o secretário-geral soviético encorajava cada vez mais a *glasnost*, a velha prática de sufocar a discussão não podia mais ser mantida. Primeiro nas fileiras do partido no poder e depois na sociedade em geral, a inevitabilidade de uma reforma de longo alcance tornou-se cada vez mais evidente. (DAVIES, 2005, p. 499)

Jaruzelski abandonou a postura ideológica e assumiu a postura pragmática a fim de garantir o sustento de seu governo durante os últimos anos da década de 1980 (DAVIES, 2005) e economicamente, o país não era capaz de atingir os objetivos do comunismo ideal. Ademais, embora a oposição fosse grande o suficiente para fazer frente ao governo de Jaruzelski, ainda assim não o era para derrubar o poder de uma vez. Deste modo, concessões passaram a ser gradativamente realizadas por parte do governo - como a criação de leis a fim de consultar a opinião pública, ocorrida em 1987 (DAVIES, 2005).

A eclosão do que viria a ser o fim do regime comunista na Polônia deu-se início em 1988, com as greves em massa, que levaram ao centro das negociações o líder do Solidariedade, que a partir de então retomou o centro dos debates e da atenção como uma figura pública e opositora ao governo de Jaruzelski, que demonstrava sua falência, ao ponto em que o partido reconheceu que o regime ditatorial não mais era sustentável e o diálogo com o Solidariedade era inevitável (DAVIES, 2005).

A reunião da Mesa Redonda entre o Partido Comunista e o Solidariedade, em 1989, representava o real enfraquecimento do regime totalitário instaurado na Polônia, entretanto as alas do governo polonês buscavam instrumentalizar as concessões de modo a garantir o mínimo controle sobre o país. Neste sentido, o governo via uma possibilidade de concessões econômicas combinadas ao regime autoritário como uma opção, entretanto conforme o diálogo entre as partes era encaminhado, as partes não chegavam a um acordo, considerando o fato de que a principal concessão comunista era a participação do Solidariedade em frentes do governo, ao passo em que exigia o controle total do governo estatal, o que levava o Solidariedade a uma posto decorativo dentro do regime (DAVIES, 2005).

A reunião, entretanto, foi encerrada com maiores concessões ao Solidariedade que, além de concordarem com a prevista participação no governo, garantiram o acordo a respeito de concessões auxiliares, como eleições livres ao senado, bem como o direito ao veto por parte da câmara e a participação do Parlamento e a veiculação de boletins eleitorais.

Ademais, as concessões estendiam-se ao registro de organizações fechadas durante o período da lei marcial, bem como a declaração de que em quatro anos, todas as eleições no território polonês estariam livres. Com a assinatura do acordo em abril de 1989, Lech Walesa provou o sucesso do diálogo com o Partido Comunista viajando à Roma, a fim de receber as

bênçãos do Papa João Paulo II. Em consequência do diálogo entre o Solidariedade e o Partido Comunista, a primeira rodada de eleições para o parlamento, em 04 de junho de 1989 levaram o Solidariedade a garantir 252 de 261 assentos no parlamento, levando a primeira eleição livre desde 1939 a reduzir a participação comunista a aproximadamente quatro por cento das cadeiras a serem ocupadas, o que levou ao domínio do Solidariedade (DAVIES, 2005).

Muito embora a ala comunista ainda estivesse na presidência, a situação política seguia desfavorável, especialmente pelos aliados ao Partido Comunista passarem a assumir uma postura relativamente menos alinhada. Além do monopólio comunista estar sob ameaça interna, o governo soviético havia declarado que não iria mais interferir nas questões polonesas, e o premiê do Partido havia abdicado do seu posto, levando a ascensão do primeiro Premiê católico do país em exatos 50 anos (DAVIES, 2005; KENGOR, 2017). Em termos práticos, a vitória da oposição era vista como iminente pelos observadores internacionais, entretanto ao presidente era previsto o poder de dissolução do parlamento, assim como o comando do exército. Ademais, os comunistas ainda detinham o controle de ministérios-chave, como o das relações exteriores, da defesa e do interior, assim como o controle do uso da força internamente (DAVIES, 2005).

O cenário do real colapso comunista de fato ocorreu nos últimos meses de 1989, com a queda do Muro de Berlim e os desdobramentos da Revolução de Veludo na Tchecoslováquia (KENGOR, 2017). Na Polônia, a transição aparentava menos devastadora que nos países vizinhos, perpassando a mudança na Constituição, de modo a abolir o preâmbulo da supremacia da classe trabalhadora e a adição do princípio da soberania estatal. Em relação à economia, o regime capitalista passou a vigorar a partir de janeiro de 1990, assim como uma nova política monetária e o incentivo à privatização.

Como efeito, investimentos estrangeiros passaram a se tornar possíveis, assim como o aumento do desemprego tornou-se uma constante. Entretanto, o início da década de 1990 marcava o avanço da Polônia em direção à completa independência no cenário internacional, por convergência do interesse nacional, o curso de políticas reformistas na União Soviética e a ascensão de atores relevantes no âmbito internacional e doméstico. A mesma independência que havia sido concedida em 1918 por atores internacionais e reivindicada - assim como negada - durante o curso da Segunda Guerra Mundial, na década de 1990 tornava-se real e, sobretudo, marcava o avanço polonês na busca de parceiros no ocidente.

### **3. O JOGO DE DOIS NÍVEIS: A POLÔNIA E A UNIÃO EUROPEIA**

Ao contrário do capítulo anterior, essencialmente histórico, cujo intuito era contextualizar o passado polonês e, conseqüentemente, possibilitar a compreensão sobre a situação do Estado ao final do século XX, o presente capítulo busca dar o sustento teórico à pesquisa, embasando-se em conceitos do realismo neoclássico nas Relações Internacionais, bem como na Teoria do Jogo de Dois Níveis, de Robert D. Putnam. Ademais, busca-se evidenciar sob quais aspectos a política externa polonesa é guiada a partir de sua transição e adesão à União Europeia.

#### **3.1. O Realismo e a lógica do equilíbrio de poderes**

Reconhecendo que o momento histórico possui considerável influência no que diz respeito à formulação das teorias nas Relações Internacionais, o Realismo Neoclássico toma forma a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, até o fim da Guerra Fria (PAULINO, 2017), buscando equilibrar o contexto anárquico do sistema internacional e os objetivos de manutenção e defesa da integridade territorial do Estado contra o inimigo externo (CASTRO, 2012).

Neste aspecto, um dos principais autores desta vertente teórica, Hans Morgenthau, afirma que a política internacional consiste em uma luta pelo poder, que independe dos fins estabelecidos, podendo ser a liberdade, segurança ou a própria autonomia de um povo, cujos objetivos sejam trazidos por ideais religiosos, filosóficos, econômicos ou sociais (MORGENTHAU, 2003, p. 49). O autor acrescenta que existem diversos meios de se alcançar os objetivos finais da nação, entretanto, ao buscar atingir estes objetivos por meio de uma política internacional, no fim, ocorrerá uma luta pelo poder (MORGENTHAU, 2003). Neste sentido, a relação dos Estados com a política internacional ocorre de modo dinâmico, uma vez sendo suscetível a alternâncias de poder e interesse nacional.

Além da questão internacional, é válido também ressaltar que o Estado age como um instrumento regulador de duas estruturas distintas: A política internacional e a política interna que, em suma, manifestam em suas estruturas a luta pelo poder: ao passo que a coesão nacional, cultural e tecnológica são características da política doméstica, tal como a hierarquia da sua estrutura governamental, o cenário internacional não contempla as mesmas bases, dada a característica anárquica do sistema, a disparidade tecnológica e as diferenças culturais interestatais.

Estas diferenças, de acordo com a teoria de Morgenthau, garante à política doméstica muito mais estabilidade e menor probabilidade de ser suscetível a transformações violentas, em comparação com a política internacional (MORGENTHAU, 2003, p. 87).

### **3.2. O Estado e as duas esferas de poder**

Compreendendo quais aspectos e conceitos permeiam as relações internacionais de acordo com o Realismo Neoclássico, e as distintas esferas na qual o Estado está envolvido - ora com uma estrutura hierárquica bem estabelecida, ora como membro de um sistema anárquico, em que todos os atores são soberanos de si, é importante evidenciar o papel deste Estado: provedor de uma política internacional que atende anseios tanto internos quanto externos, considerando-se o fato de que a ambição de um Estado depende da sua inserção no âmbito internacional, das suas relativas capacidades materiais que apresenta. Além disso, vale-se compreender que suas capacidades, por consequência das pressões sistêmicas, são demonstradas de forma indireta e complexa (ROSE, 1998).

De acordo com Rose (1998), dentro da teoria realista neoclássica, os Estados buscam expandir sua influência no âmbito internacional, uma vez que, quanto mais poder, mais influência internacional. Ademais, para compreender o modo como os Estados interpretam e respondem às relações internacionais, é importante considerar como se dão as relações interestatais e as variáveis que permeiam estas relações - evidentemente, a percepção dos tomadores de decisão e a estrutura doméstica do Estado (ROSE, 1998).

Portanto, o Estado formula sua política externa pautada pelos incentivos sistêmicos, ou seja, sua posição no sistema internacional, de acordo com as relações interestatais, consideradas variáveis independentes - pois independem do Estado para se resolver. Ademais, outro fator relevante para a formulação da política externa são as questões internas do Estado, como a opinião pública, as elites e os tomadores de decisão, consideradas variáveis intervenientes, por sua capacidade de modificar o curso da política externa. (ROSE, 1998).

#### **3.2.1. O Jogo de Dois Níveis**

Considerando-se, portanto, que a política externa é formada por duas variáveis de caráter distinto, sendo uma independente e outra interveniente, o papel do Estado concentra-se no equilíbrio entre ambas, reconhecendo que em determinados momentos, o âmbito internacional impactará a política doméstica e vice-versa. Dito isto, a Teoria do Jogo de Dois Níveis, proposta por Robert D. Putnam, propõe compreender como a diplomacia e a política doméstica se dialogam, pois os formuladores de políticas, a elite que representa o “Estado”, de acordo com Morgenthau, devem se preocupar de modo simultâneo com as pressões domésticas e internacionais (PUTNAM, 2010).

Para Putnam (2010), a concepção de “luta política” seria adequada para descrever a influência da política doméstica na política externa pois, embora as estruturas do Estado ajam de modo hierárquico, não apenas os membros do poder executivo são encarregados de organizar os arranjos institucionais, e sim todo o corpo político, composto de partidos, classes sociais, grupos de interesse, legisladores e a opinião pública nacional.

Putnam (2010) propõe, portanto, que a luta política existente entre as esferas doméstica e internacional, funciona como um jogo de dois níveis, em que:

No nível nacional, os grupos domésticos perseguem seu interesse pressionando o governo a adotar políticas favoráveis a seus interesses e os políticos buscam o poder constituindo coalizões entre esses grupos. No nível internacional, os governos nacionais buscam maximizar suas próprias habilidades de satisfazer as pressões domésticas, enquanto minimizam as consequências adversas das evoluções externas (PUTNAM, 2010, p. 151).

Deste modo, nenhum dos dois jogos pode ser ignorado pelos tomadores de decisão, uma vez seus Estados sendo ao mesmo tempo interdependentes e soberanos, dada a estrutura em que estão inseridos, conforme evidenciado por Rose (1998).

Neste jogo de dois níveis, o líder político do Estado está presente nos dois tabuleiros, de acordo com Putnam (2010). A nível internacional, encontram-se os líderes estatais e diplomáticos, enquanto no nível doméstico, o líder político é acompanhado dos membros partidários e representantes de instituições nacionais e de grupos de interesse. A complexidade se dá pelo fato de que ações podem, ao mesmo tempo, ser viáveis para um dos âmbitos e contraproducente ao outro.

Em uma metáfora, Putnam ainda acrescenta uma característica acerca dos “jogadores” desta estrutura estatal:

Qualquer jogador importante do tabuleiro internacional que estiver insatisfeito com o resultado pode desorganizar o jogo e, inversamente, qualquer líder que não consiga satisfazer seus companheiros do tabuleiro doméstico arrisca ser retirado de seu assento. Entretanto, às vezes jogadores mais capazes identificam movimentações em determinado tabuleiro que desencadeiam realinhamentos em outro, permitindo-lhes atingir objetivos que não conseguiriam de outra maneira (PUTNAM, 2010, p. 152)

Ou seja, os líderes políticos precisam, ao mesmo tempo, garantir que sua política externa esteja ciente da volatilidade das relações a nível internacional e o modo como estas podem ser desorganizadas a depender dos interesses dos demais Estados, quanto garantir que internamente suas ações garantam sua estabilidade como líder político, mediante a eficácia destas para satisfazer seus nacionais. Ademais, ainda é pertinente que consigam coordenar, de acordo com

a teoria de Putnam, seus interesses e ações, a fim de conquistar objetivos determinantes para seu Estado.

Deste modo, o jogo de dois níveis elucidada que as relações a nível doméstico, denominada Nível I, configura-se como a etapa de barganhas entre negociadores, que levam a um acordo provisório - neste aspecto, os negociadores em questão são os grupos de interesse, partidos e líderes políticos. Em seguida, esta barganha é levada ao Nível II, internacional, onde são ratificados ou não os acordos almejados (PUTNAM, 2010, p. 153).

É importante salientar que, para que as negociações de Nível II sejam efetivas, é imprescindível que as barganhas e acordos de Nível I sejam eficazes e bem determinadas, no que o autor apresenta como Win-Sets: à medida em que se garantem mais acordos vitoriosos em votações no Nível I, maior seria a probabilidade de ratificação dos acordos no Nível II (PUTNAM, 2010).

Assim, o acordo somente é possível se esses conjuntos de vitórias sobrepuserem-se; quanto maior cada conjunto de vitórias, mais provável é a sobreposição. Inversamente, quanto menores forem os conjuntos de vitórias, maior é o risco de as negociações fracassarem (PUTNAM, 2010, p. 154).

As relações entre Nível I e II ainda são capazes de atingir níveis de complexidade ainda maiores, uma vez ocorrendo inicialmente barganhas de nível II para posteriormente ser criada uma proposta de nível I e, de modo contrário, a necessidade de ratificação a nível II afetem barganhas no nível I (PUTNAM, 2010, p. 153).

Deste modo, analisar uma política externa apenas por sua movimentação a nível internacional torna-se ineficaz à sua finalidade, uma vez existindo a necessidade de se compreender quais aspectos das relações internas guiaram a formulação de determinada política adotada pelos líderes políticos.

Portanto, tendo como base a teoria do Jogo de Dois Níveis desenvolvida por Putnam, busca-se analisar quais elementos da política doméstica polonesa guiaram a política externa polonesa e sua relação com a Rússia, a partir da inserção polonesa na União Europeia. No capítulo anterior, elucidou-se o contexto histórico que permeou as relações entre Polônia e URSS ao longo do século XX e, a seguir, buscaremos compreender a política externa polonesa em transição, bem como sua postura diante da União Europeia a partir de sua entrada no bloco em 2004. Em seguida serão analisadas as relações entre Polônia e Rússia a partir da entrada polonesa no bloco ocidental.

### 3.3. A Polônia de 1990 a 2004: Da Transição à União Europeia

Em um nível simbólico, a Polônia se tornou um Estado democrático da noite para o dia a partir da revolução de 1989, e o processo de democratização de seu sistema político foi resultado inevitável do levante popular e das negociações (HORNAT, 2021).

Neste aspecto, houve drástica modificação das percepções de indivíduo e coletivo por parte da sociedade, modificando-se de um pensamento de coletivização guiado pela memória coletiva, a uma incerta definição de democracia e identidade democrática, o que consequentemente guiou às transformações político-econômicas a aproximarem-se dos modelos ocidentais - liberalização, democracia e liberdades individuais.

Deste modo, o sistema político polonês atualmente é regido pela constituição de 1997 (VOROZHEINA, 2017), a qual declara que o país é um Estado democrático de direito, cujas leis implementadas baseiam-se na justiça social e salvaguardam a independência e integridade territorial, bem como garante as liberdades e direitos dos cidadãos (GLOBAL GOVERNANCE INSTITUTE, 2015).

É pertinente salientar que o catolicismo tem grande influência na sociedade polonesa, uma vez representando 90% da população polonesa. O poder executivo polonês é representado pelo presidente, eleito em mandatos de 5 anos, e este escolhe o primeiro-ministro do Estado polonês, que deve ser aprovado pela câmara baixa do parlamento, a Sejm (GLOBAL GOVERNANCE INSTITUTE, 2015). Ademais,

O poder legislativo é exercido na Polônia pelo Parlamento bicameral, composto por uma câmara baixa (Sejm) e uma câmara alta (Senat). O Sejm é composto por 460 membros eleitos diretamente em círculos eleitorais de múltiplas cadeiras por representação proporcional, enquanto os 100 membros do Senat são eleitos em círculos eleitorais de assento único por maioria simples de votos, ambos por quatro anos (GLOBAL GOVERNANCE INSTITUTE, 2015, p. 2)<sup>16</sup>

Do ponto de vista econômico, Åslund (2013) evidencia que, devido ao radical programa econômico adotado pela Polônia na década de 1990, o país experienciou o maior crescimento econômico em comparação aos países que outrora foram parte do bloco soviético. De acordo com o autor, “Nunca os poloneses desfrutaram de duas décadas [1991 - 2011] de tanta paz, liberdade, bem-estar e felicidade” (ÅSLUND, 2013, p. 3)<sup>17</sup>.

<sup>16</sup> The legislative power is exercised in Poland by the bicameral Parliament, composed of a lower house (Sejm) and an upper house (Senat). The Sejm is made of 460 members directly elected in multi-seat constituencies by proportional representation, while the Senat's 100 members are elected in single-seat constituencies by simple majority vote, both for four years (GLOBAL GOVERNANCE INSTITUTE, 2015, p. 2)

<sup>17</sup> “Never have Poles enjoyed two decades [1991 - 2011] of such peace, freedom, welfare and happiness” (ÅSLUND, 2013, p. 3)

Este programa econômico de sucesso baseou-se em quatro principais fatores: (1) A “terapia de choque” proposta no período pós-comunista pelo ministro de finanças Leszek Balcerowicz, pautado pela privatização, liberalização e a economia de mercado; (2) a assistência internacional recebida, principalmente pelo apoio da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o FMI; (3) as pré-condições favoráveis à política econômica de transição, especialmente pelo setor privado, especialmente focado na agricultura; (4) a estabilização macroeconômica que, embora tenha sido relativamente bem sucedida, não alcançou todos os seus objetivos devido a oposições políticas internas (ÅSLUND, 2013).

Embora a política econômica adotada tenha se mostrado bem sucedida a longo prazo, o jovem governo independente polonês na década de 1990 apresentou profundos problemas em adotá-lo. De acordo com Åslund (2013, p. 5):

Tinha governos patentemente instáveis, mudando uma vez por ano. Suas eleições parlamentares em outubro de 1991 resultaram em uma fragmentação completa com nada menos que 29 partidos entrando no parlamento. Em vez de consenso, houve um debate mordaz, questionando cada elemento da política econômica do país. As primeiras tentativas de privatizações em grande escala fracassaram, fazendo com que uma grande parte das grandes empresas permanecesse nas mãos do Estado. Como resultado, a Polônia viu muito menos investimento estrangeiro direto na década de 1990 do que seus vizinhos do sul (ASLUND, 2013, p. 5).<sup>18</sup>

Esta afirmação corrobora com a teoria de Putnam de que um conjunto de vitórias a nível I, barganhas de nível doméstico, viria a possibilitar maiores ratificações de tratados no nível II, internacional.

Dito isto, a estabilização interna a partir de 1992, ou seja, a aprovação do plano econômico por parte do parlamento, possibilitou a implementação das políticas econômicas, implicando no crescimento econômico polonês de 5.4% ao ano entre 1993 e 2000, superando seus vizinhos regionais (ÅSLUND, 2013, p. 5).

Buzek (2009), ressalta que todas as medidas adotadas pelo governo polonês nos anos 1990 demonstraram o esforço do Estado em retornar à Europa. Ademais, complementa que o “Plano Balcerowicz” de terapia de choque econômico, embora tenha sido um sucesso para a economia polonesa, implicou também em custos sociais para o Estado, pois o fechamento de

---

<sup>18</sup> .It had patently unstable governments, changing about once a year. Its parliamentary elections in October 1991 resulted in a complete fragmentation with no less than 29 parties entering parliament. Instead of consensus there was vitriolic debate, questioning every element of the country’s economic policy. Early attempts at large-scale privatization largely failed, leading to a large share of the big enterprises remaining in state hands. As a result, Poland saw much less foreign direct investment in the 1990s than its neighbours to the south (ASLUND, 2013, p. 5)

companhias estatais e a falência de empreendimentos levou ao aumento da taxa de desemprego polonesa, atingindo 16.4% no início de 1993.

Seguindo a lógica de crescimento econômico apresentada por Åslund (2013), Buzek (2009) ressalta que, apesar do imediato impacto após a implementação da política econômica, a estabilização subsequente resultou em mais de 600 mil novos empreendimentos privados e um total de 1.5 milhões de empregos. Além disso, “isso levou ao investimento nas telecomunicações e nas redes digitais, que eram inexistentes ou seriamente subfinanciadas. Também levou à melhoria dos padrões ambientais e maior eficiência energética” (BUZEK, 2009, p. 189)<sup>19</sup>.

Um fator relevante mencionado por Buzek (2009) para o sucesso das implementações econômicas e da transição para o regime capitalista se dá pela opinião pública e o imaginário social de que o regime comunista alinhado à União Soviética foi uma imposição estrangeira, e não intrinsecamente de origem polonesa:

A maioria dos poloneses nunca acreditou que sua sociedade fosse comunista; o regime sempre foi visto como tendo sido imposto de fora por conta do resultado da Segunda Guerra Mundial. A sociedade polaca continuou a existir através de publicações clandestinas, com o apoio das igrejas e das comunidades de emigrados. Também havia pessoas suficientes que se lembravam de uma Polônia independente e capitalista que suas famílias mantinham vivos certos valores e conceitos; isso tornou relativamente fácil a rejeição do sistema no início da transformação. (BUZEK, 2009, p. 189)<sup>20</sup>

Também é defendido por Buzek (2009) a presença de fortes atores internos, pois estes seriam indispensáveis para promover mudanças. Neste sentido, é evidenciado que o avanço à democratização não se daria apenas pelas eleições, mas pelo empoderamento de atores políticos internos de todos os níveis da sociedade, bem como com instituições, organizações domésticas e parlamentares.

De acordo com Buzek (2009, p. 190):

Sem instituições representativas sólidas, capacitadas e capazes de expressar a vontade do povo, legislando e fiscalizando a ação do governo, a democracia teria permanecido incompleta e frágil. A construção de instituições continua sendo um elemento

---

<sup>19</sup> “It led to investment in the telecommunication and digital networks, which were either non-existent or seriously underfinanced. It also led to the improvement of environmental standards and greater energy efficiency (BUZEK, 2009, p. 189)

<sup>20</sup> Most Poles never believed that theirs was a Communist society; the regime was always seen as having been imposed from the outside on account of the result of the Second World War. Polish society continued to exist through underground publications, with the support of the churches and the émigré communities. There were also enough people who remembered an independent and capitalist Poland that their families kept certain values and concepts alive; this made the rejection of the system at the beginning of the transformation relatively easy. (BUZEK, 2009, p. 189)

essencial para transformar a retórica da democracia e dos direitos humanos em realidade prática (BUZEK, 2009, p. 190)<sup>21</sup>.

Ainda corroborando com a teoria do jogo de dois níveis, é evidenciado que a política de transição polonesa utilizou-se de negociações entre governo e oposição, a fim de estabelecer a nova constituição polonesa, promulgada em 1997, e estabelecer objetivos de longo prazo, como a entrada na União Europeia e na OTAN (BUZEK, 2009). Estas negociações demonstram a correlação entre o âmbito doméstico, ou seja, a relação entre o governo e os demais atores políticos para a definição de win-sets, apontados como os objetivos a longo prazo, e o âmbito internacional, identificado como o pleito pelo ingresso nas organizações internacionais ocidentais.

### **3.3.1. A política externa polonesa em transição**

De acordo com a constituição de 1997, a política externa polonesa é definida como um sistema multinível, pois um número significativo de atores com papéis e competências idênticas e complementares atuam na formulação da política externa do país, bem como em sua implementação (VOROZHEINA, 2017).

Portanto, é evidente que a formulação da política externa polonesa perpassa por diferentes esferas e, sobretudo, determina que haja uma boa relação entre presidente, representantes do governo e o alinhamento com as forças políticas do parlamento polonês. Deste modo, reitera-se que “a política externa da Polônia é um campo potencial para o confronto político interno que pode ter um impacto significativo no comportamento da Polônia na arena internacional.” (VOROZHEINA, 2017, p. 37)<sup>22</sup>. Neste sentido, a política externa polonesa em transição é marcada pela coordenação do interesse nacional, bem como do alinhamento de objetivos não apenas pelo governo vigente, mas pelo parlamento e demais esferas públicas, uma vez que buscava primordialmente a inserção em organizações internacionais e regionais, pautando-se especialmente na busca pela desassociação às relações com o regime soviético no século XX, de acordo com a Global Governance Institute (2015).

Dito isto, é importante ressaltar que o país se tornou membro do Grupo de Visegrád, coalizão até então composta por Polônia, Tchecoslováquia - futuramente República Tcheca e

---

<sup>21</sup> Without solid representative institutions that were empowered and capable of expressing the will of the people by legislating and overseeing government action, democracy would have remained incomplete and fragile. Institution-building remains an essential element in transforming the rhetoric of democracy and human rights into practical reality (BUZEK, 2009, p. 190)

<sup>22</sup> “the foreign policy of Poland is a potential field for domestic political confrontation that may have a significant impact on the behavior of Poland in the international arena.” (VOROZHEINA, 2017, p. 37)

Eslováquia - e Hungria, buscando reduzir as inconsistências regionais e coordenar políticas para a região. Outro ponto de importante a ser evidenciado é o ingresso polonês no Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em 1997, e o pleito pela inserção na União Europeia. (GLOBAL GOVERNANCE INSTITUTE, 2015). A associação aos demais países centro-europeus pelo grupo de Visegrad pautou-se essencialmente pela semelhança histórica compartilhada por estes, uma vez que:

Todos os quatro estados experimentaram de alguma forma a colonização de suas culturas nos séculos XIX e XX, seja sob o Império Habsburgo ou incursões alemãs e russas (mais tarde soviéticas). Todos experimentaram a independência formal (exceto a Eslováquia) e a democratização nascente durante o período entre guerras apenas para ver suas emergentes liberdades políticas implodir devido a pressões internas ou intervenção externa. (HORNAT, 2021, p.11)<sup>23</sup>

O grupo de Visegrad, portanto, constituiu-se formalmente em 1991, como uma plataforma pela qual seus membros pudessem colaborar a partir da troca de experiências e da coordenação de políticas, uma vez compartilhando do objetivo comum de integrar-se às estruturas Euro-Atlânticas, essencialmente União Europeia e OTAN.

A isto, Hornat (2021) complementa que a Declaração de Visegrad evidencia que o objetivo compartilhado pelos Estados era o envolvimento completo nos sistemas políticos e econômicos europeus, assim como nos sistemas securitários e legislativos e, embasando-se nestes princípios, a coordenação dos esforços, respeitando as peculiaridades internas de cada nação, aumentariam as chances de alcançar os objetivos almejados.

Externamente, o principal fator que levou a tais objetivos da política externa de Visegrad e, por conseguinte, polonesa, foi a unificação alemã, em 1990, pois representou a primeira adesão de um antigo território soviético à Comunidade Europeia e à OTAN, estabelecendo precedentes desta incorporação às instituições ocidentais e levando a Polônia a ser, oficialmente, um Estado vizinho à Comunidade Europeia (KAROLEWSKI; WILGA, 2018).

Ademais, embora o primeiro tratado de Acordo de Associação com as Comunidades Europeias tenha sido firmado em 1991 e representava especialmente a liberalização do comércio, o interesse polonês em fazer parte do bloco era superior ao interesse da comunidade (KAROLEWSKI; WILGA, 2018): Alguns membros do bloco, como Grã-Bretanha e Dinamarca, demonstraram mais interesse na expansão do bloco ao Leste, enquanto outros

---

<sup>23</sup> All four states have in some form experienced the colonization of their cultures in the nineteenth and twentieth centuries, either under the Habsburg Empire or German and Russian (later Soviet) incursions. All experienced formal independence (except Slovakia) and nascent democratization during the interwar period only to see their emerging political freedoms implode due to internal pressures or external intervention. (HORNAT, 2021, p.11)

Estados, especialmente França e Itália, apresentavam postura cética em relação ao assunto. Esta divergência entre os Estado-membros implicou em uma espera de três anos pela formulação do posicionamento de comum acordo do bloco.

Independentemente do anseio polonês por ingressar na União Europeia, o país precisava de uma transformação, conforme afirma Buzek (2009), tanto econômica, conforme mencionado, quanto em seu sistema político. Para tal, o Estado utilizou-se dos critérios de Copenhague, estabelecidos pela União Europeia em 1993, para guiar sua transformação: “[1] estabilidade política e estado de direito; [2] uma economia de mercado funcional; [3] e aceitação e implementação das leis e tratados que sustentam a Comunidade Europeia” (BUZEK, 2009, p. 190)<sup>24</sup>.

Embora claros e diretos, estes três critérios guiaram os governos poloneses ao longo de sua transição, pois objetivava-se, a longo prazo, a adesão polonesa à comunidade europeia, bem como entendia-se que este era um objetivo apoiado pela opinião pública nacional - desvencilhar-se do passado e adotar políticas de maior aproximação para com o ocidente (BUZEK, 2009).

Neste sentido, em 1994 a Polônia submeteu sua candidatura à União Europeia, introduzindo uma série de mudanças legislativas e econômicas à sua estrutura política e embasadas pelo tratado assinado em 1991. No ano seguinte, a Comissão Europeia publicou as diretrizes específicas para a para a integração na União Europeia, a fim de prover suporte técnico e legal aos Estados que pleiteavam a vaga na organização (KAROLEWSKI; WILGA, 2018).

Em 1997, por fim, a “Agenda 2000”, cujo slogan versava sobre a construção de uma União mais forte e abrangente, o qual reforçava a ideia de que o alargamento da Organização representaria também o fortalecimento da mesma. Na ocasião, foram apresentados os progressos dos Estados de acordo com os critérios de Copenhague: “A Polônia foi avaliada positivamente como estando a caminho de uma democracia estável com uma economia de mercado funcional, como resultado da qual a Comissão recomendou a abertura das negociações de adesão com o país” (KAROLEWSKI; WILGA, 2018, p. 6)<sup>25</sup>.

A partir de 1997, portanto, houve aceleração do processo de adesão à UE, entretanto até o final da década de 1990, os interesses da União Europeia consistiu na permanência do tratado

---

<sup>24</sup> “[1] political stability and the rule of law; [2] a functioning market economy; [3] and acceptance and implementation of the laws and treaties undergirding the European Community” (BUZEK, 2009, p. 190)

<sup>25</sup> “Poland was evaluated positively as being on the way into a stable democracy with a functioning market economy, as a result of which the Commission recommended opening the accession negotiations with the country” (KAROLEWSKI; WILGA, 2018, p. 6)

de Acordo de Associação com as Comunidades Europeias e na relutância em prosseguir com a adesão dos Estados candidatos ao bloco. Este atraso se deu principalmente pelo fato de que o tratado de 1991 protegia setores sensíveis do bloco, tal como agricultura, a indústria têxtil e metalúrgica (KAROLEWSKI; WILGA, 2018).

No início dos anos 2000, por conseguinte, marcou o avanço das negociações para a inserção polonesa, por meio das negociações do Tratado de Nice. De acordo com Karolewski e Wilga (2018, p. 7)<sup>26</sup>: “Foi um momento muito esperado para a Polônia, simbolizando finalmente o fim e a superação das decisões de Yalta e Potsdam”.

As negociações e resultados alcançados durante o conselho europeu de Nice não apenas se mostrou institucionalmente capaz de lidar com a inclusão de novos membros, como também materializou posicionamentos defendidos pela Polônia, como o aumento no número de assentos no Parlamento Europeu. Deste modo, de acordo com Karolewski (2018), a Polônia recebeu 27 votos favoráveis pelo conselho de ministros, bem como 50 assentos de representação no Parlamento Europeu e um comissário. Neste sentido, “a Polônia também tinha motivos para estar satisfeita, pois os resultados foram idênticos aos da Espanha e próximos aos da Alemanha, que tinha apenas dois votos a mais no Conselho do que a Polônia enquanto sua população era o dobro do tamanho” (KAROLEWSKI; WILGA, 2018, p. 10)<sup>27</sup>.

Internamente, o principal debate acerca do futuro da Polônia e seu ingresso na União Europeia pautavam-se especialmente aos custos que esta adesão implicaria nas camadas sociais polonesas. Por outro lado, os resultados do Tratado de Nice elevaram a confiança do governo polonês de que o país poderia exercer papel importante nas negociações da organização, implicando na adoção da postura de negociador frente às barganhas para a inserção polonesa (KAROLEWSKI; WILGA, 2018).

Devido a este poder de barganha atribuído ao governo polonês, e aos investimentos do bloco atraídos a partir das negociações estabelecidas - especialmente para o setor da agricultura, majoritariamente composto por cidadãos céticos à entrada na União Europeia, o governo polonês garantiu maior aceitação pública, expressa principalmente pelo referendo ocorrido em junho de 2003:

Em 7 e 8 de junho de 2003, ocorreu um referendo de adesão na Polônia, no qual os poloneses votaram esmagadoramente, 77,45% a 22,55%, para ingressar na UE

---

<sup>26</sup> It was a long-awaited moment for Poland, symbolizing finally the end of, and overcoming, Yalta and Potsdam decisions” (KAROLEWSKI; WILGA, 2018, p. 7)

<sup>27</sup> Poland had also all reason to be satisfied, as the results were identical to those of Spain and close to those of Germany, which had only two votes more in the Council than Poland while its population was double of the size” (KAROLEWSKI; WILGA, 2018, p. 10)

(Wilga, 2004A). Mesmo a participação de 50% necessária para tornar o referendo constitucionalmente válido foi alcançada confortavelmente, com 58,85% dos votos dos poloneses. (KAROLEWSKI; WILGA, 2018, p. 13)<sup>28</sup>

A entrada da Polônia na União Europeia, em Maio de 2004, não apenas concluiu todo o processo de transição polonês pós-União Soviética, como também foi resultado do próprio interesse nacional - tanto da elite governante quanto da população - de desvencilhar-se do passado, assegurando sua soberania e defendendo seu interesse nacional.

No entanto, a adesão polonesa ao bloco também evidenciou algumas assimetrias entre os valores do país e do bloco, assim como interesses divergentes no que diz respeito às políticas adotadas para com os vizinhos a Leste e a própria Rússia.

### **3.4. Política Externa Polonesa na União Europeia**

Reconhecida como resultado da aproximação interestatal promovida pelos países da Europa ocidental, a partir da criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, a União Europeia como bloco regional passou a existir a partir do tratado de Maastricht, em 1993 (UNIÃO EUROPEIA, 2022). Neste mesmo ano, o mercado único europeu passou a existir, por meio da promoção da livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais.

O início dos anos 2000 é marcado não apenas pela reforma nas instituições europeias por meio do Tratado de Nice, mas também pelo início da circulação do Euro como moeda comum, e a entrada de Estados da Europa Central e Oriental ao bloco - dentre eles, a Polônia (UNIÃO EUROPEIA, 2022).

Atualmente com 27 países membros, a União Europeia tem como principais objetivos a promoção da paz, liberdade, segurança e a promoção do desenvolvimento sustentável. Ademais, pauta-se especialmente pelos valores da liberdade, democracia, igualdade, Estado de Direito e Direitos Humanos, apresentados pelo Tratado de Lisboa, firmado em 2007 (UNIÃO EUROPEIA, 2022).

É pertinente salientar que a entrada na União Europeia e todo o processo de europeização polonês seguiu, desde os anos 1990 até 2004, por meio do consenso entre os partidos e atores políticos domésticos, pois a aproximação com o Ocidente era o objetivo comum do país em seus anos de transição. Entretanto, com a entrada no bloco europeu em Maio

---

<sup>28</sup> On June 7–8, 2003, an accession referendum took place in Poland, in which Poles voted overwhelmingly, 77.45% to 22.55%, to join the EU (Wilga, 2004A). Even the 50% turnout required to make the referendum constitutionally valid was reached comfortably, with 58.85% of Poles voting. (KAROLEWSKI; WILGA, 2018, p. 13)

de 2004, novas formas de se interpretar as relações com o ocidente e o leste europeu passaram a existir, implicando em momentos de alinhamento ou afastamento dos interesses e objetivos da União Europeia (KACZYNSKI, 2011).

### **3.4.1. Primeiros anos da Polônia como Estado-Membro da União Europeia (2005-2009)**

As eleições de 2005 elegeram o partido Lei e Justiça (PiS), representado por Lech Kaczynski como presidente da Polônia e seu irmão gêmeo Jaroslaw Kaczynski como primeiro-ministro por meio das eleições parlamentares, contrariando as expectativas de que o partido Plataforma Cívica (PO) assumiria a liderança do país. Como efeito, embora fosse esperada uma coalizão entre ambos os partidos, especialmente pela orientação libera-conservadora de ambos, como também pelas expectativas da população. Entretanto, o partido vencedor alinhou-se aos representantes da extrema direita nacionalista, o que garantiu apoio parlamentar suficiente para seu governo. (KACZYNSKI, 2011)

A formação de uma coalizão com partidários da extrema direita levou a uma crise interna, pois ministros provenientes de partidos moderados retiraram-se de seus cargos em protesto, em especial o ministro das relações exteriores, Stefan Meller.

Diante deste cenário, as relações entre Varsóvia e a Europa ocidental foram marcadas por conflitos, destacando-se os argumentos com a Alemanha por questões históricas, étnicas e territoriais, bem como sobre a questão energética, que motivaram ambos os Estados a assumir posicionamentos opostos nos fóruns e debates. Ademais, as relações com a França permaneciam distantes desde 2003 e passaram a entrar em pauta a partir de 2007. Outro ponto de importante destaque deste período encontra-se na oposição polonesa a pautas progressistas, especialmente no que diz respeito aos direitos das mulheres e minorias, dado o caráter conservador do governo polonês. Ademais, as aproximações com os outros Estados eram condicionadas às relações entre Polônia-Alemanha.

As relações dentro da União Europeia neste período foram marcadas pela percepção de que a Polônia era um parceiro imprevisível, levantando a suposição de que não seria um parceiro confiável para negociações. A postura polonesa, entretanto, de acordo com Kaczynski (2011, p. 18), embora tenha levado o Estado à marginalização dentro do bloco europeu, também implicou no empoderamento das demais representações dos Estados do centro e leste europeu, de modo que, com o tempo, estas passaram a defender de modo mais assertivo seus interesses nacionais e participar efetivamente das negociações nos fóruns europeus.

De acordo com Kaczynski (2011), a opinião pública polonesa permanecia fortemente favorável à aproximação com a Europa, e o questionamento acerca do porquê poloneses favoráveis à europa teriam elegido representantes anti-europa era respondida pelo fato de que as eleições de 2005 não teriam sido organizadas de acordo com uma agenda Europeia, e sim voltadas para os interesses domésticos (KACZYNSKI, 2011, p. 18).

Enquanto o período entre 2005 e 2006 foi marcado pela forte influência conservadora e nacionalista polonesa, 2007 representou um ponto de atenção para a política externa traçada pelo governo polonês: Com o colapso da coalizão nacionalista, novas eleições parlamentares foram organizadas, levando a eleição do primeiro-ministro Donald Tusk, representante do partido Plataforma Cívica (PO) (KACZYNSKI, 2011). O momento representou um momento de reorientação do posicionamento polonês em relação à integração europeia.

O desafio deste novo governo estava pautado justamente pelo modo de formulação da política externa e representações nos fóruns da União Europeia. A constituição polonesa de 1997 não previa as competências assumidas pelo presidente e o governo dentro do fórum europeu (KACZYNSKI, 2011; VOROZHEINA, 2017). Neste sentido, devido às diferentes orientações e políticas de ambos os representantes - o presidente Kaczynski e o primeiro-ministro Tusk (DEUTSCHE WELLE, 2007; KAROLEWSKI; WILGA, 2018), ambos participaram das negociações que culminaram na assinatura do Tratado de Lisboa em 2007, demonstrando as contradições na posição política do país (KAROLEWSKI; WILGA, 2018), uma vez que:

Eles demonstraram visões substancialmente diferentes ou mesmo diametralmente opostas sobre as prioridades da política externa, bem como sobre os eventos que ocorreram no cenário internacional e o papel da Polônia neles. Por exemplo, Donald Tusk atuou como um proponente ativo do desenvolvimento das relações polaco-alemãs, ao contrário de L. Kaczynski, que defendia uma posição cética em relação a Berlim (VOROZHEINA, 2017)<sup>29</sup>

Outro embate entre Polônia e a União Europeia evidenciado pelas negociações de 2007 dizem respeito à reformulação da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, pois a Igreja Católica polonesa demonstrava-se fortemente contrária. Como efeito, a representação polonesa tentou negociar a exclusão do país à aplicação da carta, principalmente em casos conflitantes com a lei nacional e, com o apoio do Reino Unido e República Tcheca, as

---

<sup>29</sup> They demonstrated either substantively different or even diametrically opposed views on the foreign policy priorities as well as the events that have taken place on the international scene and Poland's role in them. For instance, Donald Tusk acted as an active proponent of the development of Polish-German relations, unlike L. Kaczynski, who defended a skeptical position with respect to Berlin (VOROZHEINA, 2017)

negociações foram bem-sucedidas e a aplicação da carta não foi ratificada pela Polônia (KAROLEWSKI; WILGA, 2018).

A questão religiosa é, desde o início dos anos 2000 e da Convenção Europeia para o Futuro da Europa, um impasse entre os Estados europeus adeptos à laicidade e a Polônia, dadas as tentativas do país majoritariamente católico em referenciar princípios cristãos em tratados, bem como interpretá-los a favor dos valores presentes na parcela conservadora polonesa (KAROLEWSKI; WILGA, 2018).

Embora o governo polonês tenha saído satisfeito com as negociações do novo tratado e suas implicações para o Estado, bem como para o funcionamento da Organização e de seus organismos adjacentes, o país apenas confirmou seu papel de parceiro difícil e potencialmente conflituoso dentro da União Europeia (KAROLEWSKI; WILGA, 2018).

A divisão das competências entre Presidente e governo ao que tange as ações na União Europeia foram definidas pelo tribunal constitucional polonês em 2009, após os conflitos de competências e interesses demonstrados por Kaczynski e Tusk (KACZYNSKI, 2011). Neste sentido, definiu-se que o governo seria responsável pelas medidas tomadas em questões cotidianas, portanto:

A política do governo Tusk era resolver as situações de conflito existentes e trabalhar construtivamente em novas questões, não permitindo que novas situações de conflito surgissem, mas quando necessário não negando a possibilidade de usar a bomba nuclear nas negociações da UE, o veto individual.[...] As decisões estratégicas e os tratados internacionais são de responsabilidade conjunta do governo e do presidente, mas o governo decide as políticas. O Presidente, porém, pode participar de qualquer Conselho Europeu que considere importante para ele participar. (KACZYNSKI, 2011, p. 19)<sup>30</sup>

A mais profunda mudança em relação à reformulação da integração europeia por parte da Polônia ao longo do governo de Donald Tusk esteve ligada ao modo de pensar as relações entre Polônia e as instituições ocidentais: Até 2007, estas eram vistas como o interesse unilateral polonês de se beneficiar da proteção estadunidense a partir da OTAN, e economicamente a partir da União Europeia, enquanto defendia seu interesse nacional. Sob o governo Tusk, esta percepção evoluiu, especialmente pela percepção do próprio potencial polonês em relação a suas dimensões e população (KACZYNSKI, 2011).

---

<sup>30</sup> The Tusk government policy was to resolve the existing conflicting situations, and work constructively on new issues, not allowing any new conflicting situations to emerge, but when necessary not denying the possibility of using the nuclear bomb in EU negotiations, the individual veto.[...] The strategic decisions and international treaties are a joint responsibility of the government and the President, but the government decides the policies. The President, however, can participate in any European Council he considers important for him to take part in. (KACZYNSKI, 2011, p. 19)

Neste sentido, houve ainda uma aproximação do governo polonês com a Alemanha, reduzindo-se os conflitos e oposições que precederam o governo Tusk. As questões em aberto não foram levadas a confrontações, mas sim a negociações, levando Berlim a emergir como um dos principais parceiros da Polônia (KACZYNSKI, 2011). Ademais, houve a criação da Parceria Oriental, proposta em conjunto com a Suécia, que visava aproximar-se dos Estados do leste europeu não membros da União Europeia.

Em 2008, o principal desafio polonês dentro da União Europeia estava ligado às questões energéticas. A Polônia é um país extremamente dependente do carvão mineral, entretanto os objetivos do bloco econômico em relação à questão energética versavam sobre a busca da sustentabilidade com menor impacto ambiental. A problemática desta questão, para a Polônia, reflete-se no fato de que, embora rica em carvão mineral (KAROLEWSKI; WILGA, 2018), o Estado passaria a depender do gás natural russo, o que viria a aumentar a dependência polonesa do vizinho ao Leste, contrariando os interesses nacionais poloneses.

Como efeito, o governo de Tusk criou uma coalizão com Estados de pensamento semelhante, sendo reconhecido como o porta-voz desta questão dentro da União Europeia. Como efeito das negociações a respeito da questão energética, a Polônia passou a diversificar sua malha energética, investindo especialmente na energia eólica (KACZYNSKI, 2011).

Neste sentido, percebe-se que a postura Polonesa entre 2005 e 2008 passou por importantes transformações: Ao passo em que os primeiros anos do país no bloco europeu trouxeram preocupações acerca de seu alinhamento para com os objetivos europeus, o governo do primeiro-ministro Tusk trouxe novas perspectivas ao não abandonar os interesses nacionais poloneses, mas a defendê-los por meio de negociações, demonstrando que se todas as partes estiverem abertas ao diálogo, é possível lidar até mesmo com as questões mais delicadas (KACZYNSKI, 2011).

Em 2009, os indicadores de performance dos Estados europeus demonstraram que, ao passo em que todos os demais membros da União Europeia se encontravam em recessão, a Polônia era o único país em crescimento, demonstrando o que Kaczynski (2011) evidencia como o contínuo crescimento polonês frente às contradições. O questionamento sobre o porquê a Polônia apresentou uma economia tão resiliente em um período estressante para o resto da Europa reflete-se em sua questão territorial e econômica:

alguns fatores jogaram a favor do caso polonês. Primeiro, o tamanho do país importava. Seu mercado interno é muito maior do que o de qualquer outro país membro mais novo; portanto, sua economia está menos exposta às exportações. Quando as exportações em toda a Europa diminuíram drasticamente em 2009, o consumo interno estável da Polônia serviu de colchão. Em segundo lugar estavam as próprias exportações, que aumentaram imediatamente quando os governos da Europa

Ocidental começaram seus pacotes de estímulo. As exportações polacas também são bastante diversificadas, o que ajudou a limitar o impacto negativo. (KACZYNSKI, 2011, p. 24)<sup>31</sup>

A estabilidade econômica entre 2009 e 2011 refletiu-se internacionalmente em um maior alinhamento pró-europeu, também possibilitando a reeleição parlamentar de Donald Tusk e a preparação para assumir a presidência do Conselho Europeu em 2011.

### **3.4.2. Polônia na presidência do Conselho Europeu (2011)**

Assumir a presidência do Conselho Europeu pela primeira vez em 2011 representava para o governo de Donald Tusk um teste a nível internacional, bem como no âmbito doméstico. Neste sentido, “uma Presidência bem-preparada e bem executada deve permitir ao país compreender melhor o funcionamento da UE, pois cada administração pública nacional torna-se o sistema nervoso do organismo de tomada de decisão da UE” (KACZYNSKI, 2011, p. 7)<sup>32</sup>.

Entretanto, grandes eram os desafios a serem enfrentados pela presidência polonesa: Sem conhecimento prévio ou experiências acumuladas em termos de administração do bloco, os desafios poloneses também se estendiam ao cenário internacional, devido ao início da Primavera Árabe, bem como a questões econômicas do bloco, especialmente no que diz respeito à crise do Euro, que levou a questionamentos sobre a capacidade polonesa, um Estado não pertencente a zona do Euro, de guiar a presidência do conselho (KACZYNSKI, 2011; KAROLEWSKI; WILGA, 2018).

Embora enfrentasse um desafiador impasse, e reconhecendo as limitações a serem enfrentadas, a Polônia estudou a postura de demais Estados que haviam assumido a presidência a partir de 2004, bem como criou mecanismos de coordenação das questões europeia (KAROLEWSKI; WILGA, 2018)

No âmbito doméstico, a gestão das relações com a União Europeia eram coordenadas pelo Comitê de Relações da União Europeia, criado em 1996 sob o nome de Gabinete de Comitê de Integração Europeia. A este gabinete, cabia não apenas a coordenação e preparação da

---

<sup>31</sup> a few factors played in favour of the Polish case. First, the country's size mattered. Its internal market is much larger than that of any other newer member country; hence its economy is less exposed to exports. When exports all around Europe sharply decreased in 2009, Poland's stable internal consumption served as a cushion. Second were the exports themselves, which picked up immediately when Western European governments started their stimulus packages. Polish exports are also widely diversified, which helped to limit the negative impact. (KACZYNSKI, 2011, p. 24)

<sup>32</sup> “a well-prepared and well executed Presidency should allow the country to better understand the EU's functioning, as each national public administration becomes the nerve system of the EU decision-making organism” (KACZYNSKI, 2011, p. 7)

administração polonesa como presidente do Conselho Europeu, como também a participação nos processos de criação e implementação de leis da União Europeia, assim como a cooperação juntamente às esferas domésticas, especialmente o Sejm e o Senado, em relação a assuntos da União Europeia, uma vez tendo, ambas as câmaras, o direito de opinar nos projetos de lei da União Europeia, bem como na posição polonesa a ser assumida (KACZYNSKI, 2011).

A preparação para assumir a presidência do Conselho Europeu, portanto, iniciou-se com três anos de antecedência, partindo da esfera doméstica, por meio da atuação do Comitê de Relações da União Europeia. Neste sentido, as primeiras ações tomadas foram de coordenação da administração pública para assuntos pertinentes aos fóruns europeus, o que levou ministérios e instituições nacionais a criarem times responsáveis pelo alinhamento de intenções e iniciativas voltadas à presidência do conselho europeu.

No período preparatório, as reuniões e fóruns de consulta foram imprescindíveis, dado especialmente o caráter avaliativo do processo para o governo polonês e sua integração à Europa. Deste modo:

No processo de familiarização com as questões da Presidência, a questão da 'Presidência' esteve na 36ª agenda de todas as reuniões da Comissão de Assuntos Europeus. Na fase preparatória houve consultas semanais dos membros do Comitê com o Representante Permanente em Bruxelas, Embaixador Jan Tombiński. Houve também outras atividades, como reuniões do Plenipotenciário com think tanks e ONGs, inúmeros seminários e conferências públicas (KACZYNSKI, 2011, p. 35-6)<sup>33</sup>

Com o início da presidência polonesa em 2011, iniciou-se também o plano de 18 meses a ser seguido pela presidência tripla: Polônia, Dinamarca e Cyprus. Os objetivos assumidos por estes países já estavam em discussão desde 2008, e o nível de cooperação tripla foi conduzida a níveis ministeriais, parlamentares e institucionais (KACZYNSKI, 2011). As prioridades estabelecidas pelo plano de 18 meses traçaram três principais objetivos: A integração europeia como instrumento de crescimento; Segurança Europeia e os benefícios da abertura comercial.

Os três objetivos supracitados, além de exprimir os anseios dos três Estados para o futuro da Europa, porém embora fosse esperada uma presidência neutra, cujos objetivos nacionais não estivessem à frente das questões europeias (KAROLEWSKI; WILGA, 2018), aspectos do interesse nacional polonês eram evidentes em seus objetivos: A questão da integração como instrumento de crescimento econômico era, para a Polônia, de interesse

---

<sup>33</sup> In the process of familiarizing with the Presidency issues, the issue of 'Presidency' was on the 36 agenda of every Committee on European Affairs meeting. In the preparatory phase there were weekly consultations of the members of the Committee with the Permanent Representative in Brussels, Ambassador Jan Tombiński. There were also other activities, such as meetings of the Plenipotentiary with think tanks and NGOs, numerous public seminars and conferences (KACZYNSKI, 2011, p. 35-6)

absoluto em relação a conquista de novos mercados, assim como do apoio às empresas de médio porte e o capital intelectual. Como efeito, em Outubro de 2011 ocorreu o Fórum do Mercado Único, em Cracóvia, sendo reconhecido como o evento central deste objetivo para a presidência polonesa.

A questão da segurança europeia, para a Polônia, traduzia-se no interesse em preservar e reforçar as políticas referentes à agricultura, assim como coordenar a criação da política de energia externa europeia. Ambas as questões convergem com os principais pontos de atenção do governo polonês: a preservação do apoio da classe agricultora à União Europeia e a questão da política energética e a apreensão em relação à dependência energética russa. Como efeito, a busca por alinhar a Política de Segurança e Defesa Comum (CSPD) com demais Estados, assim como dentro das esferas domésticas demonstrou-se o caminho assumido pela presidência polonesa.

Por fim, o último objetivo traçado por este plano de 18 meses referia-se à abertura europeia e os benefícios desta ação. Para o interesse polonês, este objetivo orientava-se à cooperação com os Estados do Leste Europeu, assim como do sudeste mediterrâneo. Este objetivo visava garantir maior legitimidade à manutenção da Parceria Oriental, assim como aproximar os Estados do Leste Europeu à União Europeia. Ademais, buscava-se estreitar parcerias comerciais com a Rússia a partir de 2011.

Apesar de todo o esforço em termos de cooperação e alinhamento de objetivos, a presidência polonesa foi vista como satisfatória e madura, mas de impacto limitado para a União Europeia (KAROLEWSKI; WILGA, 2018). A isto, destaca-se o fato de que eventos internacionais, como a primavera árabe, sobrepuseram-se aos objetivos almejados pela presidência polonesa. Ademais:

Embora o crescimento econômico fizesse parte do programa da presidência polonesa, as principais iniciativas partiram do presidente do Conselho da UE, Van Rompuy, das instituições da UE, ou da Alemanha e da França, incluindo o pacote bancário e o estabelecimento do Pacto Fiscal Europeu. Em contrapartida, as iniciativas trazidas pela presidência polonesa, de política energética externa, tiveram menor importância política (KAROLEWSKI; WILGA, 2018, p. 19)<sup>34</sup>

Apesar de não garantir completamente o impacto almejado, a iniciativa referente à Parceria Oriental garantiu destaque para a gestão polonesa, assim como seu comprometimento com as

---

<sup>34</sup> While economic growth was part of the Polish presidency's program, the main initiatives came either from the EU Council President Van Rompuy, the EU institutions, or Germany and France, including the banking package and the establishment of the European Fiscal Compact. In contrast, the initiatives brought forward by the Polish presidency, the external energy policy, were of minor political importance (KAROLEWSKI; WILGA, 2018, p. 19)

relações intra-institucionais. Neste aspecto, Karolewski e Wilga (2018, p. 20)<sup>35</sup> evidenciam que “Varsóvia conseguiu mediar com sucesso as negociações sobre o [...] pacote de regulamentos e diretivas que promovem a governança econômica na UE e na zona do euro”.

Em linhas gerais, o governo polonês foi capaz de cumprir com sucesso as demandas funcionais da presidência do Conselho, especialmente por meio de uma gestão eficiente e de intensa cooperação com as instituições do bloco. A isto, Karolewski e Wilga (2018) complementam:

Não apenas a administração pública da Polônia foi capaz de lidar com as complexidades da política europeia durante sua presidência, mas também o governo demonstrou enfaticamente que uma estratégia inclusiva e transparente era conciliável com seus objetivos nacionais. Ele buscou uma agenda proativa, evitando a impressão de que poderia explorar seu termo para seus próprios interesses nacionais. (KAROLEWSKI; WILGA, 2018, p. 20)<sup>36</sup>

Em suma, a presidência do Conselho Europeu em 2011, além de um teste à Polônia e sua confiabilidade como membro da União Europeia, também demonstrou um ponto de amadurecimento da política externa polonesa diante do bloco europeu, especialmente pela capacidade de, ao mesmo tempo, assumir uma postura pragmática em relação aos objetivos nacionais e de cooperação com as instituições e demais Estados para atingir objetivos comuns.

### **3.5. O governo de Andrzej Duda ao olhos da União Europeia (2015-2020)**

Passando a ser considerada a economia de maior crescimento dentre os Estados ingressados no alargamento da União Europeia, em 2019 a economia polonesa foi considerada a mais rica de todos os tempos, e a diferença entre sua economia e a dos países mais ricos do mundo havia sido consideravelmente reduzida (KACZYNSKI, 2019). Ademais, embora as economias dos Estados anteriormente alinhados à União Soviética tenham sido consideradas “em transição”, as reformas econômicas implementadas pelo governo de transição, bem como a independência do Banco Central demonstravam resultados promissores para o país a longo prazo (KACZYNSKI, 2019), não apenas em garantir credibilidade para investidores internacionais, como também pelo investimento em infraestrutura e pela redução das taxas de

---

<sup>35</sup> “Warsaw was able to successfully mediate the negotiations on the [...] package of regulations and directives promoting economic governance in the EU and the Eurozone” (KAROLEWSKI; WILGA, 2018, p. 20)

<sup>36</sup>Not only was Poland’s public administration capable of coping with the complexities of the European politics during its presidency, but also the government emphatically demonstrated that an inclusive and transparent strategy was reconcilable with its national goals. It pursued a proactive agenda while avoiding the impression that it might exploit its term for its own national interests. (KAROLEWSKI; WILGA, 2018, p. 20)

desemprego, uma vez estas atingindo a marca de 20% em 2004, e 3,5% em 2018 (KACZYNSKI, 2019). Embora economicamente estável, o Estado encontrava dificuldades em inovação tecnológica e ascensão no mercado de produtos de valor agregado (EUROPEAN COMMISSION, 2015).

Além destes dois desafios econômicos, o principal ponto de atenção em relação ao Estado evidenciou-se pelo momento histórico vivido e as crises decorrentes da divergência entre os princípios da União Europeia e as políticas internas adotadas pelo novo governo polonês. Neste cenário, a partir da entrada na década de 2010, os desafios presentes no continente europeu partiam de um amplo campo: Desde crises financeiras e taxas de desemprego alarmantes, até percepções exageradas ou imaginárias, de acordo com Kaczyński (2019), especialmente referentes à questão dos refugiados, provenientes especialmente da África e Oriente Médio.

Para além dos fatores econômicos e internacionais, o resultado das duas eleições ocorridas em 2015 esteve fortemente correlacionadas a questões políticas internas e a percepção doméstica da inserção internacional polonesa. Neste sentido, Markowski (2017) evidencia que:

[em 2015,] Cerca de 80% dos poloneses estavam satisfeitos com seus empregos e vidas em geral, bem como com sua situação familiar [...] mas permaneciam preocupados com a perspectiva política e com supostas ameaças à Polônia e ao modo de vida polonês, que emana de forças globais mais amplas. (MARKOWSKI, 2017, p. 5)<sup>37</sup>

Entretanto, o descontentamento nacional com os partidos dirigentes partiu de uma campanha bem-sucedida por parte da oposição liderada por Jeroslaw Kaczyński em convencer a população de que a Polônia encontrava-se em ruínas, sob uma semi-soberania atrelada às relações com a Rússia e Alemanha, implicando na caracterização do governo de Donald Tusk como traidor da nação polonesa (MARKOWSKI, 2017). No contexto desse novo governo, a Polônia passou por transformações políticas, levando ao questionamento do que havia acontecido com o país que se desenvolveu como nenhum outro nos vinte anos desde a queda da União Soviética, e que nos anos recentes, foi um dos principais atores dentro do conselho europeu, especialmente pela condução de sua presidência (KACZYNSKI, 2019).

A drástica mudança nos tomadores de decisão do país veio em consonância com o ascendente discurso de Victor Orbán, na Hungria. Contrário aos princípios europeus, desde

---

<sup>37</sup> [in 2015,] Some 80 per cent of Poles were satisfied with their jobs and lives in general as well as with their household situation [...] but remained dissatisfied from a political perspective, distrusting elites, parties and parliamentarians, and expressing a preoccupation with alleged threats to Poland and the Polish way of life emanating from wider global forces. (MARKOWSKI, 2017, p. 5)

2010 o presidente húngaro passou a realizar reformas internas na legislação do Estado, especialmente voltadas ao sistema judiciário, mídia e a proteção aos direitos das minorias. Como efeito, a Hungria passou a ser vista como um símbolo de questões controversas para a Comissão Europeia e, em 2015, o Orbán adotou o discurso de que a questão migratória era uma ameaça à Europa, em oposição ao discurso defendido por Angela Merkel de que era uma questão humanitária e deveria ser tratada como tal (KACZYNSKI, 2019).

Naquele mesmo ano, o partido polonês Lei e Justiça utilizou-se do discurso contrário às ondas migratórias, especialmente defendendo a unidade polonesa e recordando o senso de comunidade que levou a ascensão do Solidariedade nos anos 1980 (KACZYNSKI, 2019). Além da questão migratória, outro fator que levou à eleição do Lei e Justiça (PiS), foi a apatia política dos cidadãos poloneses, evidenciada pelo baixo número de votantes que compareceram às urnas (KINOWSKA-MAZARAKI, 2021), sob a percepção interna de que o governo anterior, liderado pelo partido Plataforma Cívica, havia governado para a Europa, e não para os poloneses. (KACZYNSKI, 2019).

A vitória do partido Lei e Justiça, em ambas as eleições, e a ascensão de Andrzej Duda à presidência, implicou na reformulação das políticas externa e doméstica, sem impasses internos entre presidente e primeiro-ministro, como ocorrido ao longo do governo de Lech Kaczynski (PiS) e Donald Tusk (PO). Deste modo, o novo governo levou a Polônia a inverter valores democráticos, contrariando não apenas os valores da União Europeia, quanto as suas aspirações anteriores como Estado (KINOWSKA-MAZARAKI, 2021).

Neste sentido, sob a chefia da primeira-ministra Beata Szydlo, o país passou a realizar reformas radicais em diversas esferas da estrutura polonesa, como a redistribuição de políticas sociais, as reformas administrativas, na imprensa e na área jurídica, sendo esta o primeiro fator de embate entre a União Europeia e Varsóvia. Para Kinowska-Marazaki (2021), estas reformas vinham de encontro ao discurso defendido ao longo da campanha eleitoral do Lei e Justiça, de que as a Polônia pós 1989 foi governada por uma falsa elite, que defendia os interesses internacionais e não se sustentava pelos valores cristãos, que eram a base da identidade polonesa.

Como efeito, o novo governo polonês encontrou-se em desacordos com os preceitos artigo 02 do Tratado da União Europeia, ao que se prosseguiu as medidas predefinidas pelo artigo 07 do mesmo:

**Artigo 2.** A União funda-se nos valores do respeito pela dignidade humana, da liberdade, da democracia, da igualdade, do Estado de direito e do respeito pelos direitos do Homem, incluindo os direitos das pessoas pertencentes a minorias. Estes valores são comuns aos Estados-Membros, numa sociedade caracterizada pelo

pluralismo, a não discriminação, a tolerância, a justiça, a solidariedade e a igualdade entre homens e mulheres.

[...]

**Artigo 7.o** (ex-artigo 7.o TUE) 1. Sob proposta fundamentada de um terço dos Estados-Membros, do Parlamento Europeu ou da Comissão Europeia, o Conselho, deliberando por maioria qualificada de quatro quintos dos seus membros, e após aprovação do Parlamento Europeu, pode verificar a existência de um risco manifesto de violação grave dos valores referidos no artigo 2.o por parte de um Estado-Membro. Antes de proceder a essa constatação, o Conselho deve ouvir o Estado-Membro em questão e pode dirigir-lhe recomendações, deliberando segundo o mesmo processo. O Conselho verificará regularmente se continuam válidos os motivos que conduziram a essa constatação. (UNIÃO EUROPEIA, 1997, p. 5-7)

Ou seja, de acordo com o Tratado da União Europeia, a organização pode intervir de modo recomendatório em casos de aparente ameaça às instituições governamentais, como foi o caso da reforma judiciária polonesa, uma vez o Tribunal Constitucional não tendo sido apresentado em 2015 e, posteriormente, houve a apresentação de membros do parlamento como parte do corpo jurídico, levantando questionamentos acerca da confiabilidade e independência das instituições por parte da comunidade europeia.

De acordo com Kaczynski (2019), a preocupação da Comissão Europeia em relação à Polónia incluía não apenas as intrínsecas questões entre a independência da instituição jurídica e a nomeação de membros do parlamento, como também o risco da falta de controle judicial de alto nível, à luz das leis em vigor a partir do governo de Beata Szydlo, nas áreas de imprensa, administração pública e áreas correlatas.

O diálogo, entretanto, não rendeu grandes mudanças às implementações polonesas. Ao contrário, Varsóvia defendia que as reformas eram legítimas e que havia desconhecimento das normas por parte da União Europeia, assim como incompetência e tentativas de intervenção nas questões domésticas do país (KACZYNSKI, 2019). A partir de então, as relações entre Polónia e União Europeia passaram a se agravar e, embora o governo de Szydlo tivesse aberto espaço para o novo primeiro-ministro, Mateusz Morawiecki, pouco se alterou nas relações entre Varsóvia e a organização.

Neste período, a repercussão internacional insinuava que as medidas adotadas pelo governo Lei e Justiça (PiS) estavam voltadas ao próprio interesse do partido e este, por sinal, não se preocupava com o fato de serem inconstitucionais (CSAKY, 2018), bem como houve a intensificação das desconfianças da França e Alemanha em relação ao país (KACZYNSKI, 2019).

Embora tanto a comunidade europeia quanto a mídia internacional demonstrassem descontentamento com o curso da política interna polonesa, os primeiros anos do governo Duda

foram marcados pela mudança sistêmica no judiciário, não apenas pela mudança da lei, como também pela substituição e decisão pela redução da idade de aposentadoria dos juízes, implicando no afastamento de cerca de 100 juízes (BBC, 2019; KACZYNSKI, 2019), o que conseqüentemente determinava o fim da independência do poder judiciário e implicava na subordinação ao controle político (KINOWSKA-MAZARAKI, 2021).

Além da questão constitucional, outro fator de importante embate entre a União Europeia e a Polônia estava ligado aos alinhamentos adotados pelo governo em seus discursos voltados à “polonização” e a busca pela retomada do sentimento nacional dos anos 1980, uma vez representando a ascensão dos discursos da direita radical contra minorias (BUSTÍKOVA, 2018). Segundo a autora, este discurso tem por característica:

encontra-se principalmente em países etnicamente homogêneos e caracteriza-se por uma mobilização baseada em questões socialmente conservadoras, contra as minorias sexuais e visando grupos sociais e minorias étnicas com capacidade e capacidade limitada de se organizar politicamente, incluindo gays e lésbicas. (BUSTÍKOVA, 2018, p. 2)<sup>38</sup>

Em consonância com esta busca pela “polonização” das instituições, a campanha eleitoral do PiS em 2015 e 2019 muniu-se do discurso contra minorias, tornando-os inimigos públicos: Em 2015, à luz da questão migratória na Europa, os inimigos públicos foram os refugiados muçulmanos, enquanto em 2019 a ideologia LGBTQIA+ passou a ser apontada como ameaça a identidade nacional polonesa e seus interesses como Estado (KINOWSKA-MAZARAKI, 2021).

Como efeito deste discurso, houve a sistemática substituição de classes dirigentes de instituições estatais, como a supracitada reforma da imprensa, assim como de instituições culturais e corpos estatais. Ademais, o fortalecimento de organizações de perfil conservador, afiliados à Igreja Católica e aos valores cristãos passou a ser uma prerrogativa da política adotada pelo Lei e Justiça (KINOWSKA-MAZARAKI, 2021). Em consonância com estas atitudes, a narrativa do partido Lei e Justiça evidencia que os protestos são realizados por inimigos nacionais, que tentam ameaçar os interesses poloneses.

Na esteira destas afirmações, o partido evidencia que os nacionais poloneses são aqueles que apoiam os interesses do Estado - conseqüentemente, os interesses defendidos pelo PiS, e que apresentam pensamento conservador e valores tradicionais, especialmente atrelados ao catolicismo.

---

<sup>38</sup> is mostly found in ethnically homogeneous countries and is characterized by mobilization based on socially conservative issues, against sexual minorities, and targeting social groups and ethnic minorities with limited ability and capacity to politically organize, including gays and lesbians. (BUSTÍKOVA, 2018, p. 2)

Tal definição de polonês “autêntico” exclui os opositores políticos do PiS da comunidade nacional. Essa política antagônica do PiS resultou em discriminação e deslocamento de cada vez mais grupos sociais. Por outro lado, resultou em crescente polarização política, maior resistência social e aumento da participação civil. (KINOWSKA-MAZARAKI, 2021, p. 2)<sup>39</sup>

Neste aspecto, observa-se o distanciamento polonês dos princípios da União Europeia, em decorrência da adoção de uma política de exclusão social por meio da discriminação de minorias e da privação aos direitos civis. De modo comparativo, este distanciamento representa uma cisma nas relações entre o Estado centro europeu e a organização, contrariando os princípios adotados durante a transição de governo nos anos 1990, bem como a busca pela aproximação aos valores da União Europeia. Ademais, reflete-se a retomada do sentimento nacionalista presente na história polonesa ao longo do século XX, o qual partia da exclusão de comunidades diversas em benefício da população polonesa, ou aos “legítimos nacionais”.

---

<sup>39</sup> Such definition of being “authentic” Pole excludes PiS’s political opponents from the national community. This antagonistic policy of the PiS resulted in discrimination and displacement of more and more social groups. On the other hand, it resulted in growing political polarization, wider social resistance and an increase in civil participation. (KINOWSKA-MAZARAKI, 2021, p. 2)

#### **4. AS RELAÇÕES RUSSO-POLONESAS À LUZ DA UNIÃO EUROPEIA (2004 - 2020)**

Desde a independência polonesa garantida em 1989, o país passou a buscar maior aproximação com a Europa Ocidental e adaptar-se ao contexto econômico vigente. Como efeito, o nível de desenvolvimento econômico do país passou de GDP \$9,500 per capita no início dos anos 1990, para GDP \$27,000 per capita em 2018, demonstrando grande avanço em comparação ao desenvolvimento econômico ucraniano, que durante a Guerra Fria possuía desenvolvimento econômico semelhante ao polonês, mas em 2018 permanecia consideravelmente análogo aos indicadores dos anos 1990 (WISLA; NOWOSAD, 2020).

Evidentemente, o desenvolvimento econômico polonês resultou de sua abrupta transformação econômica citada nos capítulos anteriores, bem como dos investimentos garantidos pela aproximação com o ocidente, em consequência de sua política externa voltada aos interesses europeus.

Entretanto, ao passo em que aproximava seus interesses do ocidente, a política externa polonesa não deixou de observar seus interesses no Leste Europeu, especialmente no que diz respeito à aproximação com as antigas repúblicas socialistas soviéticas e nas questões energéticas e securitárias em relação à Rússia, dada especialmente a carga histórica das interações entre os dois países.

##### **4.1. Polônia e Rússia: Da transição à integração na União Europeia (1989-2007)**

As eleições polonesas de 1989 representaram a aversão dos nacionais poloneses ao sentimento soviético, levantando o sentimento anti-russo como uma das principais forças motrizes para a transição à democracia (RESENDE, 2014). Neste cenário, embora a Rússia representasse uma ameaça histórica à soberania polonesa, o momento de fragilidade do sistema soviético, assim como a aproximação da Europa Ocidental com os interesses estadunidenses permitiam à Polônia vislumbrar o sustento de sua soberania Estatal ao se aproximar aos interesses ocidentais.

Assim, a formulação da política externa da Terceira República da Polônia, imediatamente após as eleições de 1989 buscava simultaneamente restaurar elementos da Segunda República - especialmente a forte ligação com a Igreja Católica, enquanto orientava-se ao ocidente (KANIA-LUNDHOLM, 2012), abrindo mão da aproximação com as antigas repúblicas socialistas ao Leste e ancorando-se no pressuposto de que a Polônia teria maior influência internacional se estivesse alinhada aos principais Estados europeus, como a Alemanha e França, e integrada às instituições euro-atlânticas (RESENDE, 2014).

Kania-Lundholm (2012) também ressalta que neste momento de transição política, muito embora a Igreja Católica tenha se consolidado como protagonista do movimento de emancipação polonesa ao longo dos anos que precederam a independência do país, tanto a elite dirigente do país quanto a opinião pública nacional opunham-se a correlação e o envolvimento da esfera religiosa com as questões públicas do Estado, em consonância com a construção de uma política orientada pela laicidade do Estado.

Para além das questões domésticas, o período de transição do governo polonês representou para as relações russo-polacas um momento de diálogo e negociações, marcado principalmente pela postura pró-ocidental do então presidente russo Boris Yeltsin. Além do diálogo referente à retirada das tropas russas do território polonês até 1993, houve a assinatura do Tratado de Amizade e Boa Vizinhança entre Polônia e Federação Russa em Maio de 1992, substituindo o tratado firmado entre Polônia e União Soviética em 1965 (RESENDE, 2014).

Na ocasião, Lech Walesa, líder do partido Solidariedade e então presidente polonês expressou interesse na criação de um novo capítulo para as relações entre ambos os Estados, enquanto Yeltsin demonstrou otimismo referente ao entendimento mútuo e na construção de uma parceria em futuras relações entre os países (RESENDE, 2014).

É importante salientar que o encontro entre Walesa e Yeltsin levou ao descontentamento por parte de algumas camadas da sociedade polonesa, especialmente o parlamento. De acordo com o *The New York Times* (1992), o Sejm esperava uma retratação oficial dos herdeiros da União Soviética pelos crimes ocorridos durante o governo de Stalin na Segunda Guerra Mundial, especialmente referentes ao Massacre de Katyn, ocorrido em 1940. Com o descontentamento nacional referente ao encontro entre os Presidentes, muitos parlamentares acusaram o presidente e o ministro das relações exteriores de manter detalhes do novo tratado em segredo, o que levou a manifestações também da sociedade polonesa (THE NEW YORK TIMES, 1992).

Em contrapartida, na esteira da resolução de conflitos passados e na busca de uma aproximação entre ambos os governos, Yeltsin publicou as cláusulas secretas de divisão do território Polonês durante a Segunda Guerra Mundial, presentes no Pacto Molotov-Ribbentrop assinado em 1939 entre a União Soviética e a Alemanha Nazista. Ademais, forneceu à Polônia documentações oficiais que provavam o envolvimento de Stalin na ordem de execução dos oficiais poloneses na floresta de Katyn (REUTERS, 2011; RESENDE, 2014).

Um fator de tensão entre Moscou e Varsóvia nos anos 1990 estava intrinsecamente associado à entrada polonesa na OTAN. Neste sentido, embora em Agosto de 1993 a Rússia de Yeltsin tivesse declarado que não se oporia à adesão polonesa a Organização do Tratado do

Atlântico Norte, por pressão da ala militar russa, o discurso de Yeltsin foi modificado em outubro do mesmo ano, afirmando que a Rússia se oporia à expansão da OTAN a leste, em direção aos antigos satélites da União Soviética (RESENDE, 2014).

A questão do avanço do tratado em direção ao Leste representava também o interesse do então ministro da defesa alemão pela manutenção da estabilidade na Europa Central e Oriental após a reunificação da Alemanha. Neste aspecto, embora a Rússia tenha voltado atrás em sua aprovação da adesão polonesa à Organização, o presidente estadunidense Bill Clinton passou a ceder ao diálogo com a Polônia em relação a sua entrada, especialmente pelo apoio alemão a esta adesão (RESENDE, 2014).

O convite para se integrar à OTAN foi realizado em 1997 aos três Estados fronteiriços com a Alemanha: Hungria, Polônia e República Tcheca, coincidindo com a reformulação da Política Externa Rússia iniciada por Evgeny Primakov. A nova política externa russa passou a ser definida pela reafirmação de que os interesses russos representavam um pólo à parte do mundo ocidental e da afirmação dos Estados Unidos como uma potência hegemônica. Como efeito desta reformulação, a oposição à expansão da OTAN em direção aos antigos membros do Pacto de Varsóvia se intensificara, implicando conseqüentemente na mudança da natureza das relações entre Rússia e Polônia.

A partir de 1997, portanto, enquanto a política externa russa se voltava ao oriente e sustentava-se especialmente na parceria estratégica com a China, com o principal objetivo de contrabalançar o poder estadunidense a nível internacional, a Polônia buscava gradativamente maior integração com a Europa e seus parceiros ocidentais, implicando em um novo foco de tensão entre o Leste Europeu e a Rússia.

Deste modo, com a adesão Polonesa à OTAN oficializada em 1999, a intervenção ocorrida pela Organização no Kosovo neste mesmo ano representou um novo descompasso nas relações entre Rússia e Polônia, que por sua vez assumiram lados opostos na disputa - Rússia apoiava a Sérvia, enquanto buscava impedir no Conselho de Segurança das Nações Unidas a adoção de algum mandato que viesse a legalizar a intervenção da OTAN. Enquanto isto, a Polônia não apenas apoiou como participou da intervenção da Organização contra a Sérvia, diante da ameaça de estender o conflito a toda a região (POLONIA, s/d), e com o intuito de demonstrar seu atual status de membro pleno da OTAN (RESENDE, 2014).

Outro ponto de tensão nas relações entre Rússia e Polônia esteve atrelado à invasão do Iraque em 2003, em que novamente os dois atores estiveram de lados opostos do conflito. Na ocasião, a Polônia se sustentou como o principal aliado dos Estados Unidos na coligação que invadiu o país, ao passo em que França e Alemanha, assim como a Rússia, opuseram-se ao

possível mandato estadunidense no Conselho de Segurança (RESENDE, 2014). No contexto regional, o comportamento de alinhamento imediato aos Estados Unidos se traduzia não apenas pela orientação transatlântica buscada pela Polônia, mas também pela percepção dos Estados Unidos como a garantia da segurança e soberania polonesa (LUBECKI, 2005).

O fato de a Polônia consolidar sua orientação pró-ocidente no período imediatamente posterior ao fim da União Soviética, no contexto da nova política externa russa, estabeleceu as bases da relação conflituosa entre Varsóvia e Moscou. Com isso, a atuação polonesa posterior em assumir uma política ativa em relação a busca pela democratização e a orientação ao ocidente de seus vizinhos do Leste Europeu, especialmente da Ucrânia, elevou as desconfianças do Kremlin, principalmente por considerar estes países como sua principal zona de influência (RODRIGUES, 2013; KAROLEWSKI; WILGA, 2018).

Dito isto, a questão da Polónia apoiar candidatos favoráveis à aproximação com o ocidente que o próprio país centro-europeu havia buscado em seus anos de transição, sendo eles Mikhail Saakashvili na Geórgia, em 2003, e Viktor Yushchenko na Ucrânia, em 2004, ressignificou para a Rússia o papel da Polónia em sua relação à asserção de seus interesses.

#### **4.1.1. Governo Kaczynski e a União Europeia (2005-2007)**

Ao passo em que nos anos anteriores buscava-se uma reconciliação e o diálogo aberto entre Polónia e Rússia, as eleições de 2005 na Polónia abriram espaço para uma política externa anti-russa consolidada por meio do discurso de desconfiança das intencionalidades tanto alemãs quanto russas (RESENDE, 2014). Neste aspecto, a eleição do partido Lei e Justiça (PiS) representou um obstáculo em relação à integração europeia, especialmente ao que se refere às parcerias estabelecidas com a Rússia em campos estratégicos, como energia e agricultura.

Em resposta à eleição do PiS, em novembro do mesmo ano, a Rússia impôs um embargo às importações de carne polonesas, alegando questões de saúde pública. Em reação, a Polónia elevou a questão a nível multilateral, no âmbito da União Europeia, exercendo seu poder de veto nas negociações referentes à parceria entre Rússia e União Europeia, o APC - Acordo de Parceria e Cooperação (STASZKIEWICZ, 2007; BUSYGINA, 2018).

De acordo com Staszkiwicz (2007), o veto à continuidade das tratativas entre a União Europeia e Rússia sustentavam-se em dois principais pilares: A questão do embargo aos produtos poloneses e a questão energética, sendo o segundo sustentado pela incorporação do Tratado da Carta de Energia e o protocolo de trânsito nos termos do acordo entre UE e Rússia. A inclusão do tratado energético nas negociações tinha por objetivo assegurar garantias aos importadores do gás natural russo, uma vez que o tratado havia sido firmado com base na Carta

de Energia de 1991 e, em termos gerais, possibilitaria o acesso dos importadores aos gasodutos russos e contribuiria para a liberalização do mercado de gás natural.

Ademais, com o veto polonês das negociações entre UE e Rússia, o país passou a ser visto como contrário à busca pela construção de uma política coordenada entre os Estados-membros da organização, de modo a representar que:

De fato, o governo polonês mostrou que ingressar na UE não significava necessariamente seguir o rumo dos membros do “núcleo europeu”. Pelo contrário, foi exatamente o contrário: ao ingressar na União, a Polônia adquiriu um canal para defender e até promover seus interesses nacionais (BUSYGINA, 2018, p. 94)<sup>40</sup>

Neste quesito, também se evidenciou a ausência de diplomatas poloneses no âmbito da União Europeia, contribuindo para a visão de que o país estava utilizando dos instrumentos da organização para buscar defender seus interesses, ao invés de construir políticas proativas a fim de garantir aliados dentro da União e soluções multilaterais a conflitos latentes a toda a comunidade europeia (STASZKIEWICZ, 2007). É importante ainda ressaltar que o bloqueio às negociações se manteve durante os dois anos do governo de Lech e Jaroslaw Kaczynski, e como efeito implicou em desentendimentos referentes às negociações energéticas entre Rússia e UE (RESENDE, 2014).

Com o estabelecimento de uma coligação interna entre o PiS e outros dois partidos nacionalistas, a nomeação de Anna Fotyga como Ministra das Relações Exteriores, em 2006, definiu a retórica anti-russa e anti-alemã como a principal base da política externa polonesa no período, implicando no distanciamento e na oposição de interesses do país para com seu principal aliado no período de transição - a Alemanha (RESENDE, 2014), além disso, a postura adotada pela primeira ministra no âmbito da União Europeia demonstrava desinteresse pela construção de soluções a nível multilateral (STASZKIEWICZ, 2007). Neste sentido, Resende (2014, p. 188) evidencia que “A animosidade anti-alemã foi uma clara mudança em relação à política de reconciliação entre os dois países que tinha marcado a política externa polaca desde 1989”, uma vez os embates entre Alemanha e Polônia tendo se intensificado ao ponto do presidente Kaczynski não comparecer à reunião do Triângulo de Weimar em 2006.

Um importante ponto do antagonismo entre Polônia e Alemanha evidenciou-se a partir da decisão bilateral entre Alemanha e Rússia de construir um gasoduto para o fornecimento de gás russo à União Europeia por meio da ligação direta entre Rússia e Alemanha, a partir do Mar

---

<sup>40</sup> In fact, the Polish government showed that joining the EU did not necessarily mean following the course of the “European core” members. Rather, it was quite the opposite: by joining the Union, Poland acquired a channel for defending and even advancing its national interests (BUSYGINA, 2018, p. 94)

Báltico. O projeto Nord Stream passaria próximo à costa polonesa, e como resposta, o então Ministro da Defesa polonês alegou que o projeto se assemelhava ao Pacto Molotov-Ribbentrop, que havia acordado a divisão polonesa entre Alemanha e Rússia semanas antes da invasão alemã em 1939 (CAMERON, 2007; RESENDE, 2014).

Dentro da União Europeia, o caráter bilateral do acordo foi abertamente criticado pela Polônia, assim como pelos Estados bálticos, especialmente pela ausência de uma articulação multilateral do bloco, bem como por questões de segurança internacional envolvidas no caso (CAMERON, 2007). As argumentações eram divididas da seguinte maneira:

Os defensores do NSGP argumentam que é um grande projeto de infraestrutura Rússia-UE que trará maior segurança energética para a Alemanha em particular e para a UE como um todo, adicionando capacidade e uma rota de trânsito adicional. [...] Para outros, no entanto, sinaliza um declínio na segurança energética, uma vez que aumenta a dependência energética da UE em relação à Rússia. Alguns temem que a Rússia possa usar o oleoduto para chantagear outros países de trânsito, como a Polônia e a Ucrânia no futuro. Alguns o interpretam como uma ferramenta para a Rússia jogar os Estados-Membros da UE uns contra os outros e como uma expressão particular do crescente bilateralismo nas relações da Alemanha com a Rússia. (CAMERON, 2007, p. 2)<sup>41</sup>

Neste sentido, ao passo em que a União Europeia declarava que o projeto fazia parte das diretrizes energéticas trans-europeias desde os anos 2000, e que seu status havia sido confirmado em 2006 pela revisão do então comissário de questões energéticas, a Polônia replicava o fato da Alemanha não realizar consulta aos Estados vizinhos antes de tomar a decisão bilateral. De acordo com o documento fornecido pelo Parlamento Europeu em relação ao caso:

“A atual análise da ameaça polonesa – moldada pela desconfiança tradicional tanto da Rússia quanto da Alemanha – é que o NSGP tornará possível para a Rússia cortar o fornecimento de gás à Polônia em situações de crise política, permitindo que ela contorne (e assim 'isolar' a Polônia) enquanto ainda alimenta a Alemanha com gás.” (CAMERON, 2007, p. 2)<sup>42</sup>.

Em resposta à comparação do acordo bilateral da Nord Stream com o pacto Molotov-Ribbentrop, o Kremlin reagiu considerando a atitude polonesa como histórica, enquanto o

---

<sup>41</sup> The supporters of the NSGP argue that it is a major Russian-EU infrastructure project which will bring increased energy security for Germany in particular and for the EU as a whole by adding capacity and an additional transit route. [...] For others, however, it signals a decline in energy security as it adds to the EU's energy dependence on Russia. Some fear that Russia could use the pipeline to blackmail other transit countries such as Poland and Ukraine in the future. Some interpret it as a tool for Russia to play-off EU Member States against each other, and as a particular expression of the growing bilateralism in Germany's relations to Russia. (CAMERON, 2007, p. 2)

<sup>42</sup> “The current Polish threat analysis – shaped by the traditional mistrust of both Russia and Germany – is that the NSGP will make it possible for Russia to cut off gas supplies to Poland in political crisis situations, enabling it to by-pass (and thus 'isolate' Poland) while still feeding Germany with gas.” (CAMERON, 2007, p. 2)

governo alemão considerou uma comparação absurda e a Comissão Europeia declarou inútil sob o olhar da resolução do conflito (CAMERON, 2007).

Como conclusão do caso, o documento apresentado pelo Parlamento evidenciou que o processo de negociação germano-russo se demonstrava contraproducente, especialmente pela falta de consulta aos demais Estados com envolvimento direto ou indireto no caso. Ademais, seria necessário muito esforço para transformar o acordo entre os dois Estados em um projeto essencialmente europeu. Por outro lado, o documento conclui que “Embora não se deva descartar as preocupações estratégicas e de segurança de alguns círculos, seria irracional argumentar que o projeto deveria ser interrompido por causa de alguma ameaça hipotética futura.” (CAMERON, 2007, p. 7)<sup>43</sup>, pois a Rússia perderia sua reputação como fornecedora de energia caso viesse a utilizar os gasodutos para questões político-securitárias.

Com o caso do veto à negociação entre UE e Rússia, assim como a aberta oposição ao acordo referente aos gasodutos da Nord Stream, é evidenciado o modo como a política externa adotada ao longo dos primeiros anos do governo de Lech Kaczynski, em conjunto com seu gêmeo Jeroslaw Kaczynski no posto de Primeiro Ministro, distanciaram-se dos princípios de interesse nacional formulados pelo partido Solidariedade e traçados pelos anos de transição a partir dos anos 1989, que visavam a reconciliação com os países vizinhos, a ativa participação e cooperação dentro das estruturas multilaterais europeias e atlânticas (RESENDE, 2014).

Neste sentido, o governo polonês de 2005 a 2007 enfatizou o conflito de interesses entre o Estado polonês e seus vizinhos a leste e oeste, implicando na deterioração do recente diálogo aberto entre Rússia e União Europeia. Em contrapartida, o alinhamento tácito com os Estados Unidos a partir do apoio às manifestações na Geórgia em 2003 e Ucrânia em 2004 e o anúncio unilateral estadunidense da colocação de mísseis de longo alcance no território polonês como reforço no escudo estratégico da Europa implicaram o agravamento das tensões internacionais, enquanto no âmbito doméstico o estreitamento das relações entre Alemanha e Rússia eram vistos com maus olhos pela área conservadora e dirigente do país.

#### **4.2. Governo Tusk: A reinserção estratégica Polonesa (2007-2014)**

As eleições parlamentares de 2007, ocorridas após a dissolução da coalizão liderada pelo Lei e Justiça (PiS) e as constantes crises internas que levaram a resignação de ministros do governo (INTER-PARLAMENTARY UNION, 2007), por outro lado, deram a vitória ao

---

<sup>43</sup> “Although one should not dismiss the strategic and security concerns of some circles it would be unreasonable to argue that the project should be stopped because of some future hypothetical threat.” (CAMERON, 2007, p. 7)

partido Plataforma Cívica (PO), liderado por Donald Tusk. A principal argumentação do partido ao longo das eleições foi a continuidade da defesa dos interesses nacionais poloneses, por meio de uma postura de cooperação internacional, em contraposição à assumida pelo primeiro-ministro Jeroslaw Kaczynski (RESENDE, 2014). Com a eleição de Tusk a primeiro-ministro, a política externa polonesa apresentou uma mudança substancial, especialmente ao que diz respeito às relações com a Alemanha e a Rússia:

A estratégia de confronto foi substituída por uma estratégia de alinhamento com a Alemanha, recebendo Tusk o apoio do ministro dos negócios estrangeiros alemão, Frank -Walter Steinmeier, que viu na nova abertura da Polónia uma oportunidade para tentar pôr em prática a sua versão de uma nova *Ostpolitik* [política para o Leste] (RESENDE, 2014, p. 189)

Esta virada de chave para formulação da Política para Leste em conjunto com a Polónia evidenciou-se para a Alemanha a partir do governo polonês anterior uma vez que, tendo a Polónia poder de veto nas votações pertinentes às relações entre Europa e Rússia, tornava-se imprescindível a participação do país nas negociações com o país e no estabelecimento do diálogo aberto com Berlim e Moscovo, para que as mesmas não corressem o risco de serem vetadas novamente como o diálogo aberto em 2006.

Com isso, a ascensão de Donald Tusk possibilitou a formulação de uma política de diálogo aberto, em que Varsóvia passou a fazer parte das negociações, iniciando-se, portanto, uma nova fase nas relações Polónia-Alemanha e, conseqüentemente, entre Polónia e Rússia.

Na esteira dos novos ares à cooperação internacional por parte da inauguração de uma nova política externa polonesa, a suspensão do embargo às importações de carne por parte da Rússia em dezembro de 2007 permitira o vislumbre da reabertura de diálogos e negociações entre ambos os Estados, assim como da retomada das tratativas referentes à Parceria Estratégica entre Rússia e UE, bloqueadas no governo Kaczynski (EURACTIV, 2007).

Apesar do cenário otimista com a ascensão de Tusk, a divergência da visão de política externa entre o presidente Lech Kaczynski (PiS) e Donald Tusk (PO) (VOROZHEINA, 2017) evidenciou os limites da colaboração entre os Estados a partir da manifestação do presidente Lech Kaczynski em relação à intervenção russa aos grupos separatistas da Abecásia e Ossétia do Sul (RESENDE, 2014).

A guerra Russo-Georgiana ocorrida em 2008 foi veementemente condenada pelo governo polonês e os Estados bálticos (LASAS, 2012), e na ocasião do evento, os representantes dos Estados se reuniram em Tbilisi, em suporte à Geórgia. Ao passo em que os Estados bálticos se mantinham moderados em relação aos discursos proferidos, Lech Kaczynski demonstrou seu viés anti-russo a partir de seu pronunciamento: “Ele insistiu que a Rússia estava

“mostrando um rosto que conhecemos bem há séculos” e alertando que os russos podem atacar a Ucrânia em seguida e “então pode chegar a vez da Polônia”. (LASAS, 2012, p. 11)<sup>44</sup>, justificando-se pelo histórico de ser uma nação de luta solitária e abandono de aliados frente a conflitos com a Rússia (RESENDE, 2014).

Ademais, os representantes estatais em agosto daquele ano publicaram uma declaração conjunta demandando apoio da OTAN em ordem de prevenção a futuras retaliações à democracia georgiana (LASAS, 2012). O fato da Polônia e demais países envolvidos persistirem na imposição de sanções contra a Rússia mesmo após o fim das hostilidades militares elevou as possibilidades de retaliação por parte da Rússia em direção à Polônia, Estônia, Letônia e Lituânia, especialmente pelo fato de que a Rússia é um importante parceiro na exportação de mercadorias para estes Estados (LASAS, 2012).

Ao passo em que a Polônia havia se posicionado veementemente contrária ao envolvimento russo nas hostilidades contra a Geórgia, a Alemanha manteve uma postura de pouco envolvimento (RESENDE, 2014). Entretanto, o contraste da postura assumida pela Polônia em relação à Alemanha na ocasião não implicou em grandes conflitos no avanço da agenda de cooperação com a Rússia, especialmente em decorrência de fatores conjunturais ao longo de 2008 e 2009: A revisão da política externa estadunidense para a Rússia e a revisão do interesse em estabelecer os mísseis no território polonês abriram espaço para a renegociação de um sistema de defesa antimíssil e a colocação de mísseis de curto alcance para sua defesa territorial, ao que a Rússia argumentou como uma ação de desequilíbrio de forças no território europeu, que implicaria no redirecionamento de mísseis para a Polónia (RESENDE, 2014).

Ademais, houve uma mudança na política russa para o ocidente, a partir da crise econômica de 2008 e com a declaração de Moscou da renovação de interesses e diálogo com os países da região (BARYSCH, 2011). Em relação à Polónia, a Rússia demonstrou-se reativa ao longo do período, após a declaração acerca da intervenção ocorrida na Geórgia.

Utilizando-se do contexto de negociação do estabelecimento de escudos de defesa antimíssil, assim como do momento favorável de “reset” nas relações entre Rússia e Estados Unidos, sustentado pelos debates acerca da segurança internacional (BARYSCH, 2011), o governo de Obama viabilizou negociações e consultas diplomáticas entre Moscou e Varsóvia (RESENDE, 2014). Com a abertura deste âmbito de diálogo interestatal, em setembro de 2009, o primeiro-ministro Vladimir Putin propôs ao primeiro-ministro Donald Tusk a

---

<sup>44</sup> “He insisted that Russia was “showing a face we have known well for centuries” and warning that the Russians may attack Ukraine next and “then Poland's turn may come.” (LASAS, 2012, p. 11)

institucionalização do diálogo entre Rússia e Polônia, a qual foi dada continuidade pelo ministro das relações exteriores polonês, Radoslaw Sikorski.

Como efeito deste diálogo institucionalizado, restabeleceu-se o Grupo Polaco-Russo para Assuntos Difíceis, em uma nova tentativa de reconciliação entre os Estados, tendo-se como principal objetivo “melhorar a confiança mútua e o respeito entre a Rússia e a Polônia para melhorar as relações bilaterais, abordando questões delicadas de sua história mútua” (GASSER, 2022, p. 39)<sup>45</sup>.

É importante ressaltar que muito embora o grupo de reconciliação histórica tenha tido intenções anteriores, desde 2002, de estabelecer bases de revisão histórica para a promoção de uma política de menos atrito entre os Estados, por consequência dos momentos históricos e dos acontecimentos internacionais e bilaterais, pouca credibilidade era dada ao trabalho deste grupo. Entretanto, com as novas perspectivas de diálogo abertas a partir de 2008 - e apesar dos desentendimentos advindos da guerra Russo-Georgiana, tanto a Polônia quanto a Rússia demonstraram interesse em dar continuidade aos trabalhos, apesar dos desentendimentos em relação a questões securitárias (GASSER, 2022).

#### **4.2.1. As controvérsias do 70º Aniversário do Massacre de Katyn**

Como efeito deste momento de aproximação dos dois países, na ocasião do septuagésimo aniversário do massacre de Katyn houve o consenso por parte do grupo de reconciliação em realizar um memorial público em honra às vítimas do massacre em ambos os países, em uma ocasião de preservação histórica. Neste sentido, acordaram-se a celebração do memorial às vítimas da Guerra Russo-Polonesa de 1920 e do Massacre de Katyn em 1940, em ordem de se relembrar o passado a fim de promover o respeito e o crescimento da cooperação interestatal (GASSER, 2022).

Deste modo, em fevereiro de 2010, houve o reconhecimento por parte da Rússia do envolvimento soviético e, sobretudo, da figura de Stalin, no assassinato de cerca de 22 mil oficiais poloneses realizado durante a Segunda Guerra Mundial (RESENDE, 2014; GASSER, 2022). Neste sentido, antes da supracitada visita do presidente russo Dmitri Medvedev à Polônia em dezembro do mesmo ano, declarou à imprensa polonesa que Stalin e seu governo haviam sido responsáveis pelo crime contra os poloneses (RESENDE, 2014).

Com o restabelecimento das relações entre Polônia e Rússia, houve a assinatura de protocolos de cooperação energética e parcerias comerciais, na qual a Rússia se comprometeria

---

<sup>45</sup> “improve mutual trust and respect between Russia and Poland to improve bilateral relations through addressing sensitive issues from their mutual history” (GASSER, 2022, p. 39)

a aumentar o fornecimento de gás até 2035, o que era crucial para a Polônia, dado o significativo volume importado do país - cerca de 65 a 70% do consumo anual de gás é proveniente da Rússia (RESENDE, 2014). Embora a construção do memorial para o Massacre de Katyn tenha tido o intuito de promover um momento de otimismo e aproximação de ambos os países, este também se tornou um desafio tanto no âmbito doméstico quanto internacional para a Polônia e sua tentativa de reaproximação com a Rússia.

A partir do convite de Putin para que o primeiro ministro Tusk participasse da cerimônia em memória às vítimas de 1940, as tensões referentes ao memorial iniciaram-se pois, uma vez enfatizado o fato de que aquele convite representava o primeiro momento na história da Polônia que um primeiro ministro era convidado a fazer parte de uma cerimônia relacionada ao Massacre de Katyn, o então presidente Lech Kaczynski replicou abertamente que estava feliz com o convite ao primeiro ministro, entretanto a figura de maior representação do governo polonês era o presidente, e ele se faria presente (GASSER, 2022, p. 48).

Com esta declaração, surgiu-se um conflito entre a presidência e o ministério das relações exteriores da Polônia, uma vez que:

No final de fevereiro, o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores, Piotr Paszkowski, comentou que, contra o protocolo, a Chancelaria do Presidente havia contornado o ministério ao informar diretamente a Embaixada da Rússia em Varsóvia para transmitir a mensagem de sua presença ao Presidente Dmitri Medvedev . [...] No início de março, a disputa parecia ter sido resolvida, com o chefe da Chancelaria do Presidente anunciando que o Ministério das Relações Exteriores havia pedido oficialmente ao presidente Kaczynski para presidir a delegação polonesa às cerimônias de Katy em 10 de abril” (GASSER, 2022, p. 48-9)<sup>46</sup>.

A fim de solucionar este conflito entre as representações, acordou-se que o primeiro-ministro Donald Tusk se reuniria com Vladimir Putin no dia 07 de abril, enquanto o presidente Lech Kaczynski participaria do memorial no dia 10 de abril (GASSER, 2022). A isto, Gasser (2022, p. 49)<sup>47</sup> complementa:

Apesar do drama na Polónia entre os dois partidos políticos, a participação do primeiro-ministro e do presidente polaco nas cerimónias comemorativas do septuagésimo aniversário do massacre de Katyn, incluindo aquela a que assistiria o

---

<sup>46</sup> In late February, the spokesman for the Ministry of Foreign Affairs, Piotr Paszkowski, commented that, against protocol, the Chancellery of the President had bypassed the ministry by informing the Russian Embassy in Warsaw directly to transmit the message of his attendance to President Dmitri Medvedev. [...] By early March, the dispute appeared to have been quelled, with the head of the Chancellery of the President announcing that Ministry of Foreign Affairs had officially asked President Kaczynski to chair the Polish delegation to the Katy ceremonies on April 10 ” (GASSER, 2022, p. 48-9)

<sup>47</sup> Despite the drama in Poland between the two political parties, the participation of the Polish prime minister and president in commemoration ceremonies on the seventieth anniversary of the Katyn massacre, including one which Russian prime minister would attend, was a major step towards reconciliation in the Polish-Russian relationship”(GASSER, 2022, p. 49)

primeiro-ministro russo, foi um passo importante para a reconciliação no -relação russa”

Entretanto, em 10 de abril de 2010, enquanto dirigiam-se para o memorial do massacre, o presidente Lech Kaczynski, sua esposa e outros noventa e quatro membros da elite dirigente polonesa sofreram um trágico acidente aéreo, considerado o pior desastre da nação desde a Segunda Guerra Mundial (AL JAZEERA, 2020). O acontecimento levou a intensos debates internos em relação ao governo do Plataforma Cívica, além de levantar debates acerca da aproximação de Tusk com o governo russo (RESENDE, 2014).

De acordo com o jornal Al Jazeera (2020)<sup>48</sup>:

O choque do acidente uniu os poloneses. Todos os momentos de luto nacional foram televisionados: os caixões sendo repatriados, as expressões espontâneas de luto, os funerais de estado, a longa fila de pessoas esperando para prestar suas homenagens no palácio presidencial [e] “A unidade social seguiu, lembrando a que se seguiu à morte do Papa João Paulo II [que era polonês]”, disse Michal Luczewski, sociólogo da Universidade de Varsóvia.

Entretanto, ao passo em que se esperava um momento de unidade e solidariedade nacional decorrente do acontecimento, a conclusão das investigações de oficiais poloneses e russos concluíram que o acidente havia ocorrido por falha humana e, como efeito, Jeroslaw Kaczynski, gêmeo do falecido presidente, nunca aceitou o resultado das investigações, alegando que houve um assassinato (AL JAZEERA, 2020). Com a aproximação das eleições, o gêmeo de Lech Kaczynski pleiteou as eleições presidenciais em junho de 2010 e, após sua derrota para o partido Plataforma Cívica, deu início a uma campanha exigindo informações adicionais e questionando os relatórios sobre as causas do acidente fornecidos pelas autoridades russas (RESENDE, 2014).

O período entre 2008 e abril de 2010 aparentava-se promissor às relações entre Polônia e Rússia, especialmente pela questão da reconciliação histórica e do número de encontros promovidos entre o alto escalão de ambos os governos e as recentes possibilidades de abertura do diálogo e resolução dos conflitos (GASSER, 2022). Por isso, ao passo em que Jeroslaw Kaczynski e os demais membros do Lei e Justiça questionavam os procedimentos de investigação, o governo de Donald Tusk assumiu a postura de reconhecimento da

---

<sup>48</sup> The shock of the crash brought Poles together. Every moment of national grief was televised: the coffins being repatriated, the spontaneous expressions of mourning, the state funerals, the long queue of people waiting to pay their respects at the presidential palace [and] “Social unity followed, reminiscent of that following the death of Pope John Paul II [who was Polish],” said Michal Luczewski, a sociologist at the University of Warsaw. (AL JAZEERA, 2020)

responsabilidade da força aérea polonesa no acidente, o que levou ao aumento da pressão doméstica por esclarecimentos.

Em março de 2011, o Ministro das Relações Exteriores polonês defendeu os esforços de melhorar as relações entre Polônia e Rússia assumidos por seu governo, em resposta às insinuações do PiS de que a manutenção das relações entre Varsóvia e Moscou representavam uma traição ao Estado polonês devido à má atuação russa na investigação e esclarecimento das circunstâncias do desastre ocorrido (RESENDE, 2014).

Embora passasse internamente por um momento de efervescência decorrente dos desdobramentos do fatídico acontecimento, em maio de 2011 o alinhamento entre Alemanha e Polônia em relação à Rússia foi institucionalizado a partir do início das conversações a nível trilateral com vista ao esforço de cooperação em relação às questões europeias em Kaliningrado. A reunião tinha por objetivo a consulta diplomática dos três Estados no contexto da relação entre Rússia, União Europeia e OTAN (RESENDE, 2014). Na ocasião, foram-se discutidas as questões de segurança, especialmente sobre a defesa antimíssil, e a questão do comitê UE-Rússia de Política Externa e Segurança. O formato trilateral do diálogo evidenciou, de acordo com Resende (2014) fatores importantes: A relevância do envolvimento russo nas questões europeias e o compromisso alemão em dar abertura multilateral às relações com a Rússia.

Para a Polônia, entretanto, participar deste diálogo representava não apenas o estreitamento das relações com a Rússia, mas também o restabelecimento da parceria germanopolonesa. Este restabelecimento da aliança entre Polônia e Alemanha garantiu seu fortalecimento não apenas pela nova vitória do Plataforma Cívica nas eleições parlamentares, contra Jaroslaw Kaczynski (DEMPSEY; KULISH, 2011) como também pela postura de alinhamento adotada pelo Ministro das Relações Exteriores polonês, Radoslaw Sikorski, evidenciada pelo seu discurso em que afirmava que receava menos o poder da Alemanha do que o começava a recear sua inatividade (RESENDE, 2014). Ademais, o alinhamento referente aos interesses e à parceria com a Rússia implicaram na carta conjunta enviada em novembro de 2011 à alta representação de política externa da União Europeia recomendando uma revisão da postura adotada pelo bloco em relação à Rússia.

Evidentemente, dada a postura de alinhamento com a Alemanha e de defesa pelos interesses russos em decorrência dos tratados firmados, a Polônia passou a manter uma postura de proatividade em âmbitos multilaterais de defesa da manutenção do diálogo entre instituições euro-atlânticas e a Rússia, entretanto a partir de 2012 o cenário toma novos rumos, especialmente pelo apoio polonês à parceria entre Ucrânia e OTAN, contestada pela Rússia.

Além disso, a criação da parceria estratégica com o Leste Europeu e a inclusão da Ucrânia nesta agenda viria a agravar os desdobramentos entre os Estados (RESENDE, 2014).

O acirramento de tensões a nível multilateral, entretanto, não impediu a continuidade de negociações de interesse mútuo, como a suspensão de vistos entre o enclave de Kaliningrado e a Polônia, assinado em dezembro de 2011, assim como o crescimento de exportações de origem polonesa à Rússia, que atingiu seu pico em 2013 (SIDDI, 2018).

No âmbito interno, entretanto, a elite política liderada pelo principal partido da oposição, o Lei e Justiça (PiS), mantinha os questionamentos acerca das investigações do acidente aéreo de Lech Kaczynski, considerando os resultados insatisfatórios e utilizando a política para a Rússia do Plataforma Cívica como um instrumento de disputa da opinião pública nacional (SIDDI, 2018), servindo de fator doméstico para a insatisfação nacional com o governo do Plataforma Cívica.

#### **4.2.2. A Parceria Oriental e seus desdobramentos para as relações Polônia-Rússia.**

No âmbito multilateral, embora os anos de transição da Polônia e a orientação de política externa adotada pelo Estado tenham culminado na adesão à União Europeia em 2004, o papel polonês a partir da entrada na década de 2010 passou a ser assertivo em relação aos seus vizinhos do Leste, especialmente a partir da construção de uma política externa de cooperação, apoio às ambições de adesão à UE e a cooperação para o desenvolvimento atrelado à promoção da democracia e dos direitos humanos (RODRIGUES, 2013).

Neste sentido, buscando ser uma espécie de porta-voz dos Estados antigos Estados satélites da União Soviética dentro da União Europeia, a Polônia em conjunto com a Suécia apresentou a proposta da construção da Parceria Oriental (EaP) em dezembro de 2008 (BUSYGINA, 2018). No contexto,

A EaP tornou-se um novo instrumento de autoridade e a primeira tentativa da UE de propor uma agenda de convergência gradual apenas ao grande grupo de Estados pós-soviéticos (embora sem perspectivas de adesão plena), nomeadamente a Bielorrússia, a Ucrânia, a Moldávia, a Arménia, a Geórgia e Azerbaijão. (BUSYGINA, 2018, p. 115)<sup>49</sup>

Ressalta-se também que o momento histórico do lançamento da proposta da Parceria Oriental converge-se com a crise promovida pela guerra Russo-Georgiana, ocorrida em 2008,

---

<sup>49</sup> The EaP became a new authority instrument and the EU's first attempt to propose an agenda of gradual convergence only to the large group of post- Soviet states (though without the prospect of full membership), namely Belarus, Ukraine, Moldova, Armenia, Georgia and Azerbaijan. (BUSYGINA, 2018, p. 115)

em que a Polônia atuou ativamente em contraposição aos interesses russos. A esta questão, é importante salientar que o ano de 2008 marcou um *turning point* na resposta russa à influência de atores externos em seu exterior próximo (SECRIERU; SAARI, 2019).

Em primeiro lugar, a guerra na Geórgia envolveu o primeiro uso massivo de força da Rússia na região em 20 anos. Ele removeu quaisquer inibições que a Rússia pudesse ter anteriormente sobre o uso da força em uma escala tão massiva e reduziu o limite para o uso da força tanto nas vizinhanças imediatas quanto distantes no futuro (SECRIERU; SAARI, 2019, p. 8)<sup>50</sup>

Neste contexto, a União Europeia era vista, portanto, como uma força em oposição à postura agressiva russa, por meio das políticas de boa vizinhança e o fomento aos processos de democratização internos nos países-membros (BENTZEN; PRZETACZNIK, 2020). A Parceria Oriental, portanto, fundamentou-se principalmente o fato de que cada um dos Estados do Leste poderia escolher livremente seus níveis de ambição e objetivos aspirados em relação ao diálogo e negociações com a União Europeia (BUSYGINA, 2018), aspirando o aprofundamento das relações entre o bloco europeu e os países-membro, sob princípios da apropriação partilhada e responsabilidade mútua (BUSYGINA, 2018; BENTZEN; PRZETACZNIK, 2020).

Enquanto para a União Europeia a promoção da parceria com os Estados a Leste contribuía com as diretrizes de governança e influência externa, e para os Estados-membros da EaP, a parceria era vista como uma oportunidade de desenvolvimento econômico e a criação de relações estratégicas (BENTZEN; PRZETACZNIK, 2020), para a Polônia a iniciativa de criação da parceria e seu subsequente sucesso em abrir o diálogo com Estados ao Leste, apesar dos desafios encontrados, consolidava o redirecionamento da política externa do país para com o bloco europeu, em contraposição aos anos anteriores (RODRIGUES, 2013).

Outro ponto a se destacar em relação ao interesse polonês pelo sucesso da Parceria Oriental está relacionado à carga histórica das relações com o antigo espaço soviético. A isto, Rodrigues (2013) ressalta:

a existência de uma relação estável entre a Polónia e o Ocidente viabilizou o desenvolvimento de uma nova visão para o Leste, mas cujos alicerces residem numa lógica histórica de sobrevivência do Estado polaco. Assim entendida, a segurança da Polónia requere necessariamente o estabelecimento de boas relações com a Federação Russa ou, pelo menos, a estabilidade da região. (RODRIGUES, 2013. p. 200)

---

<sup>50</sup> Firstly, the war in Georgia involved Russia's first massive use of force in the region in 20 years. It removed any inhibitions that Russia may have previously had about using force on such a massive scale and lowered the threshold for the use of force in both the immediate and distant neighbourhoods in the future (SECRIERU; SAARI, 2019, p. 8)

Dentre os seis Estados membros da Parceria Oriental, o de maior relevância para a segurança nacional polonesa é a Ucrânia e, a partir do estabelecimento da EaP, tornou-se evidente a tentativa de Varsóvia em afastar Kiev da influência russa e aproximá-la da órbita europeia, uma vez que “apenas um Estado ucraniano estável, democrático e economicamente desenvolvido poderá proporcionar à Polônia a segurança que esta pretende para suas fronteiras orientais” (RODRIGUES, 2013, p. 200-1).

Neste aspecto, entretanto, a Parceria Oriental se apresentou como um fator de maior instabilidade para a questão ucraniana, em especial pelo acirramento das hostilidades russas em relação ao país, evidenciadas pela anexação da Crimeia em março de 2014 e os ataques de caráter híbrido, por meio de campanhas de desinformação e pressão econômica (BENTZEN; PRZETACZNIK, 2020).

Deste modo, muito embora a iniciativa do estabelecimento da Parceria Oriental tenha garantido à Polônia a consolidação de sua postura de cooperação com os interesses da União Europeia em abrir o diálogo com países não-membros, os efeitos desta parceria implicaram em reações divergentes às almejadas, uma vez que, para a Rússia, implicaram no maior grau de desconfiança em relação às ações do bloco europeu e, de modo regional, em maior intervenção russa nas questões internas de seus países vizinhos,

Além disso, enquanto a Rússia tentou principalmente manipular os conflitos existentes na região, depois de 2008 Moscou procurou desencadear novos pontos de conflito ou reviver disputas adormecidas por meios militares. [...] [e] pela primeira vez desde a dissolução da União Soviética, a Rússia alterou as fronteiras nacionais na vizinhança por meios violentos. (SECRIERU; SAARI, 2019, p. 8-9)<sup>51</sup>

Deste modo, a Parceria Oriental ampliou o diálogo para os Estados-membros, ao mesmo tempo em que elevou também a desconfiança Russa para com as atividades locais e seu ceticismo em relação aos interesses europeus.

Com isso, observa-se que, embora os primeiros anos da política externa de Donald Tusk tenham assegurado a confiabilidade polonesa dentro da União Europeia por meio do alinhamento estratégico com a Alemanha em assuntos pertinentes ao diálogo EU-Rússia (RESENDE, 2014; KAROLEWSKI, WILGA; 2018), assim como pela promoção da Parceria Oriental como um mecanismo com visas de ampliar o diálogo europeu com seus vizinhos a

---

<sup>51</sup> In addition, whereas Russia had mainly tried to manipulate existing conflicts in the region, after 2008 Moscow sought to spark new flashpoints or to revive dormant disputes by military means. [...] [and] for the first time since the dissolution of the Soviet Union, Russia altered national borders in the neighbourhood by violent means. (SECRIERU; SAARI, 2019, p. 8-9)

leste, os resultados ao final do governo do Plataforma Cívica, em 2014, divergiram de suas projeções iniciais.

Em adição a esta questão, ressalta-se que o governo liderado por Tusk abriu oportunidades de negociações e reconciliação com a Rússia, não apenas no âmbito do diálogo dentro da União Europeia, mas também pela promoção do diálogo bilateral, destacado pelo suporte de ambos os governos à revisão de acontecimentos históricos e da retomada de negociações econômicas, evidentemente possibilitadas pela retirada do embargo russo aos produtos de origem animal poloneses (RESENDE, 2014).

Entretanto, ao passo em que o período entre 2007 e 2014 tenha trazido ares de oportunidade e uma visão positiva às relações Russo-Polonesas, o período também evidenciou os limites a este otimismo, especialmente a partir da guerra Russo-Georgiana de 2008 e a veemente objeção polonesa às hostilidades russas (LASAS, 2012), como também ao apoio polonês em relação a aproximação ucraniana das instituições da União Europeia (BUSYGINA, 2018).

Ademais, no âmbito doméstico, a população polonesa se dividia entre o apoio e o rechaço ao governo de Donald Tusk e a sua relação com a Rússia após o acidente com o antigo presidente Lech Kaczynski em abril de 2010 (AL JAZEERA, 2020), de modo que os últimos anos do governo de Donald Tusk levaram à ascensão do governo de Andrzej Duda, pelo partido Lei e Justiça (PiS).

### **4.3. Lei e Justiça: As consequências do governo de Andrzej Duda para as relações Polônia-Rússia (2015-2020)**

Com uma eleição marcada muito mais pelas questões políticas que econômicas, evidentemente em decorrência das campanhas do partido PiS em questionar a legitimidade das investigações e a acusação de Tusk e seu governo de traidores do Estado polonês em decorrência da postura assumida pelo Estado após os resultados das investigações (MARKOWSKI, 2017), a eleição do partido Lei e Justiça trouxe uma reformulação dos interesses em termos de política externa para a Polônia.

Como observado ao longo da história recente da Polônia, suas parcerias internacionais tendem a se modificar a depender das eleições domésticas e da orientação assumida pelo partido vencedor: Sendo o Plataforma Cívica e o Lei e Justiça os dois mais proeminentes partidos, a orientação do primeiro tendeu, entre 2007 e 2014, a ser de reconciliação com a Rússia e de aproximação com as instituições multilaterais da União Europeia, enquanto a postura assumida

pelo Lei e Justiça nos primeiros anos de adesão ao bloco demonstraram-se contrários aos princípios da Europa Ocidental, bem como contrários ao debate com a Rússia (SIDDI, 2018).

Em relação à União Europeia, embora este seja visto pelo governo do Lei e Justiça como um âmbito de projeção dos interesses poloneses, as manifestações da primeira-ministra Beata Szydło partiam de uma postura muito mais confrontante e ideológica do que se imaginava (VÉGH, 2018). Como agravante, houve também a deterioração das relações entre Polónia e Alemanha pois, de acordo com Vegh (2018):

Uma vez no poder, para fins domésticos, o governo do PiS começou a reabrir questões dolorosas do passado historicamente maculado das relações bilaterais germano-polonesas, entre elas a questão das reparações de guerra, que levaram as relações bilaterais ao nível mais baixo desde a mudança de regime. Com Mateusz Morawiecki assumindo o cargo de chefe de governo em dezembro de 2017, as relações melhoraram um pouco, mas ainda estão longe do nível anterior a 2015 (VEGH, 2018, p. 4)<sup>52</sup>.

Dado o contexto de regressão em relação aos avanços no âmbito diplomático, com a vitória do partido Lei e Justiça nas eleições de 2015, a reconciliação com a Rússia, que havia sido uma questão permanente ao longo do governo da Plataforma Cívica, deixou de ser considerado um assunto pertinente.

O novo governo declarou uma mudança substancial na política externa polonesa, subordinada ao slogan “Polónia se levantando de joelhos”. Isso se referia à vontade de seguir uma política externa assertiva, defendendo os interesses nacionais poloneses, combinada com uma narrativa nacionalista. (SIDDI, 2018, p. 81)<sup>53</sup>

De acordo com Siddi (2018), a visão das relações internacionais por parte da Polónia foi dominada por questões geopolíticas e, devido às suspeitas carregadas pelo partido dirigente, as tentativas de se implementar uma relação pragmática entre Polónia e Rússia estiveram completamente fora de cogitação, da mesma forma que as tentativas de cooperação bilateral, iniciadas ao longo do governo de Donald Tusk, foram suspensas.

Como exemplo desta mudança em relação às parcerias russo-polonesas, tem-se a suspensão do livre tráfego de pessoas entre os territórios poloneses e Kaliningrado, em 2016, sob o pretexto de risco relacionado à segurança nacional (RADIO POLAND, 2016; SIDDI,

---

<sup>52</sup> Once entering into power, for the sake of domestic purposes, the PiS government started reopening painful issues from the historically tainted past of German-Polish bilateral relations, among them the question of war reparations, that pushed bilateral ties to their lowest since the regime change. With Mateusz Morawiecki taking over the position of head of government in December 2017, relations have somewhat improved, but they are still far from their pre-2015 level (VEGH, 2018, p. 4)

<sup>53</sup> The new government declared a substantial change in Polish foreign policy, subsumed under the slogan “Poland rising from its knees”. This referred to the willingness to pursue an assertive foreign policy by defending Polish national interests, combined with a nationalist narrative. (SIDDI, 2018, p. 81)

2018). Domesticamente, a suspensão deste livre tráfego implicou em debates entre dirigentes de cidades fronteiriças:

Pawel Adamowicz, político do PO e prefeito da cidade de Gdańsk, argumentou que a suspensão tem claros efeitos adversos: “Para as regiões fronteiriças polonesas, manter tais restrições pode significar a perda de quase 75 milhões de euros por ano. E essa seria a menor das perdas. Com o levantamento do tráfego fronteiriço local perdemos todos algo muito valioso – os contactos mútuos, ainda tão frágeis depois de anos de alienação e da difícil herança do bloco pós-soviético” (SIDDI, 2018. p. 82)<sup>54</sup>

A opinião de líderes de outros partidos também argumenta que a decisão implicaria no aumento do desemprego na região da fronteira, uma vez as taxas de desemprego terem reduzido na região a partir da implementação do livre tráfego, além da inviabilização da construção de melhores relações entre ambos os países por meio de interesses econômicos e do intercâmbio cultural promovidos pela fronteira (SIDDI, 2018).

A política externa polonesa para a Rússia, entre 2014 e 2017, estabeleceu-se por meio de fatores interligados, sendo eles a crescente política de intervenção em assuntos de países vizinhos por parte do Kremlin, a discrepância entre Polônia e os demais países da União Europeia em relação às tentativas de aproximação com a Rússia e o acidente de Smolensk como um assunto politicamente sensível para as relações bilaterais entre Polônia e Rússia (SIDDI, 2018). O desafio traçado a partir das movimentações intervencionistas do Kremlin concentra-se no fato das atividades militares russas terem se intensificado a partir de 2013 na fronteira com a Polônia, e se intensificando em 2017 (GORDON; SCHMITT, 2017). Neste sentido, ao passo em que as forças armadas russas haviam atingido um nível de desempenho capaz de implementar operações militares em qualquer região da antiga União Soviética, a OTAN era vista como a única garantia em termos de segurança para a Polônia em uma possível confrontação com a Rússia (SIDDI, 2018).

Com isso, a concordância por parte da OTAN em fortalecer sua presença na fronteira polonesa com o envio de quatro batalhões para a Polônia e os Estados do báltico (RIEGERT, 2022) foram vistas com bons olhos pelo presidente Andrzej Duda, o qual declarou que aquele era um momento histórico para a Polônia e seus cidadãos, que esperavam por gerações por esta movimentação por parte da Organização (POLÔNIA, 2017).

---

<sup>54</sup> Pawel Adamowicz, PO politician and mayor of the city of Gdańsk, argued that the suspension has clear adverse effects: “For the Polish border regions, maintaining such restrictions can mean the loss of nearly 75 million euros per year. And that would be the least of the losses. With the lifting of local border traffic we all lose something very valuable – mutual contacts, still so fragile after years of alienation and the difficult heritage of the post-Soviet bloc” (SIDDI, 2018. p. 82)

Para além das questões militares, outro fator de importante relevância nas relações entre Polónia e Rússia, e esta de forte relevância também para a União Europeia, deu-se pelos debates acerca da construção do projeto Nord Stream 2. Nesse caso, o debate em si era sustentado de modo acalorado, uma vez o projeto objetivando o transporte de gás russo pelo mar báltico em direção à Alemanha.

O projeto Nord Stream 2 é a continuação do projeto implementado em 2012, após a abertura do diálogo entre Alemanha, Rússia e Polónia. O projeto em si foi criado em ordem de satisfazer a crescente demanda energética da União Europeia, em decorrência do declínio da utilização de carvão mineral e da busca por meios menos agressivos de consumo energético (BALCIUNIENE, 2018).

O principal argumento polonês em relação ao caso era de que este minaria o princípio de solidariedade e da União Energética ao ampliar a dependência Europeia dos mercados e recursos energéticos russos (BALCIUNIENE, 2018). A este caso, acrescenta-se a argumentação de que por meio do apoio à construção do Nord Stream 2, a União Europeia estaria assistindo a um regime cujas agressões visam ser solucionadas por meio de sanções, bem como viabilizando a utilização do gasoduto como um instrumento político para suas aspirações no âmbito internacional (SIDDI, 2018; BALCIUNIENE, 2018), implicando que que o projeto, por sua vez, não tinha apenas projeções econômicas, mas também geopolíticas.

A esta questão, acrescenta-se o fato de que as negociações com a Rússia em relação a implementação do projeto Nord Stream 2 ocorriam simultaneamente às sanções implementadas em decorrência da anexação da Crimeia. Neste contexto, o primeiro-ministro afirmou que “a UE não pode continuar a oferecer apoio financeiro à Ucrânia, manter sanções contra a Rússia e apelar para uma União da Energia resiliente e, ao mesmo tempo, colaborar no Nord Stream 2 com a Gazprom” (BALCIUNIENE, 2018, p. 27)<sup>55</sup>. A isto, Siddi (2018, p. 85)<sup>56</sup> acrescenta: “De acordo com o governo polonês, o Nord Stream 2 pode ser usado pelo Kremlin para manter o controle de sua vizinhança (particularmente a Ucrânia) no futuro”, uma vez compreendida a lógica de que, mesmo sob embargos impostos em decorrência da anexação da Crimeia, pelo caráter de parceria energética estratégica, pouco poderia a União Europeia em favor da Ucrânia, uma vez podendo perder o apoio estratégico russo.

---

<sup>55</sup>“the EU cannot continue to offer financial support to Ukraine, maintain sanctions against Russia and call for a resilient Energy Union while at the same time collaborating on Nord Stream 2 with Gazprom” (BALCIUNIENE, 2018, p. 27)

<sup>56</sup> “According to the Polish government, Nord Stream 2 can be used by the Kremlin to maintain control of its neighbourhood (particularly Ukraine) in the future.” (SIDDI, 2018, p. 85)

Muito embora algumas diretrizes da política externa polonesa tenham sido alteradas ao longo da transição entre Plataforma Cívica e Lei e Justiça, a manutenção do apoio à aproximação da Ucrânia com a União Europeia seguiram em um fio de coerência, assim como é sustentada nos dias de hoje. Desta forma, desde 2014 o país permaneceu com o posto de um dos principais apoiadores às sanções aplicadas pela União Europeia à Rússia após a anexação da Crimeia e a desestabilização da região de Donbas (SIDDI, 2018).

#### **4.3.1. A percepção popular em relação ao governo de Andrzej Duda**

Evidentemente, a busca pela promoção dos interesses nacionais poloneses no âmbito da União Europeia foi visto pelos demais países com certo ceticismo, uma vez levantados questionamentos acerca da Polônia como um modelo bem-sucedido de transição democrática (SIDDI, 2018), especialmente em decorrência dos eventos envolvendo o âmbito judiciário e a liberdade de imprensa do país, assim como as crescentes manifestações contra comunidades LGBTQIA+ e políticas públicas voltadas a este grupo social, agravadas desde 2019 sob a premissa de que contrariam os valores cristãos tradicionais da sociedade polonesa (TAMMILA, 2021). Por outro lado, é importante observar que a sociedade civil polonesa tem demonstrado crescente apoio à União Europeia, assim como demonstrado maior confiança no bloco que no próprio governo polonês. Dados de 2020 apontam que 68% da população polonesa têm confiança na União Europeia, demonstrando um aumento de 11 pontos percentuais em relação a 2017 (TILLES, 2020). Ademais, em 2022, 89% dos entrevistados demonstraram-se favoráveis ao bloco europeu (POUSHTER et. al; 2022).

A isto é importante ressaltar que embora haja uma crescente favorabilidade à União Europeia domesticamente, grande parte dos eleitores do partido Lei e Justiça demonstram-se críticos ao bloco:

A opinião polonesa sobre a UE também está subindo em características mais específicas. A grande maioria dos poloneses diz que a UE promove a paz, os valores democráticos e a prosperidade. Maiorias menores, mas ainda substanciais, dizem que a UE respeita os valores da Polônia (69%), entende as necessidades dos cidadãos poloneses (68%) e trata a Polônia de maneira justa (62%). [Entretanto] [...] os poloneses com visões favoráveis de Lei e Justiça são mais críticos em relação à UE, principalmente nos itens que tratam do relacionamento da organização com a Polônia. Menos da metade dos apoiadores do PiS dizem que a UE trata a Polônia de maneira justa, respeita os valores da Polônia ou compreende as necessidades dos cidadãos poloneses (POUSHTER et. al, 2022)<sup>57</sup>

---

<sup>57</sup> Polish opinion of the EU is also climbing on more specific characteristics. Large majorities of Poles say the EU promotes peace, democratic values and prosperity. Smaller but still substantial majorities say the EU respects Poland's values (69%), understands the needs of Polish citizens (68%) and treats Poland fairly (62%). [However] [...] Poles with favorable views of Law and Justice are more critical of the EU, particularly on items

A crescente confiança na Organização segue acompanhada da desconfiança acerca do governo nacional, atingindo as marcas de 30,5% favorável em 2020 (TILLES, 2020) e 27,3% em 2021, tendo atingido a marca de penúltimo país em termos de confiança no governo nacional pela OCDE neste ano (WILCZEK, 2021).

Em adição a este fato, embora exista uma crescente aversão ao atual governo liderado por Andrzej Duda, a população polonesa tem se demonstrado aversiva também à Rússia e a aproximação polonesa ao país, especialmente após o acirramento das tensões entre Rússia e Ucrânia a partir da anexação da Crimeia. Neste sentido,

As opiniões dos poloneses sobre a Rússia são mais críticas do que nunca, com quase todos os poloneses (97%) tendo uma visão desfavorável do país, incluindo 91% que têm uma visão muito desfavorável. [...] A desconfiança no presidente da Rússia também atingiu novos máximos. Quase todos os poloneses dizem ter pouca ou nenhuma confiança em Putin (97%), incluindo 94% que não têm nenhuma confiança. O grau de desconfiança também aumentou drasticamente desde 2019, quando quase um terço dos poloneses (31%) não confiava muito em Putin. (POUSHTER et. al, 2022)<sup>58</sup>

No âmbito internacional, a contrariedade do Estado polonês em corroborar com princípio da solidariedade em relação aos demais Estado-membros no que se refere à questão do acolhimento de refugiados provenientes do Oriente Médio desde 2015 (EKBLÖM, 2019), implicou no distanciamento e desconfiança dos demais países e minando a utilização da Polônia como um exemplo de europeização do Leste Europeu (SIDDI, 2018).

Neste sentido, é possível observar que há um descontentamento tanto nacional quanto internacional em relação às políticas adotadas pelo governo do Lei e Justiça a partir de sua eleição em 2015. Ademais, é importante salientar que, embora internacionalmente haja a desconfiança por parte dos países-membros da União Europeia em relação à Polônia, a reeleição do partido em 2020 resultou-se especialmente das políticas adotadas em relação à Rússia e a desconfiança ainda maior por parte da população polonesa em relação ao vizinho a Oeste do que em relação ao governo vigente.

Quanto à questão da política externa, observa-se que o governo do Lei e Justiça, sob a presidência de Andrzej Duda, assumiu uma postura semelhante à dos primeiros anos do partido

---

that address the organization's relationship with Poland. Fewer than half of PiS supporters say the EU treats Poland fairly, respects Poland's values or understands the needs of Polish citizens (POUSHTER et. al, 2022)

<sup>58</sup> Polish views of Russia are more critical than ever, with nearly all Poles (97%) holding an unfavorable view of the country, including 91% who have a very unfavorable view. [...] Distrust in Russia's president has likewise reached new highs. Almost all Poles say they have little or no confidence in Putin (97%), including 94% who have no confidence at all. The degree of distrust has also increased dramatically since 2019, when nearly a third of Poles (31%) had not too much confidence in Putin. (POUSHTER et. al, 2022)

no governo, entre 2005 e 2007, especialmente no que diz respeito a desconfiança em relação à Rússia e a contrariedade aos princípios da União Europeia. Dito isto, ressalta-se também o fato de que diretrizes assumidas pelo seu governo no âmbito doméstico refletiram-se negativamente nas relações dentro da União Europeia, assim como a questão do acidente em Smolensk em 2010 agiu como um fator catalisador à eleição do partido em 2015, dada a instrumentalização deste para fins políticos.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações entre Polônia e Rússia entre 1989 e 2020 podem ser observadas por momentos de distanciamento e aproximação, a depender da relevância dada pelos partidos no poder ao longo dos anos. Neste sentido, observa-se que o momento de maior aproximação entre ambos os Estados ocorreu entre 2008 e 2014, no período em que Donald Tusk, então primeiro-ministro polonês, esteve à frente da política externa do Estado.

Ademais, observa-se ao longo da história recente da Polônia a construção de uma linearidade de objetivos por parte da classe dirigente do país desde a emancipação do bloco soviético em 1989 até seu ingresso na União Europeia em 2004, de modo que as políticas interna e externa convergiram a alcançar um objetivo comum no âmbito internacional, relacionando-se à questão da luta de poderes evidenciada por Morgenthau (2003), como um resultado da política internacional. Neste sentido, o *turning point* da política externa polonesa se dá pelo redirecionamento de esforços a fim de se aproximar dos valores da Europa Ocidental, quer seja na adoção de valores semelhantes, quer seja por meio da reformulação econômica decorrente deste novo objetivo comum, conforme ressalta Aslund, (2013).

A partir da adesão à União Europeia, portanto, a coesão de objetivos por parte dos tomadores de decisão e dos principais partidos do Estado se dissipa. Esta observação se traduz pela postura adotada pelo partido Lei e Justiça a partir de 2005 dentro da União Europeia, assim como em relação à Rússia. Contrariando os princípios de cooperação e solidariedade, o governo dos gêmeos Lech e Jeroslaw Kaczynski atuava com um caráter de desconfiança em relação às diretrizes do bloco europeu, assim como aprofundou o sentimento de inimizade em relação à Alemanha e a Rússia, traduzindo-se no veto referente a questões energéticas pertinentes à União Europeia e o sentimento de inimizade com a Rússia, implicando em sanções aos produtos poloneses (KACZYNSKI, 2011; RESENDE, 2014).

Entretanto, com a eclosão da crise interna em relação ao governo do Lei e Justiça e a consequente debandada de ministros do governo, as eleições parlamentares de 2007 trouxeram ao cargo de primeiro ministro Donald Tusk, do partido Plataforma Cívica (KACZYNSKI, 2011). Sua percepção de colaboração e cooperação com o bloco europeu, e acima de tudo de aproximação com a Alemanha e Rússia contrariava as diretrizes do então presidente Lech Kaczynski, o que implicou em desafios para a continuidade da política externa polonesa, de acordo com Vorozheina (2017).

Dito isto, a postura Polonesa entre 2005 e 2008 passou por importantes transformações: Embora os primeiros anos no bloco europeu tenham sido conturbados em termos de alinhamento político e objetivos, o governo do primeiro-ministro Tusk trouxe novas perspectivas ao não abandonar os interesses nacionais poloneses, mas a defendê-los por meio de negociações, interesse e participação ativa na União Europeia. Neste sentido, o Donald Tusk passou a ser a figura central da política externa polonesa entre 2008 e 2014, promovendo não apenas uma boa conduta em relação a União Europeia, como a presidência do Conselho Europeu em 2011, como também na demanda pela participação em fóruns de debate em relação à Rússia e Alemanha, especialmente no que diz respeito às negociações sobre o projeto Nord Stream (KAROLEWSKI; WILGA, 2018).

Ao longo de seu governo, houve também a aproximação do diálogo bilateral com a Rússia, e a institucionalização do grupo de reconciliação histórica entre ambos os países (GASSER, 2022), bem como do diálogo aberto em relação a questões fronteiriças, como o livre acesso entre as fronteiras de exclave de Kaliningrado e a Polônia, e a retirada dos embargos em relação aos produtos poloneses por parte da Rússia (RESENDE, 2014).

Entretanto, ressalta-se que embora houvesse esta aproximação em relação à Rússia, fatores internacionais atuaram de modo a desafiar a construção de uma parceria sólida entre os Estados. Deste modo, destaca-se a atuação polonesa em relação à guerra Russo-Georgiana em 2008 e a postura veementemente contrária por parte da Polônia em relação à Rússia (LASAS, 2012), além do forte apoio à adesão ucraniana à OTAN a partir de 2012 (RESENDE, 2014) e sua intensificação a partir da anexação da Crimeia. Ademais, a criação da Parceria Oriental em conjunto com a Suécia (BUSYGINA, 2018), que visava maior aproximação da União Europeia com antigas repúblicas socialistas ao Leste e no Cáucaso elevou as tensões com a Rússia, assim como implicou em uma postura interveniente por parte da Rússia em relação a estes países (SECRIERU; SAARI, 2019), gerando o efeito reverso ao almejado pela criação da Parceria: A promoção da paz e de um ambiente favorável ao desenvolvimento econômico regional e de maior parceria com a Europa.

Embora as questões e eventos internacionais tenham minado as relações entre Polônia e Rússia entre 2008 e 2014, seguindo a lógica de Putnam (2010) de que eventos internacionais e eventos domésticos em certos graus refletem nas relações internacionais, o memorial ao Massacre de Katyn, ocorrido em 2010, no qual houve a morte do então presidente Lech Kaczynski e demais tripulantes (AL JAZEERA, 2020) levou a opinião pública polonesa a contrariar a aproximação com a Rússia, devido aos constantes discursos e o levantamento de

questionamentos por parte do Lei e Justiça e de Jeroslaw Kaczynski em relação aos procedimentos de investigação e aos resultados da perícia (SIDDI, 2018).

Como reflexo desta ação e sob a teoria de Putnam (2010) de que atores relevantes têm o poder de manipular o “tabuleiro” a seu favor e, conseqüentemente, líderes que não satisfaçam os interesses de seus companheiros de tabuleiro doméstico são depostos de seus cargos, os constantes discursos contrários ao governo de Tusk e as acusações de que este e seu governo estariam traindo a Polônia e a soberania polonesa levou à eleição de Andrzej Duda em 2015 (MARKOWSKI, 2017).

A eleição de Duda e a retomada do partido Lei e Justiça ao poder implicou na regressão em todos os avanços implementados sob o governo do Plataforma Cívica nos anos anteriores, tanto em relação à União Europeia quanto à Rússia. Com isto, a política doméstica de restrição às liberdades de imprensa, bem como a restrição de direitos às minorias e a recusa em agir de acordo com o princípio da solidariedade em relação a questão dos refugiados na Europa atuaram como fatores de atenção por parte do bloco europeu em relação à Polônia (KINOWSKA-MAZARAKI, 2021). Em adesão a isto, a crise em relação à autonomia do poder judiciário polonês implicou em medidas por parte da União Europeia em relação à busca pela manutenção da democracia como um princípio básico da estrutura governamental polonesa (KACZYNSKI, 2019).

Em relação à Rússia, o aumento da desconfiança em relação ao país, sustentado pela agressividade Russa em relação à Ucrânia a partir de 2014, assim como a crescente opinião pública em oposição ao estabelecimento do diálogo com o vizinho a Leste levou a revogação do acordo de livre circulação entre Kaliningrado e Polônia (KACZYNSKI, 2019), assim como na aproximação do país com a OTAN, por meio da recepção de tropas para atuar na proteção das fronteiras a leste do país centro-europeu (POLÔNIA, 2017; SIDDI, 2018). Ademais, a Polônia passou a assumir o papel de principal oposição à construção do projeto Nord Stream 2, implicando na descontinuidade em relação à política energética adotada pelo país anteriormente, referente aos diálogos do Nord Stream 1 durante o governo de Tusk (BALCIUNIENE, 2018). Como efeito, a percepção internacional em relação à Polônia a partir de 2015 passou a ser de desconfiança, assim como de dúvida em relação à manutenção desta na União Europeia. Enquanto para a Polônia, a Rússia havia novamente assumido o papel de antagonista das relações internacionais.

Neste sentido, retomando aos objetivos desta pesquisa, o contexto em que se estabelecem as relações entre Polônia e Rússia a partir de 2004 pode-se ser traduzido pelas diferentes diretrizes de política externa adotada pelos partidos em governo, ora atuando de

modo próximo ora distante da Rússia, assim como implicando em atritos e cooperação entre ambos. Ademais, em relação aos objetivos específicos, observa-se que a história do século XX tem grande importância para o estabelecimento do diálogo entre Polônia e Rússia, mas também entre Polônia, Alemanha e Rússia, o que foi usado pelos governos do Lei e Justiça como base para justificar uma postura de desconfiança e aversão referente a formulação de sua política externa, mas utilizada como oportunidade de cooperação e diálogo pelo Plataforma Cívica, a fim de se inserir profundamente no diálogo regional e internacional.

O principal *turning point* das relações entre Rússia e Polônia se reflete especialmente pela descontinuidade na política externa para a Rússia, ao passo em que a adesão à União Europeia reflete uma Polônia fortemente cética no que diz respeito ao órgão, assim como nas relações entre UE e Rússia, a postura de Tusk possibilita maior interação e cooperação, entretanto os eventos internacionais a partir do acidente em Smolensk em 2010, assim como da criação da Parceria Oriental e o acirramento das hostilidades russas em relação à Ucrânia implicam na retomada do partido Lei e Justiça, bem como em sua postura de desconfiança em relação à Rússia, assim como maior aproximação com a OTAN e os Estados Unidos.

Dito isto, respondendo à pergunta inicial acerca dos fatores internos e externos que guiaram as relações entre Polônia e Rússia a partir da entrada polonesa da União Europeia, entre 2004 e 2020, temos como fator interno a descontinuidade da política externa polonesa e o acidente de Smolensk em 2010, e internacionalmente, a postura contrária às relações entre União Europeia e Rússia, bem como a criação da Parceria Oriental atuaram como fatores de cisma para as relações entre ambos os Estados. Deste modo, verifica-se portanto a hipótese inicial de que, a partir da entrada na União Europeia, a Polônia assumiu postura de cooperação em relação às antigas repúblicas socialistas do Leste Europeu, por meio da aproximação com a Parceria Oriental e o apoio à democratização e a aproximação com as esferas ocidentais de cooperação internacional (UE e OTAN) e, acima de tudo, a partir da eleição de Andrzej Duda em 2015, houve o afloramento do sentimento anti-russo por parte Estado, em decorrência da postura russa em relação à Ucrânia e o aumento de hostilidades, tendo como consequência a atuação polonesa em contraposição aos interesses russos a âmbito internacional e pertinentes à União Europeia, como o diálogo em relação ao Nord Stream 2.

## 6. REFERENCIAS:

AL JAZEERA. **Smolensk: A decade since the air disaster that shook Poland**. [in] Al Jazeera, 10 abr. 2020. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/2020/4/10/smolensk-a-decade-since-the-air-disaster-that-shook-poland>> Acesso em 03 dez. 2022

ASLUND, A. **Poland: Combining Growth and Stability**, CESifo Forum, ifo Institute - Leibniz Institute for Economic Research at the University of Munich, vol. 14(01), pages 03-10, May, 2013;

BALCIUNIENE, D. **Nord Stream 2 project debate in light of the three pillars of the EU energy policy: security of supply, competitiveness and sustainability**. Master thesis in Sustainable Development 2018/7. Sweden: Uppsala University Published at Department of Earth Sciences. Uppsala, 2018.

BARYSCH, K. **Report on the 9th EU-Russia Roundtable. Partnership with Russia in Europe: Concrete steps towards cooperation between Russia and the EU - 9th meeting of the working group**. Germany: Friedrich Ebert Stiftung, 2011. URL: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/moskau/08159.pdf>. Acesso em 29 nov. 2022

BBC. **Retirement age: Poland Broke EU law with ruling on judges**. [in] BBC. 05 Nov. 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-europe-50302102>> Acesso em 10 nov. 2022

BENTZEN, N.; PRZETACZNIK, J. **Eastern Partnership 3.0: Principles, Priorities and Prospects**. Belgium: European Union: EPRS - European Parliament Research Service. Brussels, 2020.

BLOOM, J. **Seeing through the eyes of the Polish Revolution** : Solidarity and the struggle against communism in Poland. Koninklijke Brill NV: Leiden, The Netherlands, 2013;

BUZEK, J. **The transformation of Poland since 1989**. European View (2009) 8:187–190, Belgium: Brussels. November, 2009.

BUSYGINA, I. **Russia– EU Relations and the Common Neighborhood: Coercion vs. Authority**. United Kingdom: Routledge. Oxon, 2018

BUTÍSKOVA, L. The Radical Right in Eastern Europe. **The Oxford Handbook of the Radical Right** - Rydgren, J. (ed). United Kingdom: Oxford Handbooks 2018; online edn, Oxford Academic, 5 Feb. 2018. <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780190274559.001.0001>.

CASTRO, Thales. **Teoria das relações internacionais** – Brasília: FUNAG, 2012. ISBN: 978-85-7631-375-5 Disponível em: <[https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-40-teoria\\_das\\_relacoes\\_internacionais](https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-40-teoria_das_relacoes_internacionais)> Acesso em 29 de maio de 2022.

CAMERON, F. The Nord Stream Gas Pipeline Project and its Strategic Implications. **DIRECTORATE GENERAL FOR INTERNAL POLICIES POLICY DEPARTMENT C: CITIZENS' RIGHTS AND CONSTITUTIONAL AFFAIRS**. Belgium: European Parliament. Brussels, 2007.

CERVO, A. L. **Metodologia Científica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 6ª edição, 2007. ISBN 978-85-7605-047-6;

CSAKY, Z. It's time to play hardball with Poland. [in] **Foreign Policy**. 14 Mar. 2018. Disponível em: <<https://foreignpolicy.com/2018/03/14/its-time-to-play-hardball-with-poland/>> Acesso em 10 nov 2022

DAVIES, N. **GOD'S PLAYGROUND: A History of Poland vol. I**. Columbia University Press, New York. EUA; 2005. ISBN 0-231-12817-7.

DAVIES, N. **God's Playground: A History of Poland - Vol. II: 1795 to the present**. Columbia University Press: New York, USA, 2005;

DEUTSCHE WELLE. **New Start for Poland**. [in] DEUTSCHE WELLE. 16 Nov. 2007. Disponível em: <<https://www.dw.com/en/new-polish-government-takes-power-under-pro-eu-tusk/a-2929154>> Acesso em 26 out 2022

EKBLOM, J. **Poland, Hungary broke EU laws by refusing to host migrants: court adviser** [in] REUTERS, 31 out. 2019. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-europe-migration-court-idUSKBN1XA1S5>> Acesso em 04 dez. 2022

EUROPEAN COMMISSION. Commission Staff Work Document: **Country Report Poland 2015**. Belgium: European Commission. Brussels, 2015

EURACTIV. **Russia lifts embargo on Polish meat**. Disponível em: <<https://www.euractiv.com/section/med-south/news/russia-lifts-embargo-on-polish-meat/>> Acesso em 1 dez 2022

GARLINSKI, J. **Poland in the Second World War**. Macmillan Press, London. United Kingdom; 1985. ISBN 978-1-349-09910-8 DOI 10.1007/978-1-349-09910-8

GASSER, K. A. Barriers and Breakthroughs: **The Polish-Russian Group on Difficult Matters and Its Attempt at Historical Reconciliation 2002-2015**. A Thesis presented to the Graduate Faculty of the University of Virginia in Candidacy for the Degree of Master of Arts. United States: University of Virginia, 2022.

GLOBAL GOVERNANCE INSTITUTE. National Backgrounders –European Foreign Policy (NBEFP) – **Country Profile Poland**. December, 2015. Disponível em: <[https://www.globalgovernance.eu/wp-content/uploads/2016/01/Poland\\_Sophie\\_Veriter1.pdf](https://www.globalgovernance.eu/wp-content/uploads/2016/01/Poland_Sophie_Veriter1.pdf)> Acesso em 26 maio 2022.

GORDON, M.; SCHMITT, E. **Russia's Military Drills Near NATO Border Raise Fears of Aggression**. [in] The New York Times, 31 jul. 2017. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2017/07/31/world/europe/russia-military-exercise-zapad-west.html>> Acesso em 03 dez. 2022

HOBSBAWN, E. **Era dos Extremos: O Breve século XX - 1914-1991**. 2º ed; 31ª reimpressão. Companhia das Letras: São Paulo, 1995.

HORNAT, J. *The Visegrad Group and Democracy Promotion: Transition Experience and Beyond. The Theories, Concepts and Practices of Democracy*. Switzerland: Palgrave Macmillan, 2021.

INTER-PARLAMENTARY UNION. **Poland Sejm - Elections in 2007**. Disponível em: <[http://archive.ipu.org/parline-e/reports/arc/2255\\_07.htm](http://archive.ipu.org/parline-e/reports/arc/2255_07.htm)> Acesso em 01 dez. 2022

KACZYNSKI, M. **Polish Council Presidency 2011: Ambitions and Limitations**. SIEPS – 2011:3op. Sweden: Swedish Institute for European Policy Studies. Stockholm, December 2011

KACZYNSKI, M. **Poland in Europe: disappointment or merely hiccup?** Working Paper 3/2019. Spain: Elcano Royal Institute. Madrid, 2019

KANIA-LUNDHOLM, M. **Re-Branding A Nation Online : Discourses on Polish Nationalism and Patriotism**. Uppsala University, Suécia; 2012. ISBN: 978-91-506-2302-4.

KAROLEWSKI, I. P.; WILGA M. **Poland and the European Union** in Oxford Research Encyclopedia of Politics. Subject: World Politics; Feb 2018. Disponível em: <<https://oxfordre.com/politics/>> Acesso em Maio, 2022. DOI: 10.1093/acrefore/9780190228637.013.258

KENGOR, P. *A Pope and A President: John Paul II, Ronald Reagan, and the Extraordinary Untold Story of the Twentieth Century*. 1º ed, ISL Books: Washington, USA. 2017

KINOWSKA-MAZARAKI, Z. **The Polish Paradox: From a Fight for Democracy to the Political Radicalization and Social Exclusion**. Social Sciences 10: 112, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.3390/socsci10030112>> Acesso em 01 out. 2022

LAKATOS, E. M. ; MARCONI, M. A., **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 5ª edição, 2003, 312 p. Disponível em: <[https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy\\_of\\_historia-i/historia-ii/china-e-india](https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india)>. Acesso em: Acesso em: 26 maio 2022;

LASAS, A. **When History Matters: Baltic and Polish Reactions to the Russo-Georgian War**. Europe-Asia Studies 64, no. 6 (2012): 1061–75. doi:10.1080/09668136.2012.691724.

LAVILLE, C; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**; tradução de Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: UFMG, 1999, 344 p. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4870099/mod\\_resource/content/1/LAVILLE-DIONE\\_A-CONSTRUCAO-DO-SABER.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4870099/mod_resource/content/1/LAVILLE-DIONE_A-CONSTRUCAO-DO-SABER.pdf)> Acesso em 26 maio 2022;

LUBECKI, J. **“POLAND IN IRAQ. THE POLITICS OF THE DECISION.”** The Polish Review 50, no. 1 (2005): 69–92. <http://www.jstor.org/stable/25779521>. Acesso em 01 dez. 2022

MARKOWSKI, R. **Transformation Experiences in Central and Eastern Europe: The Case of Poland in Comparative Perspective**. Germany: Friedrich-Ebert-Stiftung. Berlin, 2017.

MORGENTHAU, H. J. **A Política entre as Nações: A luta pelo poder e pela paz.** Brasília: Editora Universidade de Brasília; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2003.

NOGUEIRA, J. P.; MESSARI, N. **Teoria das Relações Internacionais - Correntes e Debates.** 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2005. ISBN: 9788535216875

PAULINO, T.S. **O jogo de dois níveis na política externa brasileira (1995-2016).** Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais. Lisboa, Portugal: Universidade Nova de Lisboa - FCSH: DEP - Dissertações de Mestrado, 2017. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10362/29548>> Acesso em 29 de maio de 2022.

POLÔNIA. **Ministry of National Defence - KFOR.** Disponível em: <<https://www.gov.pl/web/national-defence/kfor>> Acesso em 01 dez. 2022

POLÔNIA - **President - President Andrzej Duda welcomes NATO troops.** [in] President.pl 13 abr. 2017. Disponível em: <<https://www.president.pl/news/president-andrzej-duda-welcomes-nato-troops,36366>> Acesso em 03 dez 2022

POUSHTER, J; HUANG, C; CLANCY, L. **Spotlight on Poland: Negative Views of Russia Surge but ratings for US, NATO, EU improve.** [in] Pew Research Center. 22 jun. 2022. Disponível em: <<https://www.pewresearch.org/global/2022/06/22/spotlight-on-poland-negative-views-of-russia-surge-but-ratings-for-u-s-nato-eu-improve/>> Acesso em 03 dez. 2022

PUTNAM, Robert D. **Diplomacia e política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis.** Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v, 18, n. 36, p. 147-174, jun. 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/qZDV3KMBGGt7RQNCr37Ymkk/abstract/?lang=pt>> Acesso em 29 de maio de 2022.

RADIO POLAND. **Local border traffic between Poland and Russia remain suspended** [in] RADIO POLAND 15 set. 2016. Disponível em: <<http://archiwum.thenews.pl/1/10/Artykul/271016,Local-border-traffic-between-Poland-and-Russia-to-remain-suspended>> Acesso em 03 dez. 2022

REUTERS. Factbox – **Twists and turns in Polish-Russian relations.** 2011. Disponível em: <http://uk.reuters.com/article/2011/04/07/ukpoland-russia-relations-factbox-idUKTRE7363DY20110407>. acesso em 25 nov. 2022

RESENDE, M. M. As Relações entre a Polónia e a Rússia: 1980 - 2011. **A Política Externa Russa no espaço Euro-Atlântico: Dinâmicas de Cooperação e Competição num espaço Alargado,** Daehnhardt, P; Freire, M. R. (coord.). Portugal: Imprensa da Universidade de Coimbra. Coimbra, 2014. Doi 10.14195/978-989-26-0712-2\_6

RIEGERT, B. **NATO Alliance works to reinforce its eastern flank.** [in] DEUTSCHE WELLE, 28 nov. 2022. Disponível em: <<https://www.dw.com/en/nato-alliance-works-to-reinforce-its-eastern-flank/a-63895815>> Acesso em 03 dez. 2022

ROCHA, D. Q. Política Externa Soviética sob Brejnev (1964-1982): a Marinha Soviética como instrumento de poder político. **Revista Perspectiva: reflexões sobre a temática internacional,** [S. l.], v. 10, n. 19, 2018. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/index.php/RevistaPerspectiva/article/view/82902>. Acesso em: 28 de jul. 2022.

RODRIGUES, D. M. **A Polónia e a periferia oriental da Europa: continuidade ou rutura na política externa de Varsóvia**, e-cadernos CES [Online], 19 | 2013, colocado online no dia 01 junho 2013. URL:<http://journals.openedition.org/eces/1606> ; DOI :10.4000/eces.1606

ROSE, G. **Neoclassical Realism and Theories of Foreign Policy**. World Politics, Vol. 51, No. 1, p. 144-172. Cambridge: Cambridge University Press. Outubro, 1998.

SECRIERU, S.; SAARI, S. **The Eastern Partnership: A decade on**. Chaillot Paper/153 - July, 2019. France: European Union Institute for Security Studies. Paris, 2019.

SIDDI, M. **EU MEMBER STATES AND RUSSIA: National and European debates in an evolving international environment**. FIIA Report - March, 2018. Finland: Finnish Institute of International Affairs. Helsinki, 2018.

SKÓRZYNSKI, J. **A revolução do Solidariedade e o fim da União Soviética**. Relações Internacionais março: 2012; 33 pp. 071-081. Disponível em: <<http://ipri.unl.pt/index.php/pt/publicacoes/revista-r-i/arquivo-de-revista-r-i/52-relacoes-internacionais-n-33>> Acesso em 29 de jul. 2022;

STASZKIEWICZ, M. **New EU-Russia framework agreement and the Polish veto**. Czech Republic: AMO - Association for International Affairs. Praha, 2007. URL: <https://www.amo.cz/en/new-eu-russia-framework-agreement-and-the-polish-veto-2/> Acesso em 01 dez. 2022

TAMILLA, K. **Polexit: Concerns Over Poland's Commitment to the European Union** [in] European Student Think Tank, Dez. 2021. Disponível em: <<https://esthinktank.com/2021/12/10/polexit-concerns-over-polands-commitment-to-the-european-union/>> Acesso em 04 dez. 2022

THE NEW YORK TIMES. **Pact with Russia angers some Poles**. [in] THE NEW YORK TIMES. 22 Mai. 1992. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/1992/05/22/world/pact-with-russia-angers-some-poles.html>> Acesso em 20 Nov. 2022

TILLES, D. **Poles trust EU the most and government the least among institutions, finds poll**. [in] Notes From Poland, 30 jan. 2020. Disponível em: <<https://notesfrompoland.com/2020/01/30/pires-trust-eu-the-most-and-government-the-least-among-institutions-finds-poll/>> Acesso em 03 dez. 2022

UNIÃO EUROPEIA. **História da União Europeia 2000-09**. [in] União Europeia. Disponível em: <[https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/history-eu/2000-09\\_pt](https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/history-eu/2000-09_pt)> Acesso em 26 out. 2022

UNIÃO EUROPEIA. **História da União Europeia 1945-59** [in] União Europeia. Disponível em: <[https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/history-eu/1945-59\\_pt](https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/history-eu/1945-59_pt)> Acesso em 26 out 2022

UNIÃO EUROPEIA. **Objetivos e Valores** [in] União Europeia. Disponível em: <<https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/principles-and-values/aims->

and-values\_pt> Acesso em 26 out 2022

**UNIÃO EUROPEIA.** TREATY ON EUROPEAN UNION (CONSOLIDATED VERSION 1997) [in] União Europeia. Disponível em: [http://data.europa.eu/eli/treaty/teu\\_1997/oj](http://data.europa.eu/eli/treaty/teu_1997/oj) Acesso em 07 nov 2022

VÉGH, Z. **From Pro-European Alliance to Eurosceptic Protest Group? The case of the Visegrad Group.** SIEPS – 2018: 7epa. Sweden: Swedish Institute for European Policy Studies. Stockholm, June, 2018.

VOROZHEINA, Y. A. **Poland's Foreign Policy Mechanisms:** Legal Framework and Policy Analysis, Balt. reg., Vol. 9, no. 1, p. 30—40. Russia: Kalliningrad, 2017. doi: 10.5922/2079-8555-2017-1-3.

WILCZEK, M. **Poland records second lowest trust in government in OECD.** [in] Notes from Poland, 16 jun. 2021. Disponível em: <<https://notesfrompoland.com/2021/06/16/poland-records-second-lowest-trust-in-government-in-oecd/>> Acesso em 03 dez. 2022

WISLA, R.; NOWOSAD, A. **Economic Transformation in Poland and Ukraine:** National and Regional Perspectives. United Kingdom: Routledge. Oxon, 2020.

ZAMOYSKI, A. **WARSAW, 1920: Lenin's failed conquest of Europe.** 1º ed, HarperCollins Publishers: London, UK, 2008.